

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

INSTITUTO DE PSICOLOGIA

GUILHERME SECOTTE NOGUEIRA

**As polícias militares como massas artificiais: hipóteses psicanalíticas acerca
do laço policial**

SÃO PAULO

2022

GUILHERME SECOTTE NOGUEIRA

**As polícias militares como massas artificiais: hipóteses psicanalíticas acerca
do laço policial**

Versão Original

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Psicologia Clínica

Orientador: Prof. Dr. Ivan Ramos Estêvão

SÃO PAULO

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTETRABALHO,
POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E
PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catlogação na publicação Biblioteca
Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São PauloDados
fornecidos pelo(a) autor(a)

Secotte Nogueira, Guilherme

As polícias militares como massas artificiais: hipóteses psicanalíticas acerca do
laço policial / Guilherme Secotte Nogueira; orientador Ivan Ramos Estêvão. -- São
Paulo, 2022.

168 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) --
Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Polícia Militar. 2. Psicanálise. 3. Laço Social. I. Ramos Estêvão, Ivan, orient.
II. Título.

FOLHA DE AVALIAÇÃO

NOGUEIRA, G. S. As polícias militares como massas artificiais: hipóteses psicanalíticas acerca do laço policial. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, amigos e familiares que me apoiaram e incentivaram ao longo desse percurso e, em especial, à Manoela pelo companheirismo e trabalho de revisão e tradução dessa dissertação.

Ao Prof. Ivan Ramos Estêvão pela orientação, confiança e liberdade proporcionada para a elaboração dessa pesquisa.

Aos colegas de pós-graduação pelas leituras, críticas e comentários que tanto me ajudaram na escrita desse trabalho.

À Prof.^a Fernanda Cabral Samico e ao Prof.^o Paulo César Endo pelas contribuições no exame de qualificação e por aceitarem participar da banca de defesa.

À Universidade de São Paulo e aos contribuintes que possibilitam o acesso público ao ensino e pesquisa.

Aos docentes que me influenciaram positivamente ao longo de toda a minha formação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

RESUMO

NOGUEIRA, G. S. **As polícias militares como massas artificiais**: hipóteses psicanalíticas acerca do laço policial. 2022. 168 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

Essa dissertação tem como objetivo investigar o laço social estabelecido entre policiais militares, a partir da suposição inicial de que é possível analisar as polícias militares como “massas artificiais”, termo proposto por Sigmund Freud em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921/2011). Secundariamente, discute-se os limites e possibilidades que a teoria freudiana sobre as massas possui, quando instituições altamente organizadas são analisadas sob essa perspectiva. Trabalhamos com pesquisas bibliográficas do campo da psicanálise e com obras e autores de outras áreas de conhecimento que tenham as polícias e os policiais militares como objetos de investigação ou permitam melhor compreendê-los. Apresentamos como Freud define as massas, os elementos que as constituem, os conceitos que permitem analisá-las e quais seriam as condições necessárias para podermos investigar as polícias militares enquanto massas artificiais. Nesse sentido, questionamos a importância do líder nas massas organizadas e, seguindo uma possibilidade indicada, mas pouco trabalhada por Freud, dissertamos sobre a viabilidade de substituir a figura do líder por “ideias condutoras”. Discorremos um breve panorama de quais poderiam ser as mais proeminentes e comuns ideias condutoras das polícias militares, a partir de uma revisão sobre a história e as práticas atuais das polícias e a formação dos policiais militares. Em seguida, aproximamos as ideias condutoras à teoria lacaniana dos significantes como uma forma de investigar como elas podem ser apropriadas pelos policiais, como circulariam nas corporações, quais seriam suas relações com o ideal do Eu e como essa modalidade de laço pode proporcionar satisfações aos sujeitos que as compõem. Por fim, seguindo as hipóteses construídas, levantamos algumas indagações sobre como a pulsão de morte pode se representar na relação entre os policiais, com os não-policiais e com o próprio Eu.

Palavras-chave: Polícia Militar. Psicanálise. Laço Social.

ABSTRACT

NOGUEIRA, G. S. **The Military Police as Artificial Masses:** psychoanalytic hypotheses about the police bond. 2022. 168 f. Dissertation (Master in Clinical Psychology) – Psychology Institute, Sao Paulo University, Sao Paulo, 2022.

The dissertation primarily investigates the social bond established between military police, hereafter the initial assumption that it is possible to analyze the military police as “artificial masses,” a term proposed by Sigmund Freud in *Group Psychology and Analysis of the Ego* (1921/2011). Secondly, it discusses what are the limits and possibilities of the Freudian theory about the masses, when highly organized institutions are analyzed from this perspective. We work with bibliographic research in the psychoanalysis field, with works and authors from other areas of knowledge that have the police and military police as objects of investigation or allow a better understanding of them. We present how Freud defines the masses, the elements that constitute them, the concepts that permit them to be analyzed, and what would be the necessary conditions for us to be able to investigate the military police as artificial masses. From this point on, we question the importance of the leader in the organized masses, and, following a possibility indicated, but little worked on by Freud, we discuss the feasibility of replacing the figure of the leader by “conducting ideas.” The text provides a brief overview of what could be the most prominent and common guiding ideas of the military police, based on a review of the history, current practices, and also the training of military police officers. Moreover, we approach the guiding ideas to the Lacanian theory of signifiers as a way of investigating how they can be appropriated by the police, how they would circulate in corporations, what would be their relations with the ideal of the Ego, and how this type of bond can provide satisfaction to subjects and compose them. Lastly, following the hypotheses built, we raise some questions about how the death drive can be represented in the relationship between police officers, non-police officers, and the Ego

Keywords: Military Police. Psychoanalysis. Social Bond.

RESUMEN

NOGUEIRA, G. S. **Las policías militares como masas artificiales**: hipótesis psicoanalíticas acerca del lazo policial. 2022. 168 f. Tesis (Maestría en Psicología Clínica) – Instituto de Psicología, Universidad de São Paulo, São Paulo, 2022.

Esa tesis tiene como objetivo estudiar el lazo social establecido entre policiales militares, partiendo de la primera suposición de que sea posible analizar las policías militares como “masas artificiales”, concepto propuesto por Sigmund Freud en *Psicología de las masas y análisis del yo*, (1921/2011). Secundariamente, hablaremos sobre los límites y posibilidades que posee la teoría freudiana sobre las masas, cuando instituciones altamente organizadas son analizadas desde esta perspectiva. Trabajamos con búsquedas bibliográficas del campo del psicoanálisis y con obras y autores de otras áreas del conocimiento que tengan las policías y los policiales militares como objetos de estudio o que posibiliten mejor comprenderlos. Presentamos como Freud hace la definición de las masas, los elementos que las constituyen, los conceptos que permiten analizarlas y cuales serían las condiciones necesarias para que estudiáremos las policías militares en cuanto masas artificiales. En ese sentido, preguntamos sobre la importancia del líder en las masas organizadas y, seguido de una posibilidad indicada, pero poco trabajada por Freud, disertamos sobre la viabilidad de sustituir la figura del líder por “ideas conductoras”. Discurremos un corto resumen de cuales podrían ser las más prominentes y comunes ideas conductoras de las policías militares, desde una revisión sobre la historia y las practicas actuales de las policías y la formación de los policiales militares. Seguido, cercamos las ideas conductoras a la teoría lacaniana de los significantes como una manera de estudiar como ellas pueden ser apropiadas por los policiales, como circulan en las corporaciones, cuales serían sus relaciones con el ideal del Yo y como esa modalidad de lazo ofrece satisfacciones a los sujetos que las componen. Al fin, siguiendo las hipótesis construidas, planteamos algunas indagaciones sobre como la pulsión de muerte puede representarse en la relación entre los policiales, con los no policiales y con el propio Yo.

Palabras clave: Policía militar. Psicoanálisis. Lazo social.

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Esquema freudiano de uma massa	114
Esquema 2 – Esquema da identificação de Perez	144

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. APROXIMAÇÕES ENTRE A INVESTIGAÇÃO FREUDIANA E AS POLÍCIAS MILITARES	17
2.1 A libido e as massas	23
2.2 A identificação e o enamoramento	27
2.3 Um problema e uma proposta	32
3. PANORAMA SOBRE AS IDEIAS CONDUTORAS DAS POLÍCIAS MILITARES	38
3.1 História das polícias na Europa Ocidental: uma contextualização	40
3.2 História e atualidade das polícias militares no Brasil	51
3.3 “Fazer-se” policial militar: a formação de policiais militares	64
4. A DINÂMICA DAS IDEIAS CONDUTORAS	85
4.1 As ideias condutoras como um conjunto de cadeias significantes ...	88
5. AS IDEIAS CONDUTORAS E O PSIQUISMO	101
5.1 O Ideal do Eu e as massas	102
5.2 A circulação das cadeias significantes	113
5.3 Possibilidades de satisfações narcísicas ao “fazer-se” policial militar	124
6. PULSÃO DE MORTE, MASSAS E POLÍCIAS MILITARES: QUESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS	133
6.1 A pulsão de morte no laço com o semelhante	135
6.2 O outro como diferença	142
6.3 O Eu como objeto da pulsão de morte	148
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
REFERÊNCIAS	156

1. INTRODUÇÃO

As ações das polícias e dos policiais militares são notícias constantes no jornalismo brasileiro. As redes sociais elevaram o debate público sobre as organizações policiais e as práticas de seus agentes, fomentando um binarismo entre aqueles que defendem, requerem e prestigiam as corporações, e aqueles que as criticam e repudiam. Nesse debate, discursos políticos, ideológicos, científicos e morais formam um conjunto de diferentes verdades sobre as polícias e constituem uma multiplicidade heterogênea de saberes que constroem, efetivam, sustentam (mas também resistem) às estratégias, políticas e práticas institucionais na atualidade.

Em nossa sociedade, as instituições de segurança pública ficam na encruzilhada entre assegurar a garantia de direitos e a aplicação da lei, ao mesmo tempo que ajudam, por vezes, a sustentar os altos índices de violência e a conservar, no plano macropolítico, as desigualdades sociais.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS (*World Health Organization*, 2018), o Brasil apresentou a taxa de 31,3 homicídios para cada 100 mil habitantes, ficando em nono lugar como país com maior taxa de homicídios e em primeiro em números absolutos. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP (2019), em 2018, 299 policiais militares foram mortos e morreram majoritariamente enquanto estavam fora do período de trabalho. A mesma pesquisa mostra que as mortes violentas intencionais no Brasil ultrapassam 60 mil mortes anualmente, cuja proporção supera o número de 14 pessoas mortas pelas polícias todos os dias, totalizando mais de 5 mil mortes no ano de 2017. De acordo com o FBSP de 2016 (p. 21), “Em termos comparados, enquanto a taxa de mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil é de 1,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, em Honduras, país mais violento do mundo, ela é de 1,2 mortes por 100 mil habitantes”. A soma das vítimas da letalidade policial e de policiais mortos no Brasil, segundo o FBSP (2019), representou 11,45% do total de mortes violentas intencionais em 2018 (2º lugar no número total de homicídios) e, em média, um policial morre para cada 18 mortes cometidas pela polícia, o que faz dos policiais

militares os agentes de segurança pública que mais matam e que mais morrem no mundo¹.

Não foi sem razão que em 2014 a segurança pública foi a segunda maior preocupação dos brasileiros (MENA, 2015, p. 21). Nesse cenário, o número de policiais eleitos ao cargo de prefeito em 2020 aumentou em 39% no Brasil em relação às eleições de 2016 e, a título de exemplo, dois dos quatro vereadores mais votados em São Paulo em 2020 foram policiais (SOBRINHO, 2020).

Nesse contexto, conforme o FBSP (2016), em 2015, 57% da população concordou com a afirmação de que “bandido bom é bandido morto”, ao mesmo tempo e paradoxalmente, 59% da população tem medo de ser vítima da violência das polícias militares e 70% acha que as polícias exageram no uso da violência, o que faz com que a desconfiança da população para com as polícias não signifique necessariamente que ela não apoie ações que ultrapassem os limites da lei.

Nessa conjuntura de vivenciarem uma guerra constante e sob as aparentes contrariedades que estabelecem com a população, os policiais, para além de serem vítimas e agentes da violência, sofrem psicologicamente. Conforme a pesquisa de Oliveira e Santos (2010), 91,7% dos policiais militares que participaram do questionário sempre ou às vezes percebiam-se estressados, 88,3% se sentiam emocionalmente cansados após o dia de trabalho e outra pesquisa demonstrou que 57,3% dos policiais apresentaram sintomatologia de estresse (OLIVEIRA; BARDAGI, 2009). No Brasil, segundo a pesquisa de Bueno et al. (2015), 15,1% dos policiais militares já foram diagnosticados com algum distúrbio psicológico. Como efeito destas condições, a Polícia Militar do Rio de Janeiro, por exemplo, em dois anos comprou cerca de 494 mil pílulas de clonazepam (princípio ativo do Rivotril, indicado pela medicina para transtornos de humor e ansiedade) e outros fármacos como ansiolíticos, antipsicóticos e antidepressivos (SOARES, 2018). A notícia ainda revela que a quantidade de autorizações para tratamento psiquiátrico corresponde à metade do total de licenças médicas concedidas aos policiais militares do Estado.

¹ É válido ressaltar que essas estatísticas estão baseadas em dados que podem estar subestimados. Há toda uma complexidade nas relações entre quem mata, quem morre e como é feita a “contabilidade” desses homicídios. O capítulo quatro da tese de Samira Bueno (2018) é uma boa referência de como ocorrem os processos legais que geram as estatísticas de pessoas mortas pelas polícias, e quais são os mecanismos em jogo que influenciam essa contabilidade.

Pelo menos 43 policiais militares são afastados por dia no país por transtornos psiquiátricos (ROCHA, 2019).

Ainda em consonância com os dados apresentados, Minayo, Souza e Constantino (2008) afirmam que 35,7% dos policiais militares pesquisados declararam vivenciar sofrimento psíquico, 8,3% já pensaram em suicídio e cerca de 4% já tentaram cometer este ato durante o trabalho. Número próximo ao de outra pesquisa, na qual demonstram que 33,6% dos policiais militares apresentam sintomas psicossomáticos, depressivos e de ansiedade (MINAYO; ASSIS; OLIVEIRA, 2011). No limite desses sofrimentos, segundo a Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo (2019), houveram 56 suicídios de policiais militares no Estado de São Paulo no período entre 2017 e 2018, em que a taxa média de suicídio para cada 100 mil policiais foi de 21,7, mais de quatro vezes que a média da população do Estado (5,0 a cada 100 mil habitantes) e seis vezes maior que o número de policiais militares vítimas de homicídio em serviço (3,6). Estas informações estão próximas aos dados contabilizados pelo FBSP (2019), que registrou 80 casos de suicídio de policiais militares em 2018 no Brasil, cujo aumento foi de 53% em referência ao ano anterior.

Nesse complexo cenário, temos policiais militares que sofrem e, ao mesmo tempo, fazem parte de uma política de segurança pública altamente violenta. Poderia a psicanálise contribuir na discussão dessas problemáticas?

Pesquisadores como Favato (2002), Samico (2018), Lima et al. (2019) e Campos et al. (2006), dentre outros, têm trabalhado com o sofrimento policial e as dificuldades e possibilidades da psicanálise nas instituições militares como modo de pesquisa e intervenção. Por vezes, as mesmas autoras (FAVATO, 2003; SAMICO, 2016; LIMA, 2010) e outros pesquisadores, como Souza (2020), Endo (2005) e Kohara (2019), discutem os elementos que promoveriam a violência policial e seus efeitos a partir de uma perspectiva que leva em conta a psicanálise como campo de conhecimento capaz de colaborar com esse debate.

Na esteira desses autores e a fim de contribuir com o campo de pesquisa, questionamos: *qual seria a natureza dos laços sociais estabelecidos entre os policiais militares? As relações libidinais constituídas nas corporações teriam algum nexo com a violência ou com o sofrimento policial-militar?* Como sugerem Tendlarz e García (2008, p. 13), a problemática das violências e dos sintomas contemporâneos

exigem à psicanálise investigações a respeito da estrutura da violência e das subjetividades nela envolvidas para além da diversidade dos fenômenos nos quais elas podem se manifestar.

Julgamos que a investigação acerca dos laços entre policiais militares possa contribuir com as discussões sobre as problemáticas presentes nas corporações, as relações que os policiais dispõem com a população, assim como colaborar com aqueles que trabalham nas polícias e com os policiais. Como aponta Iribarry (2003), os resultados da pesquisa psicanalítica modificam a maneira como os pesquisadores e clínicos desta mesma comunidade demarcarão sua posição em relação aos novos sentidos produzidos pela publicação dos textos dessa área.

Nesse sentido, partimos da hipótese de que investigar as polícias militares enquanto *massas artificiais*, termo desenvolvido por Sigmund Freud em *Psicologias das massas e análise do Eu* (1921/2011), possa ser uma via para a compreensão do laço estabelecido entre os policiais e os possíveis efeitos que essa forma de organização libidinal pode produzir. Secundariamente, debatemos os limites e possibilidades que a teoria freudiana sobre as massas possui quando instituições altamente organizadas, como as polícias militares, são tomadas como objetos de análise.

A fim de cumprir com esses objetivos, trabalhamos com a teoria psicanalítica (sobretudo do campo freudiano) e com obras e autores de outras áreas de conhecimento que tenham como objeto de análise as polícias e os policiais militares ou nos possibilite melhor compreendê-los, tais como as ciências sociais, a história e a psicologia. Utilizamos também alguns trechos de matérias jornalísticas com o intuito de endossar algumas argumentações e exemplificar alguns pontos apresentados no decorrer da dissertação.

Precisamos reconhecer que desde Freud a psicanálise deteve sua atenção para além da clínica psicanalítica *stricto sensu*, isto é, para além das práticas que visavam um fim terapêutico. Esse interesse proporcionou reflexões sobre fenômenos sociais, políticos, artísticos e religiosos e promoveu articulações com outros campos de conhecimento, o que o criador da psicanálise nomeou de “psicanálise aplicada”².

² A psicanálise voltada a outros campos de conhecimento foi objeto de análise e crítica por diversos autores e também recebeu outras denominações: psicanálise em extensão, psicanálise implicada, psicanálise extramuros e clínica extensa (PASSARELLI, 2012).

Todavia, como nos alerta Passarelli (2012), a separação entre uma psicanálise aplicada e aquela com fins terapêuticos trata-se de uma diferenciação com objetivos didáticos, pois não seria possível separá-las hermeticamente. Ambas são produto e material de uma mesma teoria, fato evidenciado nas articulações que Freud concebeu ao longo de suas obras.

Apesar da ênfase dada à Psicanálise como teoria e técnica de tratamento, Freud faz uso recorrente da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais, além de afirmar textualmente que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, social (ROSA, 2005, p. 332).

Assim, essa pesquisa ampara-se na psicanálise para além da técnica terapêutica para a investigação dos laços estabelecidos entre os policiais militares, recorrendo a formulações hipotéticas e de cunho exclusivamente teórico para o seu desenvolvimento. Contudo, o caráter especulativo³ que constitui essa dissertação não pretende desvalorizar ou desresponsabilizar o seu compromisso científico, mas tenta evidenciar a natureza exploratória que as próprias elaborações freudianas comportam e busca realçar os limites que esse modo de pesquisa encontra ao reservar-se do contato direto com os policiais e as instituições. Em vista disto, como se poderá notar, utilizamos frequentemente verbos no futuro do pretérito a fim de condizer com o modo pelo qual conduzimos esta empreitada.

Sem o intuito de esgotar o objeto de investigação, essa tentativa de aproximação entre a psicologia das massas e as polícias militares procura ampliar o debate sobre as polícias e os policiais militares de maneira interdisciplinar, considerando que essa aproximação pode contribuir com as problemáticas expostas nessa introdução. Dessa forma, não visamos tomar a psicanálise como uma teoria mestra, mas buscamos tencioná-la com outros saberes a fim de investigar as instituições policiais-militares e interrogar as hipóteses freudianas sobre as massas.

Ao que se refere a ordem de conteúdo dessa dissertação, trabalhamos primeiramente o que são as massas para Freud, quais são os elementos que as constituem e como é possível compreender as polícias militares como massas artificiais. Seguindo a proposta freudiana de que o líder poderia ser substituído por

³ Fulgêncio (2003) discute como Freud utilizou-se de um método especulativo para o desenvolvimento da psicanálise, em especial a metapsicologia, destacando a importância dessa forma de produção científica para a concepção da teoria psicanalítica.

ideias condutoras, buscamos apresentar um breve panorama de quais seriam as mais proeminentes dessas ideias nas corporações a partir de uma breve revisão sobre a história das polícias, suas práticas atuais e a formação dos policiais militares. Em seguida, voltamos para a psicanálise para tentar compreender como essas ideias circulam nas corporações, quais são as suas relações com o Ideal do Eu e como os policiais podem usufruir de alguma satisfação nesse modo de laço. Por fim, elencamos algumas questões sobre como a pulsão de morte pode se representar na relação entre os policiais, com os outros e com o próprio Eu.

2. APROXIMAÇÕES ENTRE A INVESTIGAÇÃO FREUDIANA E AS POLÍCIAS MILITARES

No início do texto *Psicologia das massas e análise do eu*⁴ (1921/2011, p. 10), Freud propõe aproximações entre a psicologia individual e a psicologia social vigentes de sua época. Para o psicanalista, na vida psíquica dos indivíduos, o outro é considerado, via de regra, modelo, objeto, auxiliador e adversário. Portanto, “a psicologia individual é também, desde o início, psicologia social, num sentido ampliado, mas inteiramente justificado”.

Para Freud, não haveria uma fronteira nítida entre os fenômenos sociais e individuais. O psicanalista levanta a objeção de que não seria o valor numérico dos sujeitos envolvidos nas relações que formaria, necessariamente, um “instinto social” irreduzível, ativo somente quando se atingisse uma determinada quantidade de pessoas. A formação de laços entre os sujeitos poderia ser apreciada em número reduzido de indivíduos, como em uma família ou na relação do paciente com o médico, objetos de observação que já faziam parte da investigação psicanalítica (FREUD, 1921/2011, p. 11).

De acordo com Rosa (2005, p. 333), Freud recusa a divisão indivíduo-sociedade e a divisão psicologia individual e social porque compreendia que os sujeitos sofrem, desde o início, influências da vida social que propiciam modificações em seu aparelho psíquico. Seguindo esse pensamento, não haveria psicologia individual sem a presença do outro, pois seria uma condição *sine qua non* para o próprio processo de formação do sujeito, tornando esse tipo de divisão algo inconsistente na ótica da psicanálise.

Em 1923, dois anos após a publicação de *Psicologia das massas*, numa carta a Romain Rolland, Freud definiu qual teria sido seu objetivo com o escrito: “Não que eu considere esse texto particularmente bem-sucedido [...], mas ele aponta o caminho que vai da análise do indivíduo para a compreensão da sociedade” (ROUDINESCO; PLON, 1998, p. 613). Foi sob essa perspectiva ambiciosa (e um

⁴ No original *Massenpsychologie Und Ich-Analyse*, “Massa” foi traduzido do original alemão “Masse”. Na versão da editora Imago se traduz por “grupo”. Sabemos que “massa” e “grupo” tomam significações e conotações diferentes em português, além de poder dizer de um conceito específico dependendo do autor que o enuncia.

tanto quanto colonizadora com os outros campos do conhecimento) que Freud desenvolveu seus estudos sobre as massas. Mais especificamente, ele construiu hipóteses acerca dos processos que ocorreriam no aparelho psíquico durante as formações, conservações e desenlaces das massas a partir de conceitos já estabelecidos pela psicanálise.

Todavia, antes de elaborar suas próprias suposições, Freud se debruçou sobre as principais teorias que discorriam sobre o funcionamento das multidões e grupos de sua época, em especial a de Gustave Le Bon (1895/1980), autor de *Psicologia das Multidões (Psychologie des Foules)*, e William McDougall, autor de *The Group Mind*, de 1920. Essas teorias influenciaram o pensamento do psicanalista e serviram-lhe como ponto de partida para a sua própria investigação⁵. Entretanto, elas não deixaram de ser criticadas por Freud, ponto este que justificaria, dentre outras coisas, a inserção da psicanálise nesse debate.

De acordo com a leitura de Freud (1921/2011, p. 18-22), Le Bon sugere que o indivíduo inserido em uma massa teria maneiras de agir, pensar e sentir diferentes daquelas que manifestaria caso estivesse isolado. Nas massas, os indivíduos seriam tomados por sentimentos de onipotência e suspenderiam seus sentidos de responsabilidade. A massa seria “impulsiva, volúvel e excitável”. Os indivíduos seriam levados quase que exclusivamente pelos seus inconscientes e não tolerariam qualquer demora para a realização de seus desejos. Contudo, sob a influência da sugestão, poderiam ser capazes de realizar renúncias em devoção a um ideal. As massas seriam extremamente influenciáveis, crédulas, acríticas e crentes em suas autoridades. Haveria uma diminuição da capacidade intelectual dos indivíduos quando compusessem as massas, sendo estes mais guiados por sentimentos e imagens do que por ideias. Essas últimas, por sua vez, poderiam se apresentar opostas entre si sem que com isso resultassem em conflitos de contradição lógica para o indivíduo. Nesse cenário, os líderes se apresentariam como figuras fundamentais. Estes teriam que estar fascinados por determinadas ideias para que pudessem despertar as crenças nas massas. Assim, as ideias e os líderes exerceriam um “prestígio” sobre os indivíduos, sentimento semelhante ao fascínio na

⁵ Apesar de Freud ter consciência da diferença entre “multidão” (*foule*) e “grupo” (*group*), o psicanalista não faz menção a essa distinção e utiliza-se do termo “massa” em sentidos diversos, conforme consta a nota do tradutor (FREUD, 1921/2011, p. 88).

hipnose. Nesse sentido, não haveria um compromisso com a verdade, bastariam ilusões. O irreal teria predominância sobre o real e haveria uma tendência de não distinção entre os dois⁶.

Uma das críticas de Freud à teoria de Le Bon se fundamenta na ideia de que as massas produziram características novas nos indivíduos que as pertencessem⁷. Freud reconhece que as massas promovem comportamentos nos indivíduos que não se demonstrariam caso estes estivessem em outras circunstâncias, todavia, as massas causariam somente a queda das repressões, despertando características que já estariam presentes nos indivíduos e as acentuariam.

Um outro ponto a ser considerado por Freud era que Le Bon havia reunido sobre a denominação de “massa” diferentes formações. Para Freud, o efeito desta denominação teria produzido incongruências entre as descrições do que foi chamado de massa e os diferentes fenômenos observáveis desse conjunto. Para o psicanalista, as descrições de Le Bon se referiam às “massas efêmeras”, formações compostas por indivíduos heterógenos juntados rapidamente em torno de um interesse passageiro. Elas seriam diferentes das “massas ou associações estáveis”, formações que os indivíduos passariam grande parte de suas vidas e que tomariam corpo nas instituições sociais (FREUD, 1921/2011, p. 24).

Nesse sentido, Freud (1921/2011, p. 25) recorre a McDougall. O psicólogo inglês, antes de Freud, já havia notado a mesma incongruência mencionada e propôs diferenciar as formações em torno do fator da organização. As primeiras, as

⁶ Para Ernesto Laclau, Le Bon teria abordado os fenômenos da psicologia das massas como algo pertencente aos domínios da patologia, perspectiva comum do século XIX. De acordo com Laclau (2013, p. 67), “[...] a linha divisória entre as formas racionais da organização social e dos fenômenos de massa coincide, em grande medida, com a fronteira que separa o normal do patológico. [...] a distinção entre a racionalidade e irracionalidade coincidirá amplamente com a distinção entre o indivíduo e o grupo. Ao tornar-se parte de um grupo, o indivíduo experimenta um processo de degradação social”.

⁷ Nas palavras de Le Bon (1895/1980, p. 13): “O que há de mais impressionante numa multidão é o seguinte: quaisquer que sejam os indivíduos que a compõem, sejam quais forem as semelhanças ou diferenças no seu gênero de vida, nas suas ocupações, no seu caráter ou na sua inteligência, o simples fato de constituírem uma multidão concede-lhes uma alma coletiva. Esta alma fá-los sentir, pensar e agir de uma maneira diferente do modo como sentiriam, pensariam e agiriam cada um isoladamente. Certas ideias, certos sentimentos só surgem e se transformam em atos nos indivíduos em multidão. A multidão psicológica é um ser provisório, composto de elementos heterogêneos que, por momentos, se uniram, tal como as células que se unem num corpo novo formam um ser que manifesta caracteres bem diferentes daqueles que cada uma das células possui. Contrariamente à opinião de um filósofo tão arguto como Herbert Spencer, no agregado que constitui uma multidão não encontramos de modo algum uma soma ou uma média dos seus elementos, mas sim uma combinação e criação de caracteres novos.”.

massas efêmeras, não possuiriam uma organização “ou algo digno desse nome”, o que é chamado pelo autor de “multidão”. As massas seriam casualmente formadas de uma multidão, cuja condição seria de que os indivíduos possuísem algo em comum, “um interesse partilhado num objeto, uma orientação afetiva semelhante em determinada situação” e, acrescenta Freud, “um certo grau de capacidade de influenciar uns aos outros” que unificaria o grupo e o elevaria a uma condição superior.

De acordo com Freud (1921/2011, p. 27-29), para McDougall haveriam cinco condições para que uma multidão se transformasse numa massa organizada: 1) a continuidade de sua existência, que poderia ser material (quando as mesmas pessoas permanecem na massa ao longo do tempo) ou formal (quando existem certas posições no interior das massas que vão sendo destinadas às pessoas que as sucedem); 2) o desenvolvimento de um vínculo afetivo entre os indivíduos da massa; 3) que a massa se diferenciasse de outras semelhantes e estabelecesse algum tipo de comparação com estas; 4) a constituição de tradições, costumes e hábitos entre os indivíduos e estes com o grupo como um todo; e 5) que existam especializações e diferenciações nas atividades nos indivíduos que as compõem. Resguardadas essas condições, haveria, por efeito, uma atenuação das “desvantagens psíquicas” que Le Bon havia apontado.

Contudo, a crítica mais fundamental de Freud seria de que apesar dos estudiosos descreverem os fenômenos em operação nas massas e propor diferenciações entre as distintas formações, eles pouco explicavam as causas em jogo, isto é, os pensadores haviam descrito os efeitos que as massas produzem nos indivíduos e o conjunto de variáveis que interfeririam nesse processo, mas era parca a conceituação sobre o que justificaria os fenômenos observados⁸. Para Freud, não estaria suficientemente esclarecido o que une os indivíduos nas massas ou porque

⁸ Freud conclui: “Servimo-nos da descrição de Le Bon como uma introdução, por ela concordar tão bem com a nossa própria psicologia, ao colocar a ênfase na vida psíquica inconsciente. Mas agora temos de acrescentar que na verdade nenhuma das afirmações desse autor traz algo de novo. Tudo o que ele diz de desfavorável e depreciativo sobre as manifestações da alma coletiva já foi dito antes com a mesma nitidez e hostilidade, é repetido em termos semelhantes por pensadores, estadistas e poetas, desde que existe literatura. [...] Não há dúvida de que todos os fenômenos descritos da alma coletiva foram corretamente observados, mas pode-se reconhecer outras manifestações da formação de massas, atuando em sentido contrário, e que devem conduzir a uma bem mais alta avaliação da alma coletiva” (1921/2011, p. 22-23).

os líderes seriam tão importantes para essas formações, questões que o incitou a realizar, com a psicanálise, algumas considerações sobre o campo⁹.

Assim, a partir da apresentação desse panorama teórico, Freud dedica-se a formular o seu próprio estudo acerca das massas. Tendo em vista a amplitude e complexidade que esse objeto de análise pode tomar e advertido das múltiplas significações que formações de características heterogêneas podem possuir, o psicanalista formulou a sua própria “morfologia”¹⁰ para as massas. Classificando-as a partir de um conjunto de características, haveria uma melhor organização e especificação para a realização de seu ensaio e uma menor chance de contradição em sua teoria. Dessa maneira, aquilo que Freud estaria nomeando como massa, seria um objeto melhor circunscrito e definido.

Entretanto, destacamos que a morfologia proposta por Freud está longe de ser consensual ou hegemônica para psicanalistas e muito menos para outros pensadores e campos das ciências. Grupo, massa, horda, multidão, coletivo, instituição etc. são diferentes nomeações para conjuntos de indivíduos. Esses significantes podem tanto se referir a um mesmo objeto de análise, assim como o mesmo significante pode se referir a conjuntos diferentes e com características distintas.

Feita essa ressalva, Freud, sem muito justificar sua proposta morfológica (mas baseando-se nos pensadores mencionados), considerou que haveriam massas: duradouras e passageiras; homogêneas (compostas por sujeitos do mesmo “tipo”) e não homogêneas; naturais (que se formariam “espontaneamente”) e artificiais (que requerem uma coação externa para evitar sua dissolução e impedir mudanças em sua estrutura); primitivas e altamente organizadas; e, tomando como um elemento especial, massas com líder e sem líder (FREUD, 1921/2011, p. 35).

⁹ Sobre sua inserção sobre o campo, Freud (1921/2011, p. 11) escreve: “A psicologia de massas, embora se ache apenas no início, compreende uma vasta gama de problemas e coloca para o pesquisador incontáveis tarefas, que ainda não foram sequer diferenciadas. A mera classificação dos vários modos de formação das massas e a descrição dos fenômenos psíquicos por elas manifestados requerem um enorme trabalho de observação e exposição, e já deram origem a uma opulenta literatura. Quem comparar este pequenino livro e a grande extensão da psicologia de massas, poderá supor de imediato que aqui serão tratados apenas alguns pontos de toda a matéria. E de fato serão poucas as questões que interessam particularmente à investigação psicanalítica das profundezas”.

¹⁰ O que Freud se propõe a realizar nos parece ser, mais assertivamente, uma taxonomia, em seu sentido mais extenso. Todavia, mantemos a palavra utilizada na edição referenciada.

Não pretendendo encerrar a discussão ou impossibilitar os estudos da psicanálise para além das características que formam as massas analisadas, Freud, na referida obra, dedicou-se a duas massas específicas: o Exército e a Igreja. O psicanalista as caracterizou como massas duradouras, artificiais, altamente organizadas e com a presença de um líder.

Para os fins que essa dissertação se propõe, a investigação freudiana sobre essas massas artificiais, em especial o Exército, tem-nos grande valia. Como melhor discutiremos posteriormente, as polícias militares brasileiras são instituições que atuam como forças reservas do Exército Brasileiro e suas estruturas e culturas são semelhantes com a dessa força nacional. Tendo isso em vista e tomando os devidos cuidados na comparação¹¹, estaremos considerando como pressuposto que aquilo que Freud analisa sobre o Exército pode servir também para examinarmos a formação dos laços nas polícias militares brasileiras.

Dessa forma, assim como fizeram Favato (2002), Samico (2018) e Souza (2020), estaremos considerando as polícias militares como massas artificiais. Afinal, partindo da morfologia proposta por Freud, as polícias militares também seriam — assim como o Exército — instituições duradouras, com décadas de constituição (ou séculos, se o parâmetro for a vinda da família real portuguesa para o Brasil); seriam igualmente artificiais (organizadas pelos estados, regidas sob as legislações e governadas pelo Poder Executivo); altamente organizadas (hierarquizadas, com indivíduos ocupando diferentes funções e cargos, possuindo planos de carreira, estando as corporações distribuídas estrategicamente nos territórios e divididas em subgrupos que constituem o seu todo etc.); e também com a presença de um líder, líderes ou função similar, sejam eles os governadores dos estados ou, institucionalmente, os comandantes.

Mas qual seria o objetivo ou o ganho teórico em considerarmos as polícias militares como massas artificiais? Enquadrando-as dessa maneira, podemos abordar as polícias e suas práticas a partir de uma rede conceitual psicanalítica, ampliando o debate em torno das problemáticas apontadas em nossa introdução e,

¹¹ Quando Freud publica *Psicologia das Massas* (1921/2011) a Europa acabava de sair da Primeira Guerra Mundial e começava a desenvolver os elementos que possibilitaram a Segunda. Assim, é prudente refletirmos que a organização e atuação dos exércitos que Freud estava se baseando para construir suas análises trata-se de algo datado. Tendo em vista o século que nos separa desses eventos, temos que considerar que houveram mudanças nos exércitos contemporâneos.

secundariamente, discutindo os limites e possibilidades que a teoria freudiana sobre as massas possui quando tomamos uma instituição como objeto de análise.

2.1 A libido e as massas

Estabelecida a proposta de classificação das massas, Freud se detém em compreender as causas ou fatores psíquicos que possibilitam as formações das mesmas e porque ocorreriam mudanças na atividade anímica dos indivíduos nesses cenários.

O psicanalista considerou que nos estudos psicológicos e sociológicos das massas as explicações para os fenômenos observados dependiam sempre de uma “sugestionabilidade”, “um fenômeno primordial irreduzível”. Nesse campo da sugestão estariam incluídos os termos “imitação” e “contágio”, pois, ao fim, esses conceitos teriam um mesmo núcleo comum de explicação e, por semelhanças, também com o fenômeno da hipnose¹². A partir dessa constatação, o psicanalista questiona-se qual seria a natureza do conceito de sugestão. Contudo, decepciona-se, pois, para ele, nos últimos trinta anos¹³, nada havia mudado em relação a seu esclarecimento, exceto pelas influências da própria psicanálise. Freud se revolta contra o fato de que a sugestão, que a tudo “explicava”, furtava ela mesma de explicação (FREUD, 1921/2011, p. 30-32).

Apesar de não abandonar o conceito de sugestão, termo esse que retoma mais ao final de seu texto, Freud se convida a pensar os fenômenos psíquicos que possibilitam a formação das massas e a transformação anímica dos sujeitos nesses cenários a partir dos próprios conceitos da psicanálise. Para realizar essa tarefa, o psicanalista apoiou-se inicialmente no conceito de *libido*. Segundo Laclau (2013, p. 98), a libido foi utilizada como “categoria primordial para explicar a natureza do laço social”. Para Freud, se há uma “sugestionabilidade” presente na massa e o sujeito à permite, “ele o faz porque existe nele uma necessidade de estar de acordo e não em

¹² Em *Le Bon* (1895/1980) encontra-se essa associação como uma das razões para o aparecimento de novas características nos indivíduos que compõem as massas.

¹³ Referindo-se a Hippolyte Bernheim, médico neurologista francês que Freud teve contato. Era um estudioso da sugestão e da hipnose.

oposição a eles, talvez, então, ‘*por amor a eles*’” (FREUD, 1921/2011, p. 34, grifos nossos).

A libido na teoria freudiana é concebida como energia psíquica, como expressão anímica da pulsão sexual, onde o emprego do termo “libido”, muitas vezes, é utilizado como o próprio sinônimo de “pulsão sexual” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 34). Como frisa Garcia-Roza (2008, p. 35), o conceito de libido refere-se à pulsão sexual e somente a ela, “sendo irredutível a outra forma de energia anímica”. Segundo Freud (1921/2011, p. 32, grifos nossos):

“Libido” é uma expressão proveniente da teoria da afetividade. Assim denominamos a energia, tomada como grandeza quantitativa — embora atualmente não mensurável —, desses instintos¹⁴ relacionados com tudo aquilo que pode ser abrangido pela palavra “*amor*”. O que constitui o âmago do que chamamos amor é, naturalmente, o que em geral se designa como amor e é cantado pelos poetas, o amor entre os sexos para fins de união sexual. Mas não separamos disso o que partilha igualmente o nome de amor, de um lado *o amor a si mesmo*, do outro o amor aos pais e aos filhos, a amizade e o amor aos seres humanos em geral, e também a dedicação a *objetos concretos e a ideias abstratas*.

A tese freudiana sobre as massas sustenta-se sob a condição de ser o amor que possibilita às suas formações. De acordo com Ravello e Martinez (2013, p. 180), “não haveria um estatuto conceitual fechado a respeito do amor na teoria freudiana”, sendo ele um campo “multifacetado e polissêmico”, devendo ser abordado a partir da aproximação com os conceitos de pulsão, sexualidade, libido, desejo e transferência. Dessa maneira, para podermos compreender as minúcias de como esse amor constitui e opera nas massas é importante adentrarmos na metapsicologia freudiana.

Para esclarecer o que seria o amor, Freud apoia-se em sua teoria pulsional. O psicanalista enfatiza a íntima relação do amor com as pulsões sexuais e afasta sua significação do campo das pulsões de autoconservação (relacionadas a necessidades fisiológicas, como a fome, a sede e o sono, por exemplo). Nas palavras do psicanalista:

¹⁴ Há toda uma complexidade acerca da tradução do original em alemão “*trieb*” e “*instinkt*”. Utilizaremos em nossa escrita o termo “pulsão” para se referir ao original alemão “*trieb*”, entretanto preservaremos o termo “instinto” quando utilizado em uma citação direta.

Não dizemos que amamos os objetos que são úteis à conservação do Eu; enfatizamos que temos necessidade deles, e expressamos algo referente a um outro tipo de relação, ao utilizar palavras que indicam um amor bem atenuado, como “gostar de”, “achar agradável”, “apreciar”.

Portanto, a palavra “amar” se avizinha cada vez mais à esfera da pura *relação de prazer do Eu com o objeto*, e finalmente se fixa nos objetos sexuais em sentido estrito, e nos objetos que satisfazem as necessidades dos instintos sexuais sublimados (FREUD, 1915/2010a, p. 55-56, grifos nossos).

As pulsões de autoconservação, tornam-se, assim, somente contingentes para a formação das massas. Denominando o amor como algo exclusivo das pulsões sexuais, Freud, por efeito, posiciona sua teoria sobre as massas no campo da cultura humana, com estrita ligação com a linguagem e dependente da sociabilidade dos sujeitos, afastando-se de concepções teóricas de cunho biológico ou inato, como a do “instinto gregário” de Wilfred Trotter, pensador que o psicanalista cita ao longo de sua obra (FREUD, 1921/2011).

Dessa maneira, a análise freudiana sobre a formação das massas parte da suposição de que seriam as relações de amor ou os “laços de sentimento” que constituiriam a força que mantém a massa unida. A massa, nesse entendimento, seria constituída por formações libidinais. O modo como os sujeitos se relacionam com os objetos de amor e, assim, criam laços afetivos, seriam determinantes para se compreender a formação das massas. Esse amor, mais especificamente, seria um *amor terno*, de fim não sexual. Mas, como poderia, um amor não sexual partir de uma pulsão sexual?

O amor terno seria uma representação pulsional de meta inibida. A meta de uma pulsão “é sempre a satisfação, que pode ser alcançada apenas pela supressão do estado de estimulação na fonte¹⁵ do instinto” (FREUD, 1915/2010a, p. 43). Entretanto, diversos caminhos podem levar a essa meta final, de modo que uma pulsão pode ter “várias metas próximas ou intermediárias” que podem ser combinadas ou trocadas por outras. A pulsão de meta inibida derivaria de uma renúncia por parte do Eu de uma parcela de satisfação. A inibição não faz com que se abandone totalmente a meta originária da pulsão (ela continua sendo sexual) mas

¹⁵ A *fonte* de uma pulsão é “processo somático que ocorre em um órgão ou em uma parte do corpo e do qual se origina um estímulo representado na vida psíquica pela pulsão” (FREUD, 1915/2010a, p. 43), ou, em outras palavras, aquilo que produz energia somática (*triebreiz*) e se transforma em energia psíquica ao alcançar representação (GARCIA-ROZA, 2008, p. 260).

faz com que o psiquismo se contente com satisfações “reduzidas”, “menores”, que a realidade pode proporcionar a meta original. Por efeito, como essa satisfação pulsional é pouco alcançada, a relação do sujeito com o objeto¹⁶ (somada por outros elementos que caracterizam a ligação) tende a perdurar. Isso ocorre pois permanece a diferença entre a satisfação que é exigida e a que é obtida, fazendo com que, em consequência disso, a pulsão ainda exerça pressão¹⁷. Dessa forma, a diferença das pulsões inibidas em sua meta e as pulsões que possuem satisfação direta (não inibida) refere-se à *quantidade* de satisfação alcançada pela pulsão e se houve um desvio de meta, isto é, se a pulsão sexual permanece ou não no Eu como uma força direcionada para a relação sensual com o objeto¹⁸.

É interessante ver que justamente os impulsos sexuais inibidos na meta conseguem criar laços tão duradouros entre as pessoas. Mas isso se entende com facilidade a partir do fato de não serem capazes de plena satisfação, enquanto os impulsos sexuais não inibidos experimentam uma extraordinária redução, mediante a descarga, toda vez que atingem sua meta. O amor sensual está fadado a se extinguir com a satisfação; para poder durar, é preciso que esteja mesclado desde o início com componentes puramente afetuosos, ou seja, inibidos em sua meta, ou que experimente tal transformação (FREUD, 1921/2011, p. 58).

Em *O Mal-Estar na Civilização* (1930/2010, p. 41-42), Freud argumenta que o amor sensual proporciona aos sujeitos “as mais fortes vivências de satisfação”, tornando-o “protótipo de toda felicidade” e a partir dele, na maioria dos casos, os sujeitos colocariam o “erotismo genital no centro da vida”. Todavia, nessa forma de amor, os sujeitos se tornam dependentes de uma parte do mundo exterior e ficam expostos ao “sofrimento máximo”, tendo em vista que os objetos de amor podem, por exemplo, desprezá-los, morrerem ou traí-los. Por outro lado, outras pessoas

¹⁶ O objeto da pulsão “é aquele com o qual ou pelo qual o instinto pode alcançar a sua meta” e assim, tornar possível a satisfação (FREUD, 1915/2010a, p. 43). O objeto pode ser trocado frequentemente e pode modificar-se ao longo do processo de representação para que se possa atingir a finalidade pulsional. Um mesmo objeto pode satisfazer diversas pulsões, pode ser algo presente na realidade compartilhada, assim como ser um objeto da fantasia ou até mesmo o próprio Eu.

¹⁷ A pressão ou impulso (dependendo da tradução do original “*drang*”) é o “elemento motor, a soma de força ou medida de trabalho” de uma pulsão. É a característica geral das pulsões, a “essência” delas (FREUD, 1915/2010a, p. 42-43).

¹⁸ A rigor, a satisfação pulsional é sempre parcial, pois uma fração de satisfação não pode ser alcançada, e o estado de estimulação na fonte das pulsões não pode ser totalmente eliminado. Assim, há uma parte de satisfação que é exigida, mas que não é alcançada. Esta “parte” retorna em circuito, como elemento de propulsão que demandará uma nova exigência de satisfação que pode ou não ser conseguida com o mesmo objeto.

encontram a felicidade pela via do amor terno e isso as tornariam mais “independentes da concordância do objeto”, evitando, assim, as oscilações e decepções do amor sensual. Esse amor terno, mais uniforme e estável, desloca a importância do ser amado para o amar, dirigindo seu amor a todos os indivíduos e não apenas a objetos isolados¹⁹.

Decerto, essa seria a hipótese inicial de Freud: somente as ligações pulsionais de meta inibida têm a característica necessária para conservar os vínculos entre os sujeitos nas massas. Adotando essa hipótese, somos levados a considerar que nas polícias militares também seria a libido, mais especificamente o amor terno, a força constitutiva que formam e mantêm os policiais nas corporações. Entretanto, como se constitui esse amor nas polícias militares? Qual ou quais seriam os objetos libidinais que possibilitam o laço entre os policiais militares? Seria a “amizade” constituída entre os policiais? Seria um amor às “ideias abstratas”? Amor aos comandantes? Aos “seres humanos”? Um “amor a si mesmo”?

Para que possamos avançar na pesquisa, tentaremos compreender, a partir de Freud, *como* as relações amorosas entre os sujeitos de uma massa se constituem, para que, a partir disso, possamos ter indicações sobre *quais* seriam esses objetos de investimento que possibilitariam a existência das massas e, em especial, das polícias militares.

2.2 A identificação e o enamoramento

As massas, como vimos, são formações constituídas por laços libidinais. De acordo com Freud (1921/2011), a construção desses laços seria dependente de dois processos fundamentais: a *identificação* e o *enamoramento* (*Verliebtheit*²⁰). Vejamos

¹⁹ Para Freud (1933/2010, p. 42), quem mais teria avançado nessa forma de amor seria São Francisco de Assis. “O que vemos como uma das técnicas de realização do princípio do prazer foi frequentemente vinculado à religião, com a qual pode estar ligado naquelas remotas regiões em que é negligenciada a distinção entre o Eu e os objetos e entre os próprios objetos”.

²⁰ Na tradução inglesa da editora Imago a palavra encontra-se traduzida como “estar amando”, derivada da tradução inglesa “*being in love*”. Rocha (2008) prefere traduzir por “paixão amorosa”. De acordo o autor, “*Verliebtheit*” é um vocábulo composto pelo prefixo “*ver*”, pelo verbo “*lieben*” (amar) e pela terminação “*heit*”, sufixo próprio dos substantivos femininos da língua alemã. O prefixo indica um desvio ou uma perturbação, o que, nesse caso, “anuncia uma perturbação no modo de amar. [...] A paixão amorosa é uma forma *sui generis* e toda especial de amor” (ROCHA, 2008, p. 111).

como Freud desenvolve esses dois conceitos, como eles atuam na formação das massas e como podemos discutir as polícias militares por meio deles.

Começamos pela identificação. Na obra, Freud reconhece que as identificações são “processos insuficientemente conhecidos, de difícil descrição” (FREUD 1921/2011, p. 46) e esforça-se para apresentá-las em três modos diferentes de compreensão:

(1) O papel que a identificação exerce no complexo de Édipo como “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa” (FREUD, 1921/2011. 46). Ela pode ser chamada de “identificação originária” e se resume, no que Freud nomeia como “complexo de Édipo normal”, no interesse especial que o garoto revela em seu pai para crescer, ser como ele e tomar o seu lugar, isto é, do anseio do garoto, a partir dessa identificação, de tomar seu pai como ideal.

Tal concepção advém do investimento objetal direto que o menino faz em sua mãe. Em um primeiro momento, a identificação com o pai e o investimento libidinal na mãe operam por um certo tempo sem se conflitarem. Aqui, a identificação *precede* o complexo de Édipo. Entretanto, em determinado momento, o menino percebe seu pai como um obstáculo entre ele e a mãe. Sua identificação com o pai toma um caráter hostil e ocasiona no desejo de eliminá-lo para tomar o seu lugar frente a mãe. Essa identificação com o pai pode ser compreendida como a primeira organização da libido (a fase oral), na qual há uma incorporação do objeto de identificação. Como numa espécie de “canibalismo”, o sujeito “devora” o objeto incorporando suas qualidades.

Para Freud (1921/2011, p.47-38) essa identificação seria ambivalente, sendo tanto uma expressão de ternura como um desejo de eliminação (comendo-o). Impedido de *ter* a mãe, restando apenas uma relação libidinal de meta inibida, o menino deseja *ser* como o pai, tomando sua representação como modelo. Nesse momento, a identificação *sucede* o complexo de Édipo e não é mais somente sua origem (NAKASU, 2009, p. 188).

(2) A identificação na formação neurótica de sintomas, na qual o sujeito toma um traço da pessoa-objeto para si, tornando esse traço uma característica de seu Eu. Freud (1921/2011, p.48-49) expõe dois exemplos:

O primeiro refere-se a menina pequena que desenvolve o mesmo sintoma da mãe: uma “tosse atormentadora”. Nesse caso, a identificação é interpretada como o

desejo hostil da menina de tomar o lugar da mãe (para ter o pai) no complexo de Édipo. O sintoma diz respeito ao amor pelo pai que, pela culpa por desejá-lo, transfigura-se na identificação com a tosse da mãe. O segundo exemplo trata-se do caso Dora, que imita a tosse do pai, identificando-se com o sintoma da pessoa amada. Nesse caso, “a identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação” (FREUD, 1921/2011, p. 49). Freud nota que nessas identificações o Eu pode tanto “copiar” a pessoa que é objeto da libido (o pai, no caso Dora), como a que não é objeto sexual (a mãe, no primeiro caso).

(3) A identificação baseada no querer ou poder colocar-se na mesma situação de uma outra pessoa e que se desconsidera totalmente a relação objetal com esta. O exemplo freudiano refere-se a uma das garotas de um pensionato que recebe uma carta de um alguém que ela ama em segredo. O escrito desperta ciúmes na garota, o que a faz reagir com um ataque histérico. Colegas dessa garota, sabendo do que aconteceu, reagem da mesma forma, fenômeno causado, nas palavras de Freud, por via de uma “infecção psíquica”. O psicanalista explica que as outras garotas também desejam ter um amor secreto e “sob o influxo da consciência de culpa também aceitam o sofrimento que ele envolve” (FREUD, 1921/2011, p. 49).

O mecanismo seria de que o Eu percebeu uma analogia significativa em um determinado ponto (ter um amor secreto), se identificou com esse elemento e, sob a influência da situação patogênica da garota enciumada, a identificação se deslocou para o sintoma que o Eu produziu. Freud depreende que essa identificação pode surgir a cada percepção de “*algo em comum*” com o outro que não é objeto sexual e que, quanto mais significativo for esse “*algo em comum*”, mais bem sucedida será essa identificação parcial, correspondendo a formação de laços libidinais (FREUD, 1921/2011 p. 50).

Freud formula a hipótese de que seria essa última modalidade de identificação que possibilitaria a formação das massas e a posterior construção de laços libidinais entre as pessoas envolvidas. Assim, mesmo não havendo um vínculo constituído de antemão, seria possível a formação de uma massa. A construção de um “nós” em torno desse “*algo em comum*” teria a potência de fomentar o desenvolvimento de uma relação de amizade e companheirismo entre os sujeitos posteriormente, para além dessa identificação inicial, mas isso seria apenas contingente. Fundamentalmente, a ligação recíproca entre os sujeitos e para a

formação de um “nós” dependeria somente dessa identificação em torno de “algo em comum” significativo.

Todavia, o que seria, mais especificamente, esse “algo em comum”? Qual seria esse elemento que possibilitaria a identificação entre os policiais militares? No exemplo freudiano, a identificação entre as garotas do pensionato se deu em volta do desejo de ter um amor secreto. Entretanto, apesar de parecer pertinente a ideia de que as massas seriam resultado de uma identificação em torno de um “algo em comum” qualquer, podendo este objeto ser variável em cada caso, Freud (1921/2011, p. 50) não recua diante da questão e lança uma hipótese controversa: o “algo em comum”, oriundo dessa identificação entre os sujeitos da massa, é representado “através de algo afetivo importante”: o líder (*führer*)²¹. Levando essa formulação a cabo, Freud chega a afirmar, mais ao final de sua obra, que “a natureza da massa é incompreensível se negligenciarmos o líder” (FREUD, 1921/2011, p. 62).

Assim, ratificamos: o “algo em comum” que é objeto de identificação dos sujeitos que compõem as massas, de acordo com a teoria freudiana, seria o líder. Nesse caso, a presença de um líder seria uma condição necessária para que pudéssemos analisar qualquer outro “agrupamento” que estivéssemos considerando como uma massa na perspectiva psicanalítica freudiana. Essa hipótese e condição de trabalho, como veremos, foi fundamental para que Freud pudesse se aprofundar em sua investigação a partir de conceitos psicanalíticos. Entretanto, elas não deixaram de ser problemáticas e contestáveis.

Para Freud (1921/2011, p. 35), tanto na Igreja como no Exército prevaleceria a mesma ilusão de que o líder ama todos os indivíduos da massa: na Igreja católica: Cristo; no Exército: o general. O psicanalista argumenta que se essa ilusão fosse abandonada, ambas as massas artificiais se dissolveriam imediatamente se a “coação externa” as permitissem.

Na Igreja, Cristo seria o substituto ou representante paterno para os crentes, aquele que ama a todos de forma igualitária. Essa ligação com Cristo também seria

²¹ A tradução de “líder” refere-se, conforme a nota do tradutor, ao original “*Führer*, do verbo *führen*, ‘conduzir, guiar, dirigir’; o substantivo — que, como se sabe, era a designação de Hitler na Alemanha nazista — pode ser traduzido por qualquer uma destas palavras, conforme o contexto: ‘guia, chefe, líder, dirigente, cicerone, condutor, piloto, caudilho, comandante’ etc.” (FREUD, 1921/2011, p. 92).

a causa da ligação dos fiéis entre si, “justamente porque diante de Cristo são todos iguais” (FREUD, 1921/2011, p. 36).

No Exército, haveria algo de semelhante. O general seria o pai que ama igualmente todos seus subordinados e, em função disso, estes seriam camaradas entre si. Todavia, o Exército se diferencia estruturalmente da Igreja por conta de sua organização hierárquica, porque “Cada capitão é como que o general e o pai de sua companhia, cada suboficial, de sua unidade” (FREUD, 1921/2011, p. 36), fazendo-nos supor que para o soldado, por sua baixa patente, haveriam diversos líderes ou “pais”. Nesta primeira concepção de como o Exército constitui laços, apesar de não desenvolver o pensamento, Freud admite que as *ideias* de *pátria*, *glória nacional* e outras do mesmo campo, são *importantes e indispensáveis* para a coesão e existência de um Exército.

Dessa maneira, tomando a figura do líder como elemento unificador das massas, podemos compreender que a identificação entre os sujeitos é a consequência da relação com o “algo em comum” e o meio que possibilita o estabelecimento de laços entre eles. Entretanto, seguindo o raciocínio freudiano, qual seria a natureza da relação dos sujeitos das massas para com a figura do líder?

Como dissemos anteriormente, o “amor comum, sensual”, é uma forma de amor normalmente relacionada a satisfação sexual direta e que se extingue quando a meta pulsional é alcançada. Entretanto, como o desejo sexual retornará, o investimento sobre o objeto sexual poderá ser duradouro e, assim, será necessário “amá-lo também nos intervalos sem desejo” (FREUD, 1921/2011, p. 53). Essa forma de amor seria decorrente do complexo de Édipo. Para Freud, a criança encontra nos pais seus primeiros objetos de amor, nos quais as pulsões sexuais demandam satisfação. Impedida, a criança reprime e inibe essas metas sexuais, muda sua relação com os pais e os sentimentos sobre eles passam a ser “ternos”²².

Essa forma de amor não sensual, terna, resultante do complexo de Édipo, é o que Freud conceitua, no contexto das massas, como *enamramento*. Freud afirma que “A intensidade do enamramento, em contraste ao puro desejo sensual, pode ser medida segundo a contribuição dos instintos de ternura inibidos em sua meta” (FREUD, 1921/2011, p. 54). Nas massas, seria essa ternura que sustentaria o laço

²² Apesar da relação da criança com os pais passarem a ser terna, as tendências sensuais anteriores permanecem no inconsciente com maior ou menor intensidade.

amoroso dessexualizado dos membros da massa para com a representação do líder.

Assim, temos constituído a forma genérica no qual Freud compreende as massas: os sujeitos enamorariam o líder e, a partir disso, se identificariam entre si.

2.3 Um problema e uma proposta

Apresentado os conceitos e estabelecida a formação de uma massa, nos perguntamos: podemos dizer que os policiais militares constituiriam uma massa artificial a partir da identificação que estabeleceriam entre si e que esta seria decorrente de um amor terno por seus comandantes? Ora, como seria possível a continuidade das polícias militares em todo o Brasil por mais de um século de história²³ se elas fossem sustentadas somente a partir do amor por seus líderes?

Diferentemente da Igreja, em que Cristo seria o líder dos cristãos, nas polícias militares (e também no Exército), não há um líder soberano, insubstituível ou atemporal. Na realidade prática, as policiais militares são subordinadas aos governadores de cada estado e, internamente, pelos comandantes-gerais, policiais militares que ocupam o posto de coronel. Ambas as figuras são substituíveis. Apesar de poderem promover mudanças, as polícias militares tendem a conservar suas culturas e práticas institucionais de maneira mais ou menos independente dos “líderes” que ocupam essa função. Ademais, se fossemos levar essa teoria a cabo, teríamos que compreender que antes mesmo dos sujeitos se tornarem policiais militares, eles teriam que enamorar os líderes da instituição, pois, somente assim, poderiam se identificar entre si. Como aponta Laclau:

Penso que Freud passa rápido demais da postura de assinalar o amor pelo líder como condição fundamental para *consolidar* o laço social à posição de sustentar que tal amor é a *origem* dessa ligação. [...] Os soldados não se alistam no exército *devido* a seu amor pelo comandante em chefe, por mais importante que esse amor venha a se tornar para consolidar a unidade do grupo (LACLAU, 2013, p. 136, grifos do autor).

²³ Considerando a origem das polícias militares no Brasil a partir da criação da *Guarda Real de Polícia* no Rio de Janeiro em 1809.

Sob essas objeções, a teoria freudiana sobre as massas, a princípio, não nos serviria para analisarmos as polícias militares. O enamoramento e a identificação decorrente não parecem explicações válidas para analisarmos essas instituições de Estado. Todavia, o próprio Freud (1921/2011), na mesma obra, abre espaço para pensarmos outras formas de organização das massas em que o líder não fosse o único objeto de enamoramento e, mais do que isso, aponta para a ideia de que ele poderia até ser *substituível*. Nos preâmbulos da discussão sobre a importância da figura do líder, Freud disserta:

O que deveria nos ocupar, acima de tudo, é a diferença entre massas que têm um líder e massas sem líder. Verificar se as massas com líder são as mais primordiais e mais completas; se nas outras ele não pode ser *substituído por uma ideia, uma abstração*, estado para o qual as massas religiosas, com seu chefe intangível, constituem já uma transição; se uma *tendência comum, um desejo partilhável* por grande número de pessoas, não pode fornecer tal substituto. Essa abstração poderia, por sua vez, encarnar-se mais ou menos perfeitamente na pessoa de um *líder secundário*, digamos, e da *relação entre ideia e líder* resultariam interessantes variedades. O líder ou a *ideia condutora* poderia tornar-se negativo, por assim dizer; o ódio a uma pessoa ou instituição determinada poderia ter efeito unificador e provocar ligações afetivas semelhantes à dependência positiva. Caberia perguntar também se o líder é realmente indispensável para a essência da massa, e outras coisas mais (FREUD, 1921/2011, p. 42, grifos nossos).

O que Freud nos permite depreender a partir dessas afirmações, apesar de não se aprofundar sobre essas possibilidades, é que as massas não precisariam necessariamente se constituírem a partir de um líder (uma pessoa), elas poderiam ser formadas também a partir de uma ideia condutora, um desejo partilhável ou até mesmo em torno de uma simbiose entre as ideias condutoras e a figura do líder²⁴.

Façamos um esforço interpretativo: dizer que os desejos partilháveis ou as ideias condutoras poderiam ocupar ou, pelo menos, justaporem-se a posição do líder nas massas, significaria afirmar que elas poderiam exercer a mesma *função* que o líder teria para as massas, isto é, ser o “algo em comum” em torno do qual os sujeitos envolvidos teriam uma relação amorosa e, por decorrência, se identificariam. Por outro lado, massas como o Exército, a Igreja e as polícias militares necessitam

²⁴ Encontra-se em Le Bon (1895/1980, p. 34) a discussão sobre a importância das ideias e imagens para as multidões, o que pode ter influenciado Freud na elaboração dessas considerações.

de uma *organização* e uma “coação externa” para existirem. Assim, mais do que um objeto de enamoramento e de decorrente identificação, seria necessário também que esse objeto possibilitasse, em alguma medida, justamente, poder exercer a função de liderança, de conduzir, e dar um mínimo de coerência e organização a essas massas. Ao nosso ver, seria essa *função de liderança* que diferenciaria as massas organizadas e artificiais das demais, contrapondo-se, por exemplo, as garotas do pensionato do exemplo freudiano, ou, sob outro entendimento, o que diferenciaria uma instituição de uma multidão.

Para Laclau (2013, p. 104-111), pode-se encontrar nos antecessores de Freud duas lógicas sociais de agregação que se apresentavam como heterogêneas. A primeira estaria baseada na organização e a segunda nas relações em torno do líder. Laclau aponta que a obra freudiana possibilitou uma teoria unificada sobre as massas, rompendo com esse dualismo entre as lógicas sociais de agregação (e que já germinavam em McDougall). Ambos os modos de agregação seriam, na realidade, extremos de um mesmo *continuum* em que as duas lógicas sociais se articulariam de variadas maneiras. Não haveria uma contradição entre a organização e a figura do líder, mas uma complementaridade entre elas, variando o grau de importância de acordo com cada agregação.

Assim, o que estamos chamando de *função de liderança* seria esse *continuum* entre o laço libidinal e a organização das massas. Ocasionalmente essa função estaria mais centrada na figura de um líder populista (tal como estudada por Laclau), hora mais centrada na organização, como no Exército e nas polícias militares. A hipótese pela qual trabalhamos e pretendemos posteriormente discutir é que a função de liderança nas massas seria o conjunto dos efeitos de consentimento advindos dos sujeitos que as compõem. Seria esse conjunto que possibilitaria a massa se organizar e tornar o líder uma figura substituível e menos importante.

Tendo em vista essa possibilidade do líder ser substituível por outras representações, sob o entendimento de que a sua representação exerce, antes de tudo, uma função para as massas e de que não faria sentido um sujeito entrar em uma polícia militar por amor a um comandante que desconhece (isto é, que o investimento libidinal sobre o líder não pode preceder a entrada do futuro policial na corporação), questionamos: qual ou quais seriam os objetos de enamoramento nas polícias militares a partir do qual os policiais poderiam se identificar? Dito de outra

maneira: O que poderia ser esse “algo em comum” a partir do qual os policiais se identificariam? As ideias de pátria e glória nacional, anteriormente citadas por Freud (1921/2011, p. 36) como “importantes” e “indispensáveis” poderiam, por exemplo e dentre outras, serem os objetos de investimento amorosos no Exército? Algo semelhante poderia valer para as polícias militares?

Partimos da suposição de que os objetos de enamoramento nas polícias militares não seriam “espontâneos” ou dados *a priori*, mas se constituiriam em um processo. Os sujeitos, antes de fazerem parte das instituições, poderiam ter o interesse de se tornarem policiais militares por justificativas diversas. Entretanto, apenas as motivações de um sujeito para trabalhar como policial militar não seriam suficientes para inseri-lo nessa massa. Como pretendemos discutir, “ser” policial militar não seria uma questão de “ser” e, sim, de “fazer-se” policial militar. Seria a partir do “fazer-se” que se instituiria de fato uma identificação com seus pares em torno desse “algo em comum”.

Em nossa concepção, “fazer-se” policial militar significaria o sujeito tomar para si um *conjunto de ideias condutoras* que fariam parte da polícia militar no qual está inserido e ser *reconhecido* como policial militar pelo Estado e por seus pares. Em relação a esse último ponto, compreendemos que o sujeito, antes de ser admitido em concurso público, pode admirar, valorizar e enamorar determinadas ideias, representações, imagens e valores que constituem as corporações, mas enquanto ele não for oficialmente policial militar, ele não fará parte dessa massa, isto é, seria preciso que ele fosse reconhecido pelo Estado e por outros policiais para que ele pudesse se tornar policial militar. Seria a artificialidade da “coação externa” e a organização institucional que possibilitariam um sujeito, ao fim, fazer parte da corporação.

Com relação às ideias condutoras da polícia militar, partimos da hipótese de que seriam elas os objetos de enamoramento dos policiais, cujo os líderes ou comandantes consistiriam apenas em figuras secundárias. Nesse “*continuum*” a qual se referia Laclau (2013), estaríamos destacando como mais importante a “organização” ao invés do laço libidinal em torno do líder. Os líderes, nesse caso, seriam representantes, modelos ou porta-vozes das ideias condutoras das instituições e atuariam a partir delas. Os comandantes, atuais ou históricos, podem servir ainda de inspiração e modelo a outros policiais militares, assumindo uma

função imaginária na identificação que constitui a massa. Todavia, o plano mais constante e fundamental seria atribuído às ideias condutoras que a corporação carrega e que se fariam presentes nas lideranças e nos comandados.

Para Laclau (2013, p. 106), a partir de sua leitura de Freud, um líder só pode ser aceito se apresenta “características que compartilha com aqueles que se supõe liderar”. Dito de outro modo, “os liderados encontram-se, em grande medida, *pari passu* com o líder – isso quer dizer que este último se torna *primus inter pares*”. Dessa “mutação estrutural” ocorreriam três consequências importantes: “Primeiramente, aquele ‘algo em comum’ que possibilita a identificação entre os membros de um grupo não pode consistir exclusivamente de amor ao líder, mas de algum traço positivo que o líder e os liderados compartilham”. Em segundo lugar, “que um certo grau de identificação com o líder torna-se possível”. E, em terceiro lugar que:

[...] se o líder comanda por apresentar, de modo particularmente marcado, traços comuns a todos os membros do grupo, ele já não pode ser, em sua pureza, um dirigente despótico, narcisista. Por um lado, ao participar da própria substância da comunidade, que torna a identificação possível, sua identidade está dividida: ele é o pai, mas também um dos irmãos. Por outro lado, como seu direito de dirigir se baseia no reconhecimento, por outros membros do grupo, de uma característica de líder que ele compartilha com todos eles, de modo muito pronunciado, o líder é, em grande medida, responsável pela comunidade. A necessidade de uma liderança ainda pode estar presente, devido a razões estruturais [...], porém se trata de uma liderança muito mais democrática do que aquela presente no déspota narcisista. Na verdade, não estamos muito distantes daquela peculiar combinação de consenso e coerção que Gramsci denominou hegemonia (Laclau, 2013, p. 106-107).

Compreender que os líderes compartilham com os demais algo em comum e que também podem fazer parte dessa rede de identificação, nos possibilita flexibilizar a ideia de que a relação entre o líder e os liderados têm que ser, necessariamente, uma relação de enamoramento. Como veremos, a relação do policial para com seus comandantes não é, por vezes, amistosa e, em alguns casos, ela é permeada por desavenças explícitas ou latentes. Isso seria possível porque a organização das polícias militares possibilita a formação de líderes sem que este tenha obrigatoriamente algum tipo de prestígio aos olhos de seus comandados. A estrutura hierárquica permite sujeitos ocuparem postos de liderança independentemente de serem bem ou mal aceitos por aqueles que são liderados (e

não torna, necessariamente, esse modo de organização não consensual). Nesse sentido, as relações amorosas para com os comandantes não seriam necessárias nas polícias militares, apesar de esperadas.

O enamoramento fundamental, em nosso raciocínio, estaria nas ideias condutoras que constituem as corporações, podendo, contingencialmente, as figuras de liderança serem objetos de identificação e idealização²⁵ (o que, neste caso, constitui-se também como um investimento libidinal, mas somente complementar como condição de inserção dos sujeitos nas polícias).

Seguindo essa hipótese, a identificação em torno do “algo em comum”, por sua vez, se estabeleceria entre os policiais da seguinte forma: “os meus ‘colegas de farda’, assim como meus comandantes, são guiados pelas mesmas ideias que eu acredito e também estão sob o mesmo regimento disciplinar ao qual eu faço parte”. É a partir dessa analogia significativa em determinado ponto — enamorar as mesmas ideias — que seria possível os policiais militares se identificarem e poderem constituir uma ligação libidinal de massa entre si.

Contudo, uma série de questões abrem-se diante das hipóteses propostas: quais ideias, mais especificamente, formariam o conjunto das ideias condutoras de uma polícia militar? Como os sujeitos tomariam para si essas ideias? Quais seriam as particularidades do enamoramento e da identificação nas polícias? E como essas hipóteses poderiam contribuir na investigação em torno da violência e sofrimento policial?

²⁵ Discutiremos melhor sobre a idealização em capítulo posterior.

3. PANORAMA SOBRE AS IDEIAS CONDUTORAS DAS POLÍCIAS MILITARES

Começemos com a nossa primeira pergunta: quais seriam as ideias condutoras de uma polícia militar? Freud, ao sugerir que uma ideia condutora (*Idee könnten*, no original em alemão) poderia substituir a figura do líder nas massas, utilizou-se de um termo que não se constitui como um conceito ou noção no vocabulário psicanalítico: ideia. Afinal, o que seria uma “ideia” para o psicanalista? Quando Freud se referiu ao Exército, por exemplo, citou que a “pátria” e a “glória nacional” seriam ideias importantes para a coesão dessa massa artificial (FREUD, 1921/2011, p. 36). Frente a isso, tomamos a liberdade de presumir que o que Freud compreende por ideia é resultante do uso comum do termo e não corresponde a um conceito em específico. Ademais, a afirmação freudiana sobre o Exército abre espaço para pensarmos também que não seria necessariamente *uma* ideia condutora o objeto de enamoramento de uma massa, mas poderiam haver *ideias condutoras*, no plural.

Compreendendo as polícias militares como instituições complexas, podemos supor que os policiais não seriam regidos por uma única ideia, mas por um conjunto de ideias condutoras. O conjunto de ideias de uma agremiação corresponde a um ideário, o que, dito de outra maneira, as ideias condutoras de uma polícia militar correspondem, no mesmo sentido, a um *ideário policial-militar*, termo esse que utilizaremos como sinônimo.

A apresentação e discussão sobre cada ideia condutora que se faz presente em uma corporação tem toda a potencialidade de se tornar, por si mesma, uma investigação à parte. Além disso, como cada unidade federativa possui a sua própria polícia militar, uma ideia que se faz presente em uma polícia pode não corresponder ou não ser idêntica à de uma outra instituição. Avisados de tais complexidades, o objetivo de nossa investigação será o de mapear quais ideias condutoras são as mais significativas, proeminentes e comuns às diversas polícias militares. Trata-se de uma tentativa de apresentar um breve panorama sobre o campo dessas ideias, sem a pretensão de explicá-las, desenvolvê-las ou investigá-las por si mesmas, mas a de colocá-las em perspectiva para os fins deste estudo.

Assim, não tomando nenhuma instituição específica, sofreremos do ônus de perder as particularidades de cada corporação, mas ganhamos em abrangência de

material que pode ser analisado (tendo em vista que teríamos que nos restringir a estudos de polícias particulares, se assim fizéssemos).

Essa estratégia de pesquisa ampara-se também, como pretendemos posteriormente discutir, na singularidade de como cada policial toma para si ou introjeta as ideias condutoras de sua corporação. Isso faz com que cada ideia apresente variadas interpretações e possa se moldar a diferentes contextos, pois, ao fim, são os sujeitos que as “comportam”. Isso faz com que as ideias condutoras sejam, ao mesmo tempo, universalistas (enquanto o “algo em comum” das massas), hegemônicas (porque conduzem as ações dos policiais de maneira parcialmente coerente a partir de instrumentos legais, burocráticos, institucionais e culturais), particulares (pela apropriação que cada policial faz de tais ideias) e relativas (por se expressarem ou não em determinado momento).

Nesse sentido, compreendemos que as ideias condutoras devem ser apreendidas como aquilo que possibilita a relação dos sujeitos com a materialidade do trabalho policial-militar. As ideias condutoras não devem ser tomadas em sua existência ideal, como uma representação que está somente no campo do pensamento, e sim, como aquilo no qual os policiais acreditam e que produz sentidos, como elementos que os permitem agir cotidianamente e que se expressam nos diversos modos de linguagem. As ideias condutoras, exercendo a função de liderança, possibilitam que as políticas institucionais implementadas possuam coerência com os objetivos estabelecidos e que haja uma coesão e complementaridade entre as práticas dos diferentes agentes.

Temos que levar em consideração que mesmo que um policial faça algo que seja dispare da ideia que acredita e proclama, é porque agiu de acordo com outra(s) ideia(s), correspondente(s) ao ideário policial-militar ou não. Assim, estamos sob a hipótese de que os policiais militares realizariam seu trabalho a partir de determinadas ideias condutoras, que estas exerceriam a função de liderança nessas massas e de que elas seriam o “algo em comum” que possibilita a identificação entre os agentes.

Na tentativa de construirmos esse panorama das ideias que compõem o ideário policial-militar, façamos uma pequena revisão sobre alguns dos processos históricos que ocorreram na constituição das polícias modernas na Europa Ocidental (e que influenciaram na constituição das nossas polícias), o desenvolvimento das

forças policiais militares no Brasil, como as corporações operam e como ocorrem os processos de formação dos policiais militares na contemporaneidade.

3.1 História das polícias na Europa Ocidental: uma contextualização

Analisar o processo histórico de formação das polícias militares no Brasil, a fim de constituir um panorama das ideias condutoras que as constituem, é uma atividade extensa e complexa. Com o objetivo de auxiliar nosso mapeamento, façamos primeiramente uma breve contextualização sobre a formação das polícias na Europa Ocidental, pois foi a partir de um modelo francês de polícia, incorporado por Portugal, que as nossas polícias modernas se constituíram (BRETAS; ROSEMBERG, 2013).

Buscaremos apresentar de maneira parcialmente cronológica alguns dos principais elementos que influenciaram a formação das polícias na Europa Ocidental, como o vocábulo “polícia” foi tomando significados distintos ao longo do tempo e como as práticas policiais foram se transformando até o último século, momento em que adentramos na discussão das polícias militares brasileiras. Contudo, advertimos que esses processos não se configuraram linearmente como aqui podem parecer. A história das polícias é permeada por diversos avanços e retrocessos. Elas não são homogêneas nos mesmos períodos históricos e apresentam, em cada tempo e lugar, um conjunto de especificidades.

A etimologia do termo “polícia” indica que a palavra se origina do latim *politia*, resultante do vocábulo “*polis*”, cidade. *Politia* deriva da latinização do vocábulo grego *politeia*, termo esse que assimilou diversas significações, como: política, cidadania, bem-comum, direito ou privilégios do cidadão, governo, administração, etc. (AFONSO, 2018, p. 216). A significação que atribuímos hoje ao termo polícia, quando nos referimos a corporação de agentes fardados, é relativamente recente e distinta dos significados originários.

Na Antiguidade Clássica, o conceito de polícia referia-se ao governo e as atividades da Cidade-Estado, com a boa administração da cidade, ao aperfeiçoamento da sociedade e ao desenvolvimento dos bons costumes e da civilidade, associando-se ao vocábulo *politio*: polir, civilizar-se. Em *A República* de Platão, o termo refere-se também aos “guardiães da lei e da cidade”, responsáveis

por fazer respeitar a legalidade e proteger a sociedade. Uma sociedade policiada fazia menção a uma pólis onde havia uma boa política, uma cultura polida e bons costumes (AFONSO, 2018). Nota-se que há uma simbiose semântica entre polícia e política nesse momento.

Na Europa Medieval o vocábulo *politia* foi apropriado pelas monarquias como significado de boa ordem da sociedade civil e poder de administração da família real, contrapondo-se a autoridade religiosa e moral. A função da polícia era traduzida como a vontade ou ação do monarca de tentar promover a ordem pública, a paz e a civilização nos domínios sociais, culturais, econômicos e religiosos. A administração, a justiça e o campo militar eram, em boa parte, compartilhados com o senhor feudal, que tentava fazer valer a paz e a segurança em seus territórios de poder.

Em Portugal, segundo Afonso (2018, p. 220), no final da Baixa Idade Média, com a dissolução de boa parte das hostes feudais, a Coroa conduziu a organização de unidades destinadas a garantir a ordem e a segurança nas comunidades. Conhecidas por quadrilheiros (referência a “quadras”, divisão das áreas dos bairros), estes homens formaram uma primeira versão de polícia destinada às funções de segurança no país lusitano. Contudo, como nos alerta Loureiro (2020), os quadrilheiros eram uma força de segurança cuja remuneração era de origem particular, prevista pela legislação régia e que não detinha o monopólio da força legítima, não se configurando como uma organização pública.

Na Idade Moderna, com o advento das teorias absolutistas e a centralização política no poder do príncipe, o conceito de polícia passa a designar toda atividade do Estado e ordem pública. Essa concentração de autoridade e ampliação de poderes fez surgir o *jus politiae* (direito policial), no qual era dever e direito do príncipe alcançar a prosperidade do reino, a manutenção da ordem e o bem-estar de seus súditos.

A polícia, como concebida no século XVIII, compreendia o domínio da justiça, das finanças, do comércio e do exército. Ela englobava o homem em sua totalidade. Era uma técnica de governo que visava tanto a sobrevivência e felicidade do homem como a potência do Estado. Servia como tecnologia de produção de conhecimentos que regulamentavam e potencializavam os recursos humanos e materiais em prol do bem comum. Um esforço que abrangia a qualidade moral dos indivíduos, uma forma de educar a população por meio de uma rede complexa de vigilância e supervisão.

Em suma, uma racionalidade na qual o bem-estar dos indivíduos significava a própria força do Estado (SANTOS, 1997; ROSEMBERG; LIMA, 2011).

Assim, a população passou a ser objeto de análise e de intervenções do Poder de Estado a partir de campanhas públicas para a mudança de comportamentos. Este exercício de poder-saber expressava-se como biopolíticas, atuando como agente de transformação da vida humana. Conforme Santos (1997), a Polícia articulou a Razão de Estado e a população de maneira que se controlava a vida dos indivíduos e se reforçava os poderes e domínios do Estado. Isso se estabeleceu ao longo dos séculos XVII e XVIII por duas modalidades de tecnologias de poder:

(...) as disciplinas, enquanto uma anatomia política do corpo humano, agindo sobre a ordem social, o espaço da reclusão e das instituições sociais; e as biopolíticas da população enquanto tecnologias de poder que se exercem sobre o conjunto e sobre cada um dos habitantes do Estado-Nação, sobre o corpo-espécie, regulando a vida, em espaços abertos, por meio de dispositivos (SANTOS, 1997, p.157).

Como é possível perceber, os conceitos de Estado e polícia desenvolveram-se em interdependência. A polícia ou ciência policial resumia-se em uma forma de administração pública, um saber de como governar os homens. Ter uma boa polícia significava ter uma boa administração ou um bom governo político da coisa pública. O conceito relacionava-se também com o desenvolvimento de uma sociedade perfeita, polida, educada, ordenada, trabalhadora, obediente, respeitadora da moral imposta e dos bons costumes. A polícia regulava, ordenava e previa a vida da população. Esse discurso possibilitava uma governabilidade de intromissão da polícia em todos os contextos sociais. Desta forma, a Razão do Estado se legitimava a reivindicar todo o poder necessário para o cumprimento dos seus interesses. Policiar o povo (no sentido de polimento) é torná-lo útil à sociedade, servil ao trabalho e ao engrandecimento e enriquecimento do Estado.

Do ponto de vista ideológico, traçando um paralelo com Louis Althusser (1980), podemos dizer que a polícia, como compreendida até o século XVIII, aproximava-se mais de um Aparelho Ideológico de Estado do que um Aparelho Repressivo de Estado. Os Aparelhos de Estado são as formas pelas quais a classe dominante reproduz a força de trabalho necessária para a manutenção de seu

poder. A Escola, a Igreja, a Família, o Exército e a Polícia são exemplos de instituições que “asseguram a sujeição à ideologia dominante ou o manejo da ‘prática’ desta” (ALTHUSSER, 1980, p. 22). Dentre outras instituições, elas são aparelhos que atuam sobre os explorados, mas também, apesar de maneira distinta, sobre os exploradores e seus “auxiliares de exploração” a fim de conservar as relações de poder e o *status quo* das classes sociais. O poder ideológico da polícia, tal como pode ser compreendido, era justamente a governabilidade que ela exercia sobre a população para que ela estivesse de acordo com os interesses das classes dominantes.

Todavia, esta forma de exercício de poder do monarca conduziu a práticas autoritárias, paternalistas e arbitrárias que fugiam do controle judicial e ultrapassavam os limites da legalidade, fazendo surgir o *Estado de Polícia*, que perdurou nos séculos XVII e XVIII. Essa suposta confusão entre os fins (enriquecimento da nação e bem-estar da população) e os meios que o Estado exercia para esses objetivos, não compadeciam com os resultados conseguidos, o que começou a gerar uma odiosa reputação com o termo polícia por parte da população. O Estado de Polícia aproximou o conceito de polícia à nossa concepção atual, como uma atividade administrativa e restritiva aos indivíduos em prol do interesse do Estado, sobretudo ao que se refere a ordem, a segurança e a tranquilidade pública (AFONSO, 2018).

O uso da força física por parte das instituições estatais para manter a ordem no interior dos Estados-Nação passaram, progressivamente, a serem monopolizados e a constituir uma organização especializada e identificada na sociedade, configurando-a como uma instituição disciplinada e disciplinar. A polícia, assim definida, excluía a potência da violência física como possibilidade de ação social da população, passando seu uso a ser legitimado somente pelas autoridades estatais ou, em casos excepcionais de guerra ou revolução, contra os inimigos internos ou externos do Estado (SANTOS, 1997, p.158).

Nesse cenário de constituição do monopólio da força física, o termo polícia e a formação das corporações não evoluíram uniformemente em toda a Europa. De acordo com Afonso (2018, p. 230), na França, em 1667 e pelo decreto do rei Luís XIV, foi criado o cargo de Tenente de Polícia na cidade de Paris. Foi nesse momento que o conceito deixou de ser apenas uma forma de atividade político-administrativa

e passou também a ser uma organização de homens armados do Estado e que faziam valer a ordem social. Pela primeira vez houve uma organização dedicada às competências administrativas em torno da tranquilidade, salubridade e organização das vias públicas; segurança e repressão à criminalidade e vadiagem; a fiscalização do comércio e o socorro a incêndios e inundações.

Nas zonas rurais francesas havia a *Maréchaussée*, uma força policial militar, nacional e subordinada às autoridades civis. Mais tarde, no final do século XVIII, provocada pelas invasões napoleônicas, esta força se transforma na *Gendarmerie*, cujo modelo se espalhou aos poucos por toda a Europa no século XIX (GONÇALVES, 2011, p. 9). A *Gendarmerie* é formada por militares que atuam em zonas rurais e realizam atividades sobre a população civil, bem semelhante ao modelo de nossas polícias militares²⁶ (exceto por essa exercer atividades em todo território estadual).

Em Portugal, o modelo francês influenciou na criação da Intendência Geral da Polícia de Lisboa em 1760 cujo objetivo era servir o engrandecimento do poder real. Essa força viria ser fonte de inspiração para a criação de órgão similar no Brasil em 1808 com a vinda da família real para a colônia (LOUREIRO, 2020).

Com o decorrer do tempo, no final do século XVIII, as instituições policiais reduzem-se a organizações fortemente repressivas, especialistas na manutenção da ordem pública e na repressão à criminalidade, vagabundagem, rebeliões e manifestações ilegais. Este direcionamento leva o conceito de polícia a assumir conotações relacionadas a violência e repressão, construindo uma imagem, sob o olhar do povo, que a aproximava de uma organização hostil e inimiga ao invés de uma força auxiliar ou amiga (AFONSO, 2018).

O conceito de polícia passa a tomar um sentido mais uniforme a partir do século XIX, aproximando-se do sentido que atribuímos na contemporaneidade. Essa transformação do conceito é resultado de uma série de acontecimentos que possibilitaram o desenvolvimento da corporação policial, suas atividades, objetivos e limitações. Este processo não foi linear ou invariável, ele foi marcado por progressos

²⁶ O termo “polícia militar” pode referir-se também, em outra significação, a polícia (interna) das forças armadas, isto é, uma polícia que atua exclusivamente nessas instituições, como a Polícia do Exército, modelo diferente das polícias militares estaduais brasileiras.

e retrocessos, ampliando e reduzindo as funções e poderes da polícia, assim como a dimensão semântica do vocábulo.

Conforme a análise de Afonso (2018), há diversos elementos que constituem a passagem da polícia do Antigo Regime para o Estado Liberal. Os ideais iluministas minaram a autoridade da monarquia e da Igreja Católica, fazendo surgir o despotismo esclarecido como forma de governar, contrapondo-se ao Estado de Polícia e abrindo espaço para as revoluções decorrentes dos séculos XVIII e XIX. Entretanto, os movimentos políticos iniciados no período liberal também conduziram a criação de organizações policiais, a fim de conter as revoluções e garantir a preservação e conservação dos estados constituídos.

Mesmo assim, o constitucionalismo na Europa Ocidental e a Revolução Francesa, romperam com o absolutismo monárquico e sua figura autoritarista. A constituição coloca-se como mediadora e limitadora do poder estatal e dos direitos civis, estando a polícia neste campo de intersecção. A emergência dos ideais liberais trouxera à luz a importância de se proporcionar segurança para a sociedade. Essa consciência política fomentou a declaração dos direitos de primeira geração, contendo a vida, a liberdade, a propriedade e a segurança como direitos fundamentais. Apesar da ideologia iluminista permear esses acontecimentos, contradições ainda se faziam presentes no tecido social. Os trabalhadores pouco usufruíam de direitos políticos, ficando esses reservados apenas para uma minoria burguesa. A tripartição dos poderes, proporcionada por Montesquieu, estimulou a divisão de poderes que auxiliaram na regulação das funções das polícias por meio das Constituições dos Estados, o que incentivou a especialização da polícia no campo da manutenção da ordem pública.

Na França, após a Revolução Francesa, as atribuições da polícia foram reformuladas, limitando o seu poder e especializando-a na manutenção da ordem pública, na preservação da propriedade e na segurança individual, instituindo o “modelo francês de polícia”, centralizado e estatal. A polícia estava encarregada de toda a ambiguidade da tarefa de garantir os direitos constituídos e, ao mesmo tempo, controlar a classe trabalhadora que continuava oprimida.

Em meio a essas mudanças, a Revolução Industrial, o desenvolvimento do capitalismo, a oferta de emprego nas cidades, o êxodo rural e a expansão dos centros urbanos acirraram problemáticas sociais como a criminalidade, a

delinquência, a mendicância e a prostituição. A emergência de grandes metrópoles, socialmente heterogêneas, fizera ruir as formas de controle social tradicionais. Os fatos econômicos e sociais alteram-se e a polícia, como técnica de governabilidade e exercício de poder também se modificou. Constituiu-se o discurso no qual o Estado deveria respeitar e gerir os processos financeiros e comerciais, mas não poderia interferir sobre eles. A liberdade econômica e social ganhou notoriedade e alterou o modo como o Estado exercia controle sobre a população (ROSEMBERG; LIMA, 2011, p. 182). Formou-se uma crítica pública sobre as formas de controle social o que fez com que as práticas policiais de preservação dos bons costumes e das limitações de comportamento civis fossem restringidas. A polícia passa a controlar as ilegalidades e reprimir as manifestações que iam contra a ordem instituída, deixando de exercer controle sobre a moral da sociedade e passando a poli-la.

De acordo com Gonçalves (2011), o processo de democratização presente no século XIX originou uma maior centralidade do “*rule of law*” (estado de direito), aumentando as pressões da opinião pública para a garantia de direitos civis. A preocupação com o direito à propriedade e a emergência de “medos urbanos”, reais ou fantasmas, referentes à criminalidade, produziram, em consonância com as mudanças políticas e econômicas, uma cultura liberal que demandava uma nova política de segurança, organização e prática policial. Neste contexto, a polícia situa-se como uma instituição de proteção social e, ao mesmo tempo, a principal forma de expressão de autoridade. A revolução burguesa provocou a necessidade de controlar os crimes contra a propriedade, a instituir um regime disciplinar a favor do capitalismo industrial (assegurando a obediência dos indivíduos a uma melhor economia do tempo e dos gestos), a regular problemas de conduta morais e religiosas e a instaurar uma política contra as “classes perigosas” (SANTOS, 1997).

Estas últimas, de acordo com Loureiro (2020), configuravam-se como uma categoria muito ampla que abrangia principalmente os sujeitos dos estratos menos favorecidos da sociedade. Não haveria uma diferença nítida entre a pobreza e as classes perigosas, estimulando as polícias a agirem sobre os cidadãos pobres como os mais suspeitos.

Assim, podemos dizer que no século XIX tornou-se mais visível a passagem da polícia enquanto Aparelho Ideológico de Estado para ser um Aparelho

Repressivo de Estado. Contudo, como nos alerta Althusser (1980), a Polícia, o Exército, os Tribunais, as Prisões etc. são aparelhos que funcionam, sobretudo, pela violência e pela repressão, mas não deixam de operar, secundariamente, pela ideologia, pois não existem aparelhos puramente repressivos. De acordo com o filósofo: “O Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para *assegurar sua própria coesão e reprodução* e pelos valores que projetam no exterior” (ALTHUSSER, 1980, p. 47, grifos nossos). Então podemos entender que:

[...] o papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise *relações de exploração*. Não só o aparelho de Estado contribui largamente para se reproduzir a ele próprio (existem no Estado capitalista dinastias de homens políticos, dinastias de militares, etc.), mas também e sobretudo, o aparelho de Estado assegura pela repressão (da mais brutal força física às simples ordens e interditos administrativos, à censura aberta ou tácita, etc.), as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado (ALTHUSSER, p. 55-56, grifos do autor).

De acordo com a pesquisa de Gonçalves (2011), foi a partir de meados do século XIX que as organizações policiais modernas se expandiram efetivamente, com o aumento significativo de homens e a aquisição de equipamentos. Foi apenas nessa altura que as taxas judiciais e os prêmios pela captura de criminosos deixaram de ser a forma de pagamento para aqueles que realizavam funções policiais e passou-se a pagar salários regulares aos trabalhadores.

O recrutamento seguia a norma de filiar trabalhadores não qualificados ou com poucas qualificações, normalmente homens de origem rural ou ainda antigos militares. A formação desses sujeitos em policiais era ministrada de maneira rudimentar, normalmente sob a experiência do próprio trabalho cotidiano. As escolas de formação começaram a surgir somente no final do século XIX e no início do século seguinte. Entretanto, o discurso liberal de defesa dos direitos individuais prescritos nos manuais de polícia alemã e francesa, por exemplo, não se converteram no trabalho policial, sendo estas reconhecidas pela população como organizações violentas.

Ainda segundo Gonçalves (2011), um dos principais fatores que fazia com que os cidadãos se interessassem em se tornarem policiais parece ter sido a

perspectiva de ter uma carreira segura e longa. Contudo, a maioria dos policiais não subiam mais do que um ou dois cargos na cadeia hierárquica. Tal fato foi reformulado na polícia moderna, sobretudo no século XX, quando se estabeleceram mecanismos de formação profissional e estabelecimento de carreira. Aos poucos, a polícia tornou-se uma instituição total, estabelecendo condutas que formavam a subjetividade dos policiais e os inseriram numa relação de especificidade frente aos demais cidadãos.

Dessa maneira, com o desenvolvimento das corporações e com o desdobramento dos ideais liberais, o Estado reduz a polícia a dimensões mínimas, condição para sua especialização: monopolização do uso coercivo de força legítima a fim de assegurar a paz pública, a segurança pessoal e a propriedade. A polícia deixa de interferir nos vários âmbitos sociais que estava habituada na época do Estado de Polícia e tem seus exercícios restritos.

Em suma, a polícia sofre modificações pela formação do Estado de direito e por seus princípios democráticos, tendo suas ações limitadas pela lei e tornando-se também, apesar de notáveis contradições, uma organização que possibilita a garantia do exercício dos demais direitos, e o vocábulo polícia passa a configuração semântica que conhecemos hoje (AFONSO, 2018).

Mas como os pensadores definem as polícias atualmente? De acordo com Muniz e Proença Júnior (2014), “o que a polícia é” ainda é um dos principais desafios dos Estudos Policiais.

Contudo, o sociólogo estadunidense Egon Bittner se apresenta como uma notável referência em que outros pensadores, direta ou indiretamente, se apoiam. Para Bittner (2003, p. 138), o papel da polícia pode ser melhor compreendido como “um mecanismo de distribuição de força coercitiva não negociável empregada de acordo com os preceitos e as exigências da situação”. O entendimento do que é a polícia, qual é o seu trabalho e qual é a sua função social passa pela análise de como a população compreende a polícia e como os policiais atuam na realidade cotidiana. A compreensão legalista ou constitucional de uma polícia é apenas um dos aspectos que possibilitam seu entendimento. A função da polícia não se reduz à aplicação da lei, pois os policiais atuam sob um poder discricionário, isto é, podem ou não agir em determinados contextos, como, por exemplo, realizar ou não a prisão de um cidadão ou interferir ou não em uma briga doméstica.

A polícia pode também realizar trabalhos que não são exclusivos de sua classe profissional, como orientar o trânsito, auxiliar médicos e socorristas em situações de emergência, fazer escoltas de políticos e agir como exército em caso de guerra, por exemplo. Nesta perspectiva, o “verdadeiro” trabalho da polícia seria polissêmico, composto por uma série de complexidades que variam a sua definição. Todavia, para Bittner haveria um “núcleo duro” que formalizaria o trabalho policial: a possibilidade do uso de força.

Em suma, o papel da polícia é enfrentar todos os tipos de problema humanos quando (e na medida em que) suas soluções tenham a possibilidade de exigir (ou fazer) uso da força no momento em que estejam ocorrendo. Isso empresta homogeneidade a procedimentos tão diversos como capturar um criminoso, levar o prefeito para o aeroporto, tirar uma pessoa bêbada de dentro de um bar, direcionar o trânsito, controlar a multidão, cuidar de crianças perdidas, administrar os primeiros socorros médicos e separar brigas de familiares (BITTNER, 2003, p. 136).

Para Muniz e Proença Júnior (2014, p. 406), Bittner constitui a integralidade do trabalho policial ao articular duas dimensões empíricas: o que se espera das polícias e o que de fato elas fazem, isto é, “Identifica o uso potencial e concreto da força como o atributo comum que articula as expectativas sociais em tudo que a polícia é chamada a fazer e o conteúdo substantivo de tudo que a polícia faz”. Ela é um instrumento de poder que produz obediência pelo uso apropriado de força, “nos termos e formas das pactuações sociais em suas expressões políticas e legais” (MUNIZ; PROENÇA JÚNIOR, 2014, p. 407).

O cientista político David Bayley (2001, p. 118), por sua vez, identifica três formas interdependentes de descrever a atividade policial: observando-se aquilo que a polícia é designada a fazer (como patrulhar, investigar, controlar o tráfico, etc.); as situações nas quais ela é responsável em lidar (como crimes em andamento ou em cenários de possíveis confrontos); e as ações que ela realiza nessas situações (prendendo, advertindo, socorrendo, etc.). E pontua três condições para a existência de uma polícia: a potencialidade do uso da força física, o seu uso interno (diferenciando-a do exército) e a sua autorização coletiva. Esta última tem por objetivo distinguir a polícia de outros grupos que podem utilizar a força física, mas que não contém propósitos coletivos, tal como a segurança privada (BAYLEY, 2001, p. 23).

De acordo com Muniz e Proença Júnior (2014, p. 407), a autorização coletiva é objeto de constante negociação entre as distintas expressões de ordem que conformam a realidade social. A autorização da polícia para intervir, usar a força, vigiar, investigar e produzir obediência é submetida ao controle coletivo, isto é, dependente da aprovação dos atores sociais.

Para Bayley (2001), o policiamento seria praticamente universal e estaria presente na maioria das sociedades. O que distinguiria o policiamento moderno de outras formas de policiamento seria a natureza pública do trabalho (mantida e controlada pelas comunidades), a especialização (ser eficiente no uso da força) e a profissionalização (remuneração, plano de carreira, treinamento etc.).

Já o sociólogo francês Dominique Monjardet (2003, apud ROSEMBERG; LIMA, 2011) compara a polícia a um martelo. A polícia seria uma ferramenta de força, mas o seu uso dependeria daquele que maneja o instrumento. Sua instrumentalidade seria universal, mas suas finalidades seriam particulares e não estariam dadas previamente. Assim, a polícia não intervém quando a força deve ser usada, mas intervém quando alguém comanda essa intervenção, seja por meio de um sistema de valores partilhados ou por uma autoridade exercida sobre ela. Monjardet também considera que as prescrições do trabalho policial são dadas por sistemas normativos e de entendimentos valorativos de um momento específico. Assim, a polícia construiria interesses e culturas profissionais próprias que, por efeito, resistiriam a essa instrumentalização de terceiros.

Nesse prisma, a polícia responderia às prescrições políticas por um lado e as demandas profissionais e do público, por outro. As três esferas – política, pública e profissional – coexistem e são indissociáveis, muitas vezes operando de acordo com lógicas distintas e conflitantes (ROSEMBERG; LIMA, 2011, p. 190).

Assim, ao analisarmos a história do vocábulo, como forma de administração pública ou como instituição armada, é possível observar como a polícia manteve uma estreita relação com as ideias políticas em vigor em cada época e lugar. Com maior ou menor ênfase, a polícia esteve intrinsecamente relacionada ao poder e aos interesses das classes dominantes, seja nos regimes monárquicos ou nas democracias. Manter a ordem social ou pública sempre foi uma de suas principais ideias condutoras, tanto pelo uso da força física, quanto por meio do “polimento” ou pela disciplinarização da população. Os objetivos que ela pretendia alcançar ou

aqueles que se pretendia alcançar por meio dela apresentaram-se, por vezes, dispares ou contraditórios com os efeitos produzidos por suas práticas. Enquanto instituição de Estado, sempre agiu por meio da repressão, amparada pelas leis e pela justiça vigente e, nesse cenário, construiu interesses e culturas profissionais próprias.

Tendo essas compreensões em vista, vejamos como as polícias militares no Brasil foram se constituindo, quais discursos parecem nortear as instituições policiais, quais eram suas práticas e quais ideias ainda permanecem e conduzem o trabalho dos policiais militares atualmente.

3.2 História e atualidade das polícias militares no Brasil

Para Fernandes (1974), a história das polícias e das forças repressivas no Brasil confundem-se com a sua própria “descoberta”. Num sentido mais extenso, desde o primeiro momento, os colonos já utilizavam do militarismo e de forças repressivas como ferramentas de colonização na expansão do capitalismo mercantil ao Novo Mundo. Contudo, só foram instituídas de fato tropas regulares permanentes no Brasil Colônia em meados do século XVIII perante a necessidade de manutenção da ordem interna, das relações de produção escravocrata e para conter os movimentos de independência.

De acordo com a pesquisa de Loureiro (2020), já era possível identificar no início do século XVIII os primeiros corpos militares destacados do exército que tinham a função de realizar a defesa da ordem e do sossego público. Alguns historiadores consideram essas formações as primeiras versões de unidades policiais no Brasil, como os *Dragões de El Rei*, unidade militar criada em 1719 que ajudou a sufocar as rebeliões em Vila Rica e que, posteriormente, formaria o *Regimento Regular de Cavalaria de Minas* em 1775.

Entretanto, consensualmente, compreende-se que a história das polícias militares no Brasil iniciou-se com a vinda da família real em 1808 para o Rio de Janeiro, onde foi criada, no ano seguinte, a *Divisão Militar da Guarda Real de Polícia*. Ela era uma tentativa de réplica da polícia que já existia em Lisboa e que se baseava no modelo francês de polícia (BRETAS; ROSEMBERG, 2013). Essa importação, contudo, fez com que a estrutura institucional da metrópole sofresse um

processo de miscigenação jurídica, maculada em grande medida pela sociedade escravocrata presente na colônia (LOUREIRO, 2020, p. 351). De toda forma, a Guarda Real de Polícia seguia o modelo de um exército, estava organizada em moldes militares e tinha como objetivos a repressão do contrabando, a manutenção da ordem e a captura e apreensão de escravos fugidos, desordeiros e criminosos (MUNIZ, 2001, p. 192).

Apesar da criação da Guarda Real ser um marco histórico para compreender as polícias no Brasil, as polícias militares de cada unidade federativa tiveram suas origens em momentos distintos. As polícias militares da Bahia e de Pernambuco, por exemplo, datam sua criação em 1825, a de São Paulo em 1831, a do Rio Grande do Sul em 1837, a do Paraná em 1854, e mais recentemente, as de Rondônia, Roraima e Amapá em 1975 e, sendo a última criada, a de Tocantins, em 1989²⁷. Não tendo a pretensão de analisá-las uma a uma, mas sim de tentar propiciar um panorama das mais proeminentes ideias condutoras que as constituíram, voltemos à nossa linha cronológica.

De acordo com Fernandes (1974, p. 68), a independência não acarretou, durante o Primeiro Reinado, modificações na organização do sistema militar herdado do período colonial. Apesar de haver uma intenção de desenvolver uma institucionalidade ligada a um Estado Liberal, o policiamento realizado continuou concentrado em aspectos de controle social e repressão de uma sociedade escravocrata, onde os policiais começaram a substituir parcialmente os serviços dos capitães-do-mato ao destruírem quilombos e a capturar escravos fugidos (LOUREIRO, 2020).

Em 1831, no Período Regencial, houve um processo de reorganização das polícias com a criação da *Guarda Nacional* e das *Guardas Municipais Permanentes*. Estas últimas seriam as antecessoras de grande parte das atuais polícias militares. Elas eram controladas pelos presidentes das províncias e constituíam-se de voluntários organizados em cavalaria e infantaria, cuja função era “manter a tranquilidade pública” e “auxiliar a justiça”, atuando na repressão de reuniões ilícitas, controlando a população em eventos públicos autorizados, prendendo indivíduos

²⁷ Essas datas são correspondentes ao que é informado pelos sites oficiais das polícias militares de cada estado.

envolvidos em distúrbios contra a ordem civil e aqueles que ofendessem a moral pública vigente (FERNANDES, 1974, p.70-71).

A partir do Segundo Império, as polícias começaram a ser empregadas também como forças auxiliares do exército regular nas campanhas de guerra (como na Guerra do Paraguai), nos conflitos internos (rebeliões, motins e revoltas populares) e nas operações relacionadas ao controle das fronteiras da nação.

Em outras palavras, as PMs foram se transformando paulatinamente em forças aquarteladas "especiais" ou "extraordinárias", que atuavam menos nos serviços de proteção da sociedade e mais nas questões de defesa do Estado. Suas atividades propriamente policiais como as patrulhas urbanas passaram a ser mais esporádicas e residuais, sendo seus recursos destinados prioritariamente para os casos de emergência pública, e para missões militares extraordinárias, etc. (MUNIZ, 2005, p. 182).

De acordo com Loureiro (2020), ao longo do século XIX as polícias das províncias seguiram o modelo militarizado. Nas áreas interioranas, de baixa densidade populacional e contexto socioeconômico latifundiário e escravocrata, as forças ficaram submetidas, por vezes, ao controle dos poderes locais, fazendo que a atividade policial servisse aos interesses das elites rurais e em relativo contraste com os centros urbanos, onde se submetiam a outras dinâmicas sociais.

Segundo Fernandes (1974, p. 257), o recrutamento da grande maioria dos policiais era procedente da mesma classe social que esta organização reprimia. “É exatamente neste momento que se impõe com um ímpeto desconhecido no período imperial a necessidade de ‘desclassizar’ o pessoal que compõe a instituição”. Para isso, foram estabelecidos os cursos preparatórios para oficiais e praças que, ainda na atualidade, além de profissionalizar o trabalho, ensinando-lhes técnicas e os remetendo ao rígido regime de disciplina e hierarquia, formata os sujeitos segundo a ideologia do Estado, formando-os profissionais que desempenham a função civil de policiamento e a função militar como força auxiliar e reserva do Exército a partir da mesma identidade comum: a de policiais militares.

Com a Constituição da República em 1891, os estados começaram a se tornar mais autônomos e tinham mais liberdade para criar e coordenar as ações de suas polícias. Cada estado criou a sua própria *força pública*, que seria a representação da segurança pública em seus territórios e servia como resistência às

medidas da União²⁸. Foi nesse contexto que os governantes investiram na expansão de suas polícias e as tornaram mais profissionalizadas. Esse processo iniciou-se em São Paulo com a influência da “missão militar francesa”²⁹ em 1906 e que em 1919 foi contratada para “modernizar” o Exército. Estes desenvolvimentos influenciaram a modernização das forças policiais dos demais estados federativos, tornando as polícias mais disciplinadas, com melhores equipamentos, condições de carreira e salários (PEDROSO, 2005). A Missão Francesa transformou o aparato policial constitutivo de um saber próprio e institucionalizado,

[...] compondo um universo ideológico de produção de conhecimento aliado às práticas de novas técnicas. Mas, mais do que isso, o policial (ou o soldado) deveria ser, acima de tudo, um militar e agir como tal. Assim, a hegemonia da corporação policial militar acabou por moldar um ideário de como *deve ser* o policial: militar, por excelência (PEDROSO, 2005, p. 85-86, grifos da autora).

Com o início do Governo Vargas em 1930 ocorreu uma centralização do poder e um esvaziamento das autonomias estaduais. Com a consolidação do Estado Novo e a aprovação da Constituição, as polícias militares passaram a ser definidas como forças de reserva do Exército e se tornaram importantes instrumentos de manutenção do aparelho ideário de Vargas, voltadas, legalmente, para a segurança interna e para a manutenção da ordem, mas que realizaram diversas perseguições políticas e agiam com muita violência (RIBEIRO, 2011).

Com o Golpe Militar de 1964, diferentemente dos períodos anteriores nos quais o policiamento urbano era feito principalmente pelas polícias civis, agora as polícias militares eram responsáveis pelo policiamento ostensivo urbano e estavam totalmente subordinadas ao Exército, tornando-se ainda mais militarizadas. Para Fernandes (1974, p. 256), essa modalidade “híbrida” de polícia atuava tanto como as guardas no policiamento das cidades, mas também como forças do Exército, permitindo “o emprego da força em várias matizes de intensidade de acordo com as circunstâncias que lhe subordinem o modo de agir”.

Durante a Ditadura Militar as organizações e as práticas policiais se aperfeiçoaram, resultando em avançadas técnicas de repressão e violência. As

²⁸ Em São Paulo, a Força Pública se tornou um grande corpo armado que foi parte importante na Revolução Constitucionalista de 1932.

²⁹ A Missão Francesa durou até 1914 em São Paulo e foi comandada pelo tenente-coronel Paul Balagny, comandante do 103º Regimento de Artilharia do Exército Francês.

polícias militares fizeram o uso de agentes infiltrados em diversos segmentos da sociedade, realizaram a captura de suspeitos, praticaram interrogatórios mediante tortura, invadiram universidades, dispersaram assembleias sindicais, reprimiram movimentos urbanos e rurais, desapareceram com corpos e criaram versões para justificar as violências e mortes decorrentes de suas intervenções. Esses avanços repressivos estavam amparados pela Doutrina de Segurança Nacional. Sob a égide da legalidade, essa doutrina embasou o golpe e a ditadura, influenciando as polícias militares no combate ao inimigo interno da nação (isto é, todos aqueles que pudessem criticar ou atuar contra o regime estabelecido) em nome da segurança e da boa ordem pública (SOUZA, 2020; BORGES FILHO, 1989).

Para Borges Filho (1989, p. 84), as polícias militares eram forças mais aptas a ações militares urbanas do que as Forças Armadas por conta do maior número de policiais militares por região, por já terem posse de um armamento mais adequado para controlar e reprimir a “perturbação da ordem” e também por já realizarem o policiamento ostensivo, que permitia um pronto uso da força para combater os considerados opositores.

De acordo com Souza (2020), a Ditadura Militar deixou marcas profundas nas polícias militares. Após o Decreto Lei 667/69, ápice da militarização das polícias (influenciando na atuação e na formação de seus integrantes), houve um aumento considerável da letalidade policial, condição não observada anteriormente e que ainda persiste na contemporaneidade. Em São Paulo, por exemplo, foi criada no ano seguinte as “Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar” (Rota), considerada a “tropa de elite” da polícia militar paulista, que agia sob uma tática de guerrilha urbana contra aqueles que se apresentassem contrários à ditadura. Atualmente, segundo Bueno (2018, p. 21), a Rota mantém, mesmo após a retomada democrática, uma doutrina que privilegia o uso da força letal como instrumento de controle do crime.

Se o enfoque das polícias durante a Ditadura Militar era a busca do dissidente político, após 1988, elas passaram a explorar com mais preponderância a figura do criminoso comum como inimigo da sociedade. Para Grotti e Bordin (2020), haveria uma certa concorrência entre ambos durante a Ditadura, mas a justificativa predominante para práticas repressoras ilícitas era a de “eliminar o mal do

comunismo”³⁰. Ainda de acordo com os pesquisadores, a criação do inimigo interno não teria um marco puramente formal. Ele seria resultado de um processo social imaginário onde determinados grupos e indivíduos com certas características contribuiriam para a ruína da sociedade, o que justificaria dentro desse plano ideológico as suas eliminações.

Também foi durante a Ditadura que houveram melhores planos de carreira, gratificações, condições de trabalho e outros empenhos que auxiliaram no desenvolvimento da polícia e da identidade do policial militar. Durante esse período, ocorreu a última grande transformação estrutural no sistema policial brasileiro, culminando na configuração de duas polícias estaduais de ciclo incompleto: as polícias civis, encarregadas de funções investigativas e judiciárias, e as militares, responsáveis pelo policiamento ostensivo (MUNIZ, 2001, p. 184). O policiamento ostensivo se traduz no trabalho de preservação da ordem a partir da presença uniformizada dos policiais nas ruas, agindo preventivamente e repressivamente, envolvendo ação direta contra criminosos, aplicando a lei e prestando auxílio à população.

A história da formação das polícias no Brasil nos permite perceber que as suas práticas deram sustentação para as instituições e os projetos políticos existentes, mesmo que, em determinados momentos, os projetos tenham sido diferentes um dos outros (RIBEIRO, 2011, p. 10). Desde sua criação, as forças policiais serviram ao Estado ou aos seus representantes. “Cada governo particularmente procurou edificar internamente o aparato policial oferecendo-lhe diretrizes de atuação que, com o passar do tempo, cristalizaram-se em atitudes corporativas” (PEDROSO, 2005, p. 173).

A constituição de uma ideologia específica, tendo no militarismo³¹ a sua principal força de atuação, fez com que o “poder de polícia” tomasse como *modus operandi* a lógica do conflito e da repressão. De fato, para Sérgio Adorno “A

³⁰ Discurso ainda presente na contemporaneidade e que tensiona a política nacional.

³¹ De acordo com Silva (2014): “Militarismo’ é daqueles termos insuscetíveis de definir por meio de um enunciado preciso ou de conceituar de modo a abarcar as suas diferentes nuances. Inobstante a dificuldade, é comum considerar-se militarismo como uma ideologia segundo a qual a expressão militar do poder de um Estado tem primazia na formulação e condução das políticas públicas, do que resulta a preponderância dos militares em relação aos civis ou a sua forte influência na tomada de decisões. Cumpre observar, no entanto, que ao significante ‘militarismo’ corresponde um amplo feixe de significados, dependendo do contexto social em que o mesmo é empregado e da perspectiva de quem o emprega”.

militarização está presente no aparato policial do Estado desde o período colonial, atravessou o império e se consolidou na República.” (apud SOUZA, 2020 p. 25). Esse viés militarista das polícias era acionado de acordo com as necessidades de cada contexto, mas, de modo geral, colaborava com a manutenção da ordem vigente e sustentava o poder das elites. As aberturas e fechamentos políticos expressam o ritmo do funcionamento das instituições repressivas, intensificando ou atenuando o militarismo nas polícias de acordo com a conjuntura histórica e com as necessidades dos poderes correntes (PEDROSO, 2005).

De início, a criação das polícias militares estava estrita à necessidade de preservar as relações de produção derivadas da escravidão. Hoje, com a manutenção e o aperfeiçoamento dessas forças repressivas, a sua função está determinada à defesa de um processo mais amplo de reprodução do próprio aparelho estatal e das forças produtivas que dão sustentação à estrutura política e econômica do Estado.

Entendidas como Aparelho Repressivo do Estado e como sub-aparelhos das Forças Armadas, uma vez que sua função é assegurar pela força as condições políticas de reprodução das relações de produção, fica claro que as polícias militares originalmente seguiam e reproduziam a ideologia dominante para, mais adiante, à medida que foram se aperfeiçoando, desenvolverem, também, uma ideologia militarista (BORGES FILHO, 1989, p. 251).

De acordo com Muniz (2001), foram poucos os períodos em que as polícias militares atuaram como polícias urbanas e ostensivas. Historicamente, elas estavam mais próximas de organizações militares do que policiais, sendo mais empregadas para a segurança interna e a defesa nacional do que para as funções de segurança pública. Em suma, “cabia às PMs, ir para as ruas ‘manter’ a segurança do Estado através da disciplinarização de uma sociedade rebelde à ‘normalidade’ e a ‘boa ordem’” (MUNIZ, 2001, p. 183).

Percebe-se que as polícias dos estados sempre vivenciaram dupla atribuição, como “polícia” e “Força Militar” nas questões de “segurança pública, segurança interna e segurança nacional”. Fizeram-se presentes em todos os “regimes políticos e formas de governo, [...] não se restringindo aos períodos como a ditadura de Vargas, em 1937 a 1945 e a ditadura militar de 1964 a 1984. Sempre foram mobilizadas e empregadas quando da “conveniência” da União. (MEZZOMO, 2005, p. 31 apud RIBEIRO, 2011, p. 11).

Todavia, de 1988 até os dias de hoje, a entrada do Ministério Público como responsável pelo controle externo das ações policiais, a criação das ouvidorias, as

mudanças legislativas e as pressões da sociedade civil, da imprensa, da universidade e de determinadas alas políticas foram e ainda são fatores que influenciam e modificam o fazer policial na contemporaneidade.

Assim, apesar de possuímos a potencialidade de discutir a segurança pública, os direitos, deveres e valores das polícias militares e poder promover novas práticas de policiamento, a cultura organizacional e as atividades policiais ainda estão intimamente ligadas às suas tradições históricas e as conservadoras técnicas de policiamento, visíveis nos símbolos, ritos, canções, treinamentos, uniformes, formações, discursos e atuações das atuais polícias militares. O corporativismo arraigado, a visão militar da segurança pública e a falta de controle da polícia pela sociedade ainda são resquícios de nossa história ditatorial (SOUZA, 2020, p. 42).

Nos dias de hoje, no atual cenário de estado democrático de direito, vivemos sob o anseio social de adoção de políticas criminais com o objetivo de aumentar a segurança da população e punir os infratores. Desejo popular que angariou promessas políticas de aumento no efetivo policial, na compra de novos equipamentos para as polícias, no endurecimento da legislação penal e no combate ao crime (BUENO, 2014). Para Freitas Filho e Correia Junior (2015, p. 8), o Estado não apresenta soluções efetivas para combater as causas da insegurança pública, mas impõe, a partir do uso das forças policiais, medidas que tentam lidar com seus efeitos.

Diante dessa discursividade, as polícias militares têm atuado sob uma política de “guerra às drogas” e agido ante uma racionalidade belicista contra a criminalidade (RODRIGUES, 2012). O perfil das vítimas de intervenções policiais, de acordo com o FBSP (2020), tem sido composto majoritariamente por homens (99%), negros³² (79%) e com idades entre 15 e 29 anos (74%), demonstrando um particular uso da força sobre a população mais pobre das cidades e atuando sobre os negros a partir de um “racismo institucional”, derivado do preconceito já existente na sociedade (OLIVEIRA JÚNIOR; LIMA, 2014). Não há dúvidas de que os negros e pobres são as principais vítimas da letalidade policial e de abordagens ilegais. “São os alvos prioritários das prisões em flagrante e estão super-representados nas penitenciárias” (SOARES, 2019, p. 25). Conforme o FBSP (2020), também são os

³² Constituem cerca de 55% da população brasileira.

policiais negros (65,1%) as maiores vítimas de homicídio, quando estes representam apenas 34,9% dos efetivos das polícias.

Segundo os dados apresentados por Soares (2019, p. 28), apenas 13% dos presos no Brasil cumprem pena por crimes contra a pessoa³³, 5% por transgressão ao Estatuto do Desarmamento, 40% dos presos são provisórios (ainda aguardam condenação), 28% estão presos por tráfico de drogas e 44% foram acusados ou são suspeitos de crimes contra o patrimônio. Esses dados indicam que os crimes contra a vida e o controle de armas não constituem uma prioridade para as instituições de segurança pública. O foco das polícias militares tem sido a repressão do crime ao patrimônio e o tráfico de drogas, pois, devido a impossibilidade de exercerem o policiamento investigativo, são essas modalidades de delitos que são mais passíveis de serem flagradas durante o policiamento ostensivo e nas operações policiais. Assim,

[...] no varejo cotidiano, só resta ao soldado procurar o flagrante, flagrar a ocorrência, capturar o suspeito. Os grupos sociais mais vulneráveis serão também, no quadro maior das desigualdades brasileiras e do racismo estrutural, os mais vulneráveis à escolha dos policiais, porque estes projetarão preconceitos no exercício de sua vigilância. O elenco escolhido pela vigilância tenderá a ser parecido com os estereótipos destacados no cardápio da cultura corporativa. Nos territórios vulneráveis, a tendência será atuar como tropa de ocupação e enfrentar inimigos. Assim se explicam as milhares de execuções extrajudiciais sob o título cínico de “autos de resistência”, abençoados pelo MP [Ministério Público] sem investigação e arquivados com o aval cúmplice da Justiça e a omissão da mídia e de parte da sociedade (SOARES, 2019, p. 36).

Nesse sentido, a produtividade para as polícias militares distancia-se da segurança pública como a ausência de crimes na sociedade e a garantia dos direitos do cidadão, aproximando-se mais de um estado penal e a um ideal de encarceramento e, quando não, no pior dos casos, na realização de ações extrajudiciais. Para Soares (2019), pressionar as polícias militares a funcionarem equivaleria a cobrar-lhes resultados, os quais são interpretados como realizar prisões, as mais disponíveis pelo método de flagrante. A polícia vai à “caça” dos personagens socialmente vulneráveis, que comete determinados tipos de delito que estão no âmbito de observação e ação do policial ostensivo. “Portanto, socialmente

³³ Em média, apenas 8% dos homicídios dolosos são esclarecidos no Brasil.

vulnerável torna-se sinônimo de vulnerável à abordagem policial, ao flagrante e à correspondente tipificação criminal” (SOARES, 2019, p. 37).

O que os estudos demonstram é que o ideário policial-militar é composto por determinadas ideias que fazem com que os policiais militares atuem sobre critérios de raça, classe social e território. Para Souza (2020, p. 68), o preconceito no meio policial se manifesta na adesão acrítica às ideias que apregoam a morte de determinadas pessoas previamente classificadas como nocivas à sociedade. Sob o discurso de “bandido bom é bandido morto” ou “vamos caçar e matar os marginais”, estabelece-se uma racionalidade sobre quem são os criminosos antes mesmo da evidência do crime.

Esse processo social no qual se dissemina uma expectativa negativa sobre determinados indivíduos e grupos é nomeado por Michel Misse (2014) de *sujeição criminal*. Ela parte de uma crença profunda de que o crime habita o indivíduo transgressor e o seu “tipo social mais geral”, como componente instituído de seu caráter, de sua personalidade, de sua subjetividade ou de seu ser. A sujeição criminal parte de um saber, de uma “regra de experiência”, que atribui de antemão que o indivíduo ou o grupo poderão realizar algum mal, de que possuem a propensão de cometer crimes, especialmente os violentos. Esses indivíduos e grupos seriam cruéis, matariam por nada, não respeitariam ninguém, não teriam valores ou ideais, seriam “pessoas do mal”, “bandidos”, “vagabundos”, “animais”, etc. que, no limite, seriam indesejáveis e dispensáveis para a sociedade.

A sujeição criminal decorre da discriminação seletiva de algumas características associadas aos indivíduos, como sua cor, suas roupas, os locais em que reside, seu modo de andar, sua origem social, etc., ficando o indivíduo sujeitado à mercê dos “roteiros típicos” das polícias que apresentam, a partir desse saber, uma justificativa para exercer um controle social preventivo.

O conceito de sujeição criminal não depende do conceito de desvio ou de estigma, pois se refere a um processo social em que é “normal” (e não desviante) esperar-se que certos indivíduos e tipos sociais sejam mais propensos a cometer crimes que outros, e também é “normal” acreditar-se que a sociedade está dividida entre “pessoas de bem” e “pessoas do mal” e a regra seguida não é a da “presunção de inocência”, mas a da desconfiança e da “presunção (preventiva) de culpabilidade”. [...] Assim, a sujeição criminal é um processo alimentador da resolução violenta de conflitos, um fator importante da acumulação social da violência (MISSE, 2014, p. 210).

Segundo Endo (2005, p. 80), as polícias atuariam tentando discriminar quem seriam os bandidos, os vagabundos, os maus elementos, os delinquentes etc. dos que não são. Numa rápida visada, o policial, sob esse entendimento, deve determinar o suspeito e agir de maneira rápida e eficaz. Este modo de atuação só seria possível a partir da determinação de marcas e sinais visíveis no corpo e no comportamento do suspeito. Essas marcas e sinais não estariam somente sob o olhar do policial, mas também nos valores que a sociedade carrega sobre essas pessoas.

Preto, pobre, nordestino, maconheiro, adolescente, representam autorizações prévias que permitem as práticas abusivas. Portanto, essa “demarcação” apoia-se freqüentemente em preconceitos arraigados na sociedade como um todo, e não apenas na corporação policial. A suspeita, ponto de partida de uma investigação conseqüente, no Brasil, representa comumente um caminho certo e sem volta para a eliminação de pessoas.

Na aniquilação do suspeito encontra-se todo o arbítrio, a indiferença e o perigo letal de uma situação social perturbada, em que a sociedade autoriza e cria os meios para manter intacta e atuante as práticas de eliminação. Aniquilação do “mal” muitos diriam, não reconhecendo o caráter circunstancial e arbitrário desse “mal”, definido num lastro abusivo que pode, rigorosamente, aplicar-se a qualquer um de quem se suspeite, invariavelmente, a partir de preconceito de classe, cor e posição social (ENDO, 2005, p. 81).

Na leitura de Kohara (2019, p. 78), se o processo de sujeição criminal se origina no Brasil acompanhando o processo de formação do Estado e de formação das instituições policiais, ele também seria, por outro lado, enquanto processo social, algo autônomo. “Nascido de um interesse de classe, quando codificado por um sistema de justiça criminal e por um sistema de valores morais da sociedade, ele passa a produzir efeitos que independem do comando direto da classe dominante”. Mesmo que não se trate de uma ação consciente que favoreça a um interesse de classe, do ponto de vista subjetivo, isso pode ser vivido como dedicação a um interesse coletivo irrestrito, onde se parte do princípio de que os sujeitos criminosos não pertenceriam a essa coletividade, mas a degradariam.

À título de exemplo desse *modus operandi* das polícias militares, temos uma foto publicada pela própria Polícia, na qual, em uma “pista” de treinamento, policiais simulam, em um cenário artificialmente criado, uma situação de confronto, na qual há escrito em uma das paredes e, aparentemente, sem causar nenhum

constrangimento, a palavra “favela” (STABILE; CRUZ, 2019). Nessa mesma linha, temos o depoimento do comandante da Rota que propõe uma diferenciação na abordagem policial dependendo do bairro onde os agentes estejam, pois, conforme ele, seriam “pessoas diferentes” as que transitam nos bairros nobres e nas favelas (ADORNO, 2017)³⁴. Por fim, a justificativa dada por um policial a um jovem negro do porque ele havia sido “enquadrado” quatro vezes no mesmo mês foi a de que ele tinha “cara de ladrão” (LIMA, 2021). A imagem e os discursos revelam uma política de criminalização do pobre e do negro ao os estereotiparem como criminosos em potencial, seguindo padrões e preconceitos já presentes e compartilhados pela sociedade e que, muitas vezes, ajudam a legitimar as ilegalidades por parte da polícia (FREITAS FILHO; CORREIA JUNIOR, 2015).

A fala de um comandante e a fotografia de um local de treinamento demonstram que, pelo menos uma parcela das lideranças das polícias militares promove, concorda ou se exime frente a esse tipo de prática para com a população, não se limitando a ações individuais ou restringindo-se aos policiais “da ponta”, aqueles que têm contato direto com os cidadãos. Em concordância com Souza (2020, p. 24), “as justificativas baseadas na existência do bom e do mau policial como sendo plausíveis para explicar as mortes decorrentes de suas ações” não são suficientes para compreendermos a violência policial. É necessário acrescentar determinantes sociais, institucionais, jurídicos e políticos para além dos aspectos subjetivos para analisarmos essa problemática.

As ações violentas de policiais não podem ser entendidas apenas a partir de motivações individuais. Argumentamos que a instituição policial molda o comportamento de seus membros, por meio de uma série de regulamentos, normas e leis que os norteiam, coibindo ou incentivando determinados procedimentos, também influenciados pelo ambiente social em que a corporação está inserida. E, mais do que isso, esse processo não é exclusivo da Polícia Militar e conta com a anuência tácita do Ministério Público e dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ao delegarem a definição da métrica do limite

³⁴ Segue a fala do Tenente Coronel, retirado de Souza (2020, p. 83): “É uma outra realidade. São pessoas diferentes que transitam por lá. A forma dele abordar tem que ser diferente. Se ele [policial] for abordar uma pessoa [na periferia], da mesma forma que ele for abordar uma pessoa aqui nos Jardins [região nobre de São Paulo], ele vai ter dificuldade. Ele não vai ser respeitado”, disse. “Da mesma forma, se eu coloco um [policial] da periferia para lidar, falar com a mesma forma, com a mesma linguagem que uma pessoa da periferia fala aqui no Jardins, ele pode estar sendo grosseiro com uma pessoa do Jardins que está ali, andando”, complementou. “O policial tem que se adaptar àquele meio que ele está naquele momento”.

legal do uso da violência para as próprias corporações policiais (BUENO, 2014, p. 44).

Nesse sentido, nos deparamos com ações desastrosas das polícias, como o Massacre do Carandiru em 1992, que matou 111 presos com o objetivo de conter uma rebelião (PEDROSO, 2005); a operação em Paraisópolis em São Paulo que deixou nove pessoas mortas pisoteadas após policiais provocarem tumulto em um baile funk (BARBOSA et al, 2020); ou nas frequentes manchetes que anunciam mais uma morte decorrente de “bala perdida” e que encontram, via de regra, os mesmos corpos já estereotipados e em territórios já conhecidos.

A limpeza da sociedade, consentida em processos violentos coletivos, tem no corpo o seu alvo primeiro e mais importante e depende de uma definição mais ou menos precisa de quais corpos podem ser considerados sujos e quem fará o trabalho desagradável de mexer nessa sujeira, e limpar a cidade.

A noção de “trabalho sujo” torna-se extremamente esclarecedora quando se evidencia na dinâmica e no conjunto da sociedade uma autorização coletiva e relativamente velada, que permite e autoriza a prática do desmando (ENDO, 2005, p. 76).

Para Bueno (2014, p. 127), a violência policial não é somente tolerada por parte dos governantes como muitas vezes é incentivada. Como a autora demonstra, esse discurso que incentiva a brutalidade policial é recorrente na história política e permitiu (e ainda permite) a eleição de diversos políticos. Para a pesquisadora, “a letalidade policial é entendida como sinônimo de eficiência para a corporação, na medida em que estaria intervindo para ‘proteger’ a sociedade dos ‘bandidos’, na ideia da necessidade do Estado e suas instituições tutelarem a sociedade”.

É, portanto, através de uma doutrina de uso da força letal que podemos compreender a reprodução e persistência dos homicídios praticados por policiais nas proporções verificadas, que vai sendo operada e disseminada no dia a dia. Essa doutrina, fundamentada na experiência dos policiais e altamente informada pelo tirocínio³⁵ é transmitida a partir da oralidade, não estando escrita ou formalizada em nenhum documento, garantindo que fique isenta de sanções administrativas a exemplo do que acontece com a doutrina de Rota. A doutrina de uso da força letal aqui referenciada é a instrumentalização de uma subcultura do universo policial que

³⁵ “O tirocínio é uma habilidade que se expressa na capacidade do policial de analisar um ambiente e identificar ilícitos e suspeitos, fundamentando a sua suspeita, habilidade muito valorizada” (BUENO, 2018, p. 132).

compreende a prática do homicídio como uma forma eficiente de controle do crime. Não se trata, portanto, de uma ideologia em torno da ideia de que “bandido bom é bandido morto”, mas de uma estratégia funcional dentro de um frame em que vigora a crença genuína de que a missão da polícia é caçar bandidos. Assim, a disposição homicida não aparece como um desvio ou crime, mas como elemento central da própria atividade policial. E nesse contexto, o papel da ideologia se traduz na capacidade de justificar essas ações de modo a cumprir com as expectativas culturais, negociando uma nova identidade para os policiais que a ela aderem (BUENO, 2018, p. 24-25).

O que podemos concluir ao olhar para a história e as práticas das polícias militares no Brasil, é de que elas foram e ainda são forças repressivas que atuam por meio de ideais militaristas, concentrando-se mais no uso da força cotidiana do que na disciplinarização. Operou e ainda opera sob a ideia de combate ao inimigo interno, seja ele o escravo fugido, o vagabundo, o ladrão, o subversivo, o inimigo político ou o traficante. Sua cultura organizacional não se distancia muito do que as classes dominantes esperam dela, atuando mais por incentivos políticos e populistas do que pela lei e pela garantia de direitos. Como conclui Samico (2018, p. 44), “a imagem da polícia como aparelho repressivo a serviço do poder segue viva no imaginário público e estampada nos meios de comunicação”. A criação de uma identidade autêntica de polícia, afastada do Exército e do militarismo, parece que ainda está por vir.

3.3 “Fazer-se” policial militar: a formação de policiais militares

Até o momento, tentamos mapear quais seriam as ideias condutoras das atuais polícias militares a partir de uma revisão sobre a história das polícias na Europa e no Brasil e como essas instituições atuam na contemporaneidade. Contudo, existe um processo pelo qual os sujeitos passam para assumir essas ideias como condutoras, o que diz respeito às suas formações enquanto policiais militares.

Podemos supor que o processo de formação de um policial militar antecede o seu próprio ingresso na corporação, pois é necessária alguma motivação que justifique o seu interesse em trabalhar como policial militar. Nogueira e Moreira (1999, p. 35) notam que o quadro de ideias e valores que orientam os policiais fazem-se presentes no imaginário social e influenciam o ingresso dos sujeitos nas

instituições. Antes mesmo de serem aprovados em concurso público, os sujeitos já carregam expectativas sobre os ideais das corporações e imaginam o que significaria trabalhar como policiais militares.

Meandro e Souza (1996, p. 136) indicam, a partir da aplicação de questionários a policiais militares do Espírito Santo, que a vocação e/ou gosto pelo militarismo seriam o motivo de maior influência para o ingresso na Polícia Militar (48%), ficando o desemprego (26%) como segunda resposta mais encontrada. Todavia, qual seria o sentido de “militarismo” para cada um dos policiais entrevistados? Seria a mesma significação antes de ingressarem nas polícias e depois de anos de trabalho exercendo a profissão?

Poderíamos pensar nas inumeráveis representações que fundamentariam a escolha de um sujeito para se tornar policial militar, entretanto isso pouco nos ajudaria em nossos objetivos, tendo em vista como cada representação seria assumida pelos sujeitos de maneira singular e como ela poderia se modificar ao longo do tempo para a mesma pessoa.

O que nos parece mais assertivo, seria considerar que as expectativas que sujeitos possuem sobre o que significaria trabalhar como policial militar é o produto da articulação entre o imaginário social sobre a corporação e os seus próprios desejos de se tornarem policiais. Haveria, assim, uma combinação entre as imagens que lhe são oferecidas sobre a instituição com as suas próprias fantasias do que significaria exercer a profissão. Nesse entendimento, podemos conceber que o processo de enamoramento inicia-se antes mesmo do sujeito entrar na corporação, afinal, já haveria um apreço para com o ideário apresentado pelo imaginário social. Contudo, como dissemos, o enamoramento não seria suficiente para o sujeito “fazer-se” policial militar.

Para além desse imaginário social que influencia a entrada dos indivíduos nas corporações e os sentidos que os próprios sujeitos podem oferecer para justificar os seus desejos de se tornarem policiais militares, temos, com Michel Foucault (1987, p. 162), a compreensão de que o soldado, a partir da segunda metade do século XVIII, “tornou-se algo que se fabrica”. O cidadão comum, o camponês, tornou-se a matéria prima para a produção de soldados. Até então, os militares eram reconhecidos por sua força, valentia e honra, características que já estariam presentes de antemão nos indivíduos, como uma espécie de propensão natural para

a guerra. Agora, fundamentado em tecnologias que visam o corpo, tornou-se possível manipular, modelar e treinar o indivíduo para que ele pudesse obedecer, responder e se tornar hábil para o trabalho militar. Tornou-se possível a transformação do corpo comum em um corpo dócil que podia ser utilizado, transformado e aperfeiçoado.

Por analogia, o mesmo processo ocorreria na “produção” de policiais militares. A mudança do mundo civil, “paisano”³⁶, para o militar se dá por meio da geração de um novo *habitus*. Esta “produção” sucede de um *arbítrio cultural*, “responsável por transmitir aos novos membros o conjunto de valores, normas e padrões de comportamento necessários à manutenção da identidade e da integridade da organização” (ROSA; BRITO, 2010, p. 199). Para Muniz (1999, p. 89), a construção do *ethos* policial militar ocorre pela impressão de marcas simbólicas, que se tornam visíveis no modo como se expressam corporalmente, em como falam, em como ingressam socialmente nos lugares, em como interagem entre si e com outras pessoas, etc. Seria como se construíssem um “jeito”, um “estilo” ou um “modo de ser” específico que os diferenciariam dos demais cidadãos.

Poncioni (2005, p. 588) afirma que a primeira etapa do processo de formação do futuro policial acontece na academia de polícia, local onde se opera formalmente a socialização secundária dos “novatos” com a apresentação de conhecimentos, habilidades e técnicas policiais. A segunda etapa ocorre no exercício da profissão, momento em que a aprendizagem advém, principalmente, da relação estabelecida com a realidade cotidiana da organização policial, com a experiência que é compartilhada com seus pares, superiores hierárquicos e população.

Nas academias de polícia, o primeiro processo de socialização profissional ocorre com a tentativa de “moldar” os futuros policiais a partir de programas de ensino e treinamento específicos. Visa-se a transmissão de ideias, conhecimentos e práticas que possibilitem o trabalho do futuro policial militar. Contudo, transmite-se também valores, crenças e pressupostos sobre o campo de atuação. Assim, a “produção” do policial militar ocorre para além do que configura a profissionalização estrita dos indivíduos. Ela realiza-se conjuntamente com a construção de uma “identidade profissional” e aquisição de ideais acerca da profissão,

³⁶ De acordo com Castro (1990, p. 48), “A origem de ‘paisano’ está no francês *paysan* (camponês, rústico)”.

“consubstanciados em uma base de conhecimento e de cultura comum sobre o que é ser policial em um determinado modelo de polícia profissional” (PONCIONI, 2005, p. 589).

Para Nogueira e Moreira (1999, p. 36), o sujeito, ao ingressar na instituição “é concitado a mudar seu comportamento, deve se destituir de valores e crenças e renunciar a um modo de vida civil que não esteja em consonância com o modo de vida militar, preconizado pelos regulamentos da instituição”. De acordo com as autoras, diferentemente do que se espera normalmente de um trabalhador, que é incentivado e treinado para “vestir a camisa da empresa”, a formação dos policiais militares ocorre para além disso.

Nas polícias militares é um ideal de homem que está em causa, e isso faz diferença. Ideal transmitido, via de regra, a jovens candidatos à carreira policial e que permanecem em processo de aprendizagem durante período prolongado. [...] O policial militar não só veste a camisa da empresa, ele passa a fazer parte de um grupo altamente organizado, que tem a identificação entre seus membros, seja nas ações, idéias, modos de reação, conceitos ou preconceitos, relacionados aos ideais aí presentes, como forte fator de coesão grupal (NOGUEIRA; MOREIRA, 1999, p. 34).

A construção dessa nova identidade tem como “momento zero” o recebimento de um outro nome, o “nome de escala” ou o “nome de guerra”, que ocorre quando o indivíduo ingressa nas escolas e academias de polícia.

Nos cursos de formação de soldados, os futuros praças ficam no máximo um ano frequentando os centros de formação. Já os cadetes, por sua vez, experienciam de maneira mais aguda essa imersão no novo mundo policial-militar. Estes vivenciam por cerca de três anos, e em regime de internato, o curso para se tornarem oficiais (MUNIZ, 1999, p. 101).

Magalhães (2015, p. 44), ao acompanhar o primeiro dia da escola de formação de soldados policiais militares capixabas, discute o quão representativo é, tal qual em um ritual de passagem, esse primeiro contato dos futuros policiais com a corporação. “A transição ao universo militar significa passar a se reconhecer como parte da ‘Família PMES³⁷’ e ser reconhecido pelos familiares, pelos amigos, pelos vizinhos, pelos outros policiais como pertencentes aos quase-policiais”. Como frisa a

³⁷ Polícia Militar do Estado do Espírito Santo.

autora, “Deixar de ser ‘eles’ para ser ‘a gente’ e dar uma nova utilidade ao corpo antes civil, em vias de se tornar militar, não se faz do dia para a noite”. Tornar-se policial militar é um processo de formação que “passa por dar um outro uso a si mesmo, se colocar sob uma outra condição, a condição de militar” (MAGALHÃES, 2015, p. 45).

Nos estatutos das polícias militares³⁸ são constantes as seções sobre os valores, os deveres e a ética policial-militar. Nesses documentos, encontramos o que a instituição espera oficialmente de seus membros: as qualidades que eles devem possuir e a maneira como eles devem agir. De modo geral, repetidamente e de maneira explícita, nos diversos estatutos, consta que o policial militar deve: ser patriota, fiel à polícia militar de seu estado, honesto, discreto em suas atitudes, maneiras e linguagem; praticar o civismo, cultivar as tradições históricas das corporações militares do Brasil e valorizar os símbolos nacionais; possuir o “espírito de corpo” que se expressa pelo orgulho de servir as corporações militares; ter amor à profissão policial-militar; se dedicar integralmente à defesa da sociedade e prestar-lhe segurança; respeitar a hierarquia e a disciplina militar; se aprimorar técnico e profissionalmente; preservar a credibilidade das instituições militares; trabalhar em harmonia com a estrutura organizacional; ter autoridade, eficiência e probidade com as funções do cargo exercido; fazer cumprir as leis, regulamentos, instruções e ordens das autoridades competentes; identificar e prender infratores da lei; zelar pelo preparo moral, físico e intelectual próprio e dos subordinados; praticar a camaradagem; proceder de maneira ilibada na vida pública e particular; seguir as normas da boa educação; garantir assistência moral e material ao seu lar conduzindo-se como chefe de família modelar etc.

Para Muniz (1999, p. 103), o regulamento disciplinar opera sobre os policiais da ativa e na inatividade normatizando a conduta social desejada pela instituição. O policial deve se comportar como sendo o espelho da polícia militar em que é integrante e zelar pelo “bom nome da classe”. O cumprimento da disciplina exige uma fidelidade tão grande à corporação que “[...] parece quase impossível para um integrante da força conduzir a sua vida privada e social ao seu próprio modo sem, no

³⁸ Os estatutos estão disponíveis nos sites oficiais das polícias militares de cada estado. Foram consultadas as polícias militares de São Paulo, Espírito Santo, Sergipe, Mato Grosso, Amazonas e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

limite, romper alguma regra e contrariar parte das centenas de transgressões previstas no Regulamento Disciplinar”.

Para que seja possível submeter os policiais militares a essa série de condutas, valores e deveres e, assim, “produzi-los”, é necessário a aplicação de alguns métodos. Foucault (1987) nomeia de *disciplinas* os métodos que permitem esse controle minucioso dos corpos, tornando-os assim dóceis e úteis.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência) (FOUCAULT, 1987, p. 164-165).

De acordo com Foucault (1987), o poder disciplinar, em vez de se apropriar e retirar, teria como função maior “adestrar”. “Ele não amarra as forças para reduzi-las; procura ligá-las para multiplicá-las e utilizá-las num todo”. O poder disciplinar “adestra” as multidões “confusas, móveis, inúteis”, e produz “células” de autonomia orgânicas, úteis e provedoras de identidades. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (FOUCAULT, 1987, p. 195).

Para a tarefa de disciplinar, foi necessário a criação de locais heterogêneos a todos os outros e fechados em si mesmo. Nas instituições, como nos batalhões e academias das polícias militares, cada indivíduo tem o seu lugar na organização: seu posto de trabalho, sua hierarquia, sua função.

São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos. São espaços mistos: reais pois que regem a disposição de

edifícios, de salas, de móveis, mas ideais, pois projetam-se sobre essa organização caracterizações, estimativas, hierarquias (FOUCAULT, 1987, p. 174).

Segundo Minayo, Souza e Constantino (2008) a hierarquia é o princípio fundamental da divisão de trabalho das polícias militares. Ela determina e estrutura os papéis, as tarefas e o *status* das relações de comando-subordinação. Essa rígida divisão estabelece aos oficiais as atividades de planejamento e ordenação, restando aos praças a execução das atividades planejadas (PONCIONI, 2005, p. 594-595).

A hierarquia, em conjunto com outros instrumentos de controle, possibilita às instituições exercerem uma constante vigilância sobre os comportamentos de seus agentes. Sabe-se onde o policial mora e onde é possível encontrá-lo. Para sair do estado, por exemplo, é necessário o aviso e autorização da instituição para que seja permitida a viagem. Com o uso de tecnologias, a instituição distribui cotidianamente os policiais militares nas ruas e mantém constante comunicação com os seus agentes. Foucault (1987, p. 201-202) compreende que o funcionamento da vigilância opera em uma rede de relações que vem de uma hierarquia superior para a inferior, mas também de baixo para cima e lateralmente. Essa rede de poder sustenta o conjunto da organização. O poder apoia-se sobre o indivíduo para também retornar sobre ele. Os fiscais, em certa medida, também são objetos de constante fiscalização. Se essa organização piramidal, tal como se estrutura nas polícias militares, constitui a função de um chefe, são as relações entre os agentes que produzem e distribuem o poder em todo o aparelho.

Na formação dos alunos-soldados, por exemplo, vigiar o comportamento do colega é uma habilidade desenvolvida durante o curso. Para isso, impõe-se uma pedagogia na qual o erro de um pode custar a punição de todo o grupo (MAGALHÃES, 2014, p. 51). Assim, o sujeito é impelido a não cometer erros: de um lado, por pressão de seus colegas, uns sobre os outros; do outro, consigo mesmo, tendo em vista que o seu erro pode influenciar sua socialização com o grupo. Desenvolve-se também, por efeito, uma coesão grupal, uma ideia de missão comum: não errar, manter-se na norma e obedecer.

Por meio de um constante exame, de uma hierarquia que controla e vigia, além das sanções que normalizam, torna-se possível qualificar, classificar, diferenciar e punir os indivíduos. Todos os comportamentos e desempenhos dos sujeitos tornam-se passíveis de serem objetos de documentação, que poderão ser

utilizados para diversos fins. Assim, cada indivíduo torna-se um “caso” na instituição (FOUCAULT, 1987).

Conforme Magalhães (2015, p. 43), o exame começa no primeiro contato do sujeito com a instituição. A autora relata que no primeiro dia de aula dos alunos-soldados, à medida em que carros chegavam à academia, os alunos-oficiais verificavam se se tratavam dos novatos e, “Em caso afirmativo, começava a medição: estava amassada a roupa? Anota o nome na prancheta; está atrasado? Anota o nome na prancheta; de boné? Anota o nome na prancheta”.

Ao mesmo tempo em que o exame possibilita a individualização do agente dentro das corporações, as instituições militares, de acordo com Rosa e Brito (2010, p. 202), apresentam uma forte tendência a homogeneizar seus membros por meio de um processamento em busca do padrão. O processo de disciplinarização categoriza, divide em filas, retira os nomes dos alunos e passa a nomeá-los por números. “O sentido se aproxima, muito mais, ao da homogeneização coletiva, a fim de expurgar as diferenças, e da obediência que se coloca como submissão às ordens dos considerados superiores na escala hierárquica” (MAGALHÃES, 2015, p. 50).

Homogeneizar, tornar “iguais” os policiais militares por meio de um padrão, facilita, ao nosso ver, a identificação entre os sujeitos. Cria-se uma estética policial-militar que fomenta a identificação do policial com o seu semelhante, configurando-os como uma unidade³⁹. No momento em que um policial militar interage com outro, é como se ele levasse em consideração, por meio da imagem que se apresenta, que o outro “é” como ele: se veste igual, fala de forma parecida, apresenta uma postura corporal semelhante etc. Por efeito, a vinculação pode avançar para além da imagem: o sujeito reconhece que este outro está sob o mesmo regimento disciplinar e comporta-se a partir do mesmo ideário que ele. O padrão, nessa perspectiva, cria a ideia de que todos “são”, apesar das diferenças, policiais militares.

Tem-se, pois, uma rigorosa pedagogia voltada para produção de comportamentos uniformes que, ao mesmo tempo, propicia dinâmicas internas sutis de diferenciação. O contraste e os acréscimos pessoais no cumprimento do que foi ensinado pela formação militar, parecem resultar do próprio imperativo de

³⁹ Conforme Muniz (1999, p. 94), em todas as escolas da Polícia Militar do Rio de Janeiro há um grande espelho que contém o seguinte escrito: “Esse espelho reflete você e você a PMERJ”.

perseguir, com obstinação e adestramento, a similaridade e a simetria dos indivíduos e dos seus movimentos. Talvez se possa dizer que as brechas para alguma individualização brotem da paixão mesma pela similitude. A constante e obrigatória busca do ideal de uma conduta homogênea, favorece o aparecimento de gradações e particularidades no empenho individual de buscar se aproximar do comportamento coletivo idealizado como uma “boa praça” (MUNIZ, 1999, p. 96).

No campo institucional, o que diferencia os policiais militares na organização é a hierarquia. Ela dispõe as relações de poder determinando quem pode mandar e quem deve obedecer. A disciplina, por sua vez, assegura essa obediência, “pois opera por meio de um regime de punição e recompensa que garante que as leis que regem a Instituição sejam cumpridas e que os agentes do campo estejam, portanto, em conformidade com elas.” (ROSA; BRITO, 2010, p. 204). A disciplina e a hierarquia são os fundamentos que formam a doutrina militar e, ao serem incorporadas, caracterizam a dinâmica do *habitus* militar.

Ainda de acordo com Rosa e Brito (2010), a formação militar busca construir uma forma de pensamento e ação características da profissão. Para isso, elas possuem um “fundo cultural” que influencia um “tipo de subjetividade” que Castro (1990) denomina como “espírito militar”, isto é, “um conjunto de crenças, valores e comportamentos compartilhados pelos militares, um espírito incorporado naqueles indivíduos que usam a farda e servem à instituição” (ROSA; BRITO, 2010, p. 203). Tal como nas Forças Armadas, nas polícias militares a hierarquia e a disciplina são mecanismos privilegiados de organização do “espírito militar” e orienta a conduta e subjetividade de seus agentes.

Segundo Muniz (1999, p. 89-91), a hierarquia e a disciplina militar operam sobre a fala dos policiais militares limitando-a a um uso restrito e consentido. Há pouco espaço para a adoção da palavra como recurso de mediação ou de livre expressão. As patentes organizam quem pode falar e o que se pode dizer. A palavra torna-se uma instância prevalentemente reativa, fazendo-se mais presente como resposta à interação com os superiores ou com a população. É ensinado a não fazer questionamentos e a produzir resultados evitando-se a conversa, como se ela fosse um prenúncio para o bate-boca e o descontrole. A palavra tem como serventia e como lugar seguro, portanto, na emissão e recepção de missões, ordens, instruções, notificações e responsabilidades.

Para Nogueira e Moreira (1999, p. 35), a doutrina policial-militar se sustenta sobre o ideal de que é possível, por meio da disciplina e do autocontrole, dominar aquilo que pode fugir do correto, do moralmente e socialmente aceito como conduta padrão e cujo o cumprimento deve reger o comportamento dos policiais para além do ambiente de trabalho. Como vimos, nos estatutos das polícias militares, o regimento atravessa também a vida social, particular e familiar dos trabalhadores. A hierarquia e a disciplina se fazem presentes mesmo com a ausência da farda.

Um tipo de pertencimento no qual a fidelidade e o amor dedicados à corporação e à própria *persona* institucional assimilada pelos indivíduos, devem ser encenados nos espaços mais distintos de sociabilidade dos conversos, até mesmo nas esferas mais triviais do mundo social, como uma festa de aniversário de criança, por exemplo. Na administração cotidiana dessa subjetividade parece ser preciso se manter vigilante, em uma espécie de estado existencial de prontidão, jamais perdendo de vista o comprometimento de sempre “honrar a farda” “em cada ação realizada”, “em cada ideal alcançado”, em suma, “em cada exemplo deixado”⁴⁰ (MUNIZ, 1999, p. 100).

Para Muniz (1999, p. 101), os oficiais seriam os maiores representantes da cultura institucional. Enquanto cadetes, os futuros oficiais experimentam de maneira mais intensa que os alunos-soldados a elaboração do “*self* policial militar - aquele que, evidentemente, é idealizado pela corporação”. Mesmo que os praças representem um pouco mais de 90% do efetivo das polícias militares⁴¹, e que, na prática, “fazem a polícia”,

O fardo de sustentar as tradições policiais militares recai, por excelência, sobre o oficialato responsável pelas atividades executivas e administrativas de comando e planejamento das políticas da força ostensiva. Diferentemente daqueles que ingressam como praças na organização e que trabalham nas ruas, os oficiais apresentam uma personalidade institucional melhor elaborada, reproduzindo de forma mais explícita e com maior convicção a desejada personalidade policial militar (MUNIZ, 1999, p.101).

Para Foucault (1987, p. 203), os sistemas disciplinares também criam suas próprias leis, suas formas particulares de sanção e julgamento. A penalidade disciplinar ocorre com tudo que está inadequado ou se desvia da regra, tornando-se

⁴⁰ Expressões referentes a letra da Canção do Policial Militar, disponível em Muniz (1999, p. 88).

⁴¹ No estado de São Paulo, a título de exemplo, os praças representam 94,2% do efetivo e os oficiais 5,8% (ALESP, 2016).

passível de pena todo “o campo indefinido do não-conforme”. A punição pode atuar de diversas formas, seja aquela colocada explicitamente por uma lei ou regulamento, tanto quanto aquelas praticadas no decorrer dos processos de aprendizado e do exercício da norma. Neste contexto, salvo do sadismo de quem aplica, a punição tem como função reduzir desvios, sendo, portanto, “pedagógica”. Em determinados contextos, estar na norma pode significar não ser punido ou ser gratificado.

A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares; pune rebaixando e degradando. O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição. Havia sido aperfeiçoado na Escola Militar um sistema complexo de hierarquização “honorífica”, em que as roupas traduziam essa classificação aos olhos de todos, e castigos mais ou menos nobres ou vergonhosos estavam ligados, como marca de privilégio ou de infâmia, às categorias assim distribuídas (FOUCAULT, 1987, p. 206).

Conforme Souza (2020, p. 34), a formação dos policiais militares ocorre com a utilização de métodos pedagógicos violentos com o objetivo de produzir um *ethos guerreiro* nos alunos e condicioná-los a receberem ordens. Conceito presente nas discussões sobre a formação de policiais militares e frequentemente associado ao padrão de comportamento idealizado pelos agentes, o *ethos guerreiro* é um produto da teoria de Norbert Elias (1997).

Façamos uma pequena digressão para explicar como o sociólogo alemão desenvolve o conceito para que, em seguida, possamos articulá-lo com a formação dos policiais militares.

O *ethos guerreiro* é decorrente da análise dos processos históricos ocorridos na Alemanha entre 1871 (ano de unificação do império alemão, advindo da vitória militar dos prussianos sobre Estados rivais) e 1918 (fim da Primeira Guerra Mundial). Com a sua unificação, a Alemanha viria a se tornar uma das grandes potências europeias. Essas conquistas políticas e militares estavam sob a liderança da nobreza, e a burguesia alemã assumia somente um papel secundário nesse processo. Isso teria significado uma derrota social da burguesia na luta interna contra a supremacia aristocrata. A burguesia estava majoritariamente excluída das altas posições de comando nos Estados alemães e as grandes decisões políticas e militares ainda estavam nas mãos das cortes principescas.

Todavia, a maior parte da burguesia e classe média havia aceitado essa posição secundária, abaixo da aristocracia em poder e status, por conta do aumento de autoestima que vivenciavam como alemães, como membros de um novo império em ascensão. Segundo Elias (1997), esse consentimento teria produzido notáveis mudanças nas atitudes e códigos de comportamento de substanciais segmentos da alta burguesia. O idealismo tradicional burguês alemão dominante no final do século XVIII, frequentemente associado a atitudes antiaristocráticas e anticortesãs, começava a declinar. Em seu lugar haveria ocorrido, sobretudo no alto funcionalismo civil e em todo mundo acadêmico (especialmente por meio das confrarias estudantis duelistas), a adoção de valores aristocráticos, substanciados em uma forte tradição guerreira e orientada para a política de relações internacionais. “Por outras palavras, setores da classe média alemã foram absorvidos pelos estratos superiores da sociedade e adotaram destes o *ethos* guerreiro” (ELIAS, 1997, p. 206).

Entretanto, ao terem adotado esse código aristocrático, haveria ocorrido uma transformação no próprio código: ele teria sido “aburguesado”. De acordo com Elias (1997, p. 207), nos círculos aristocráticos, os valores militares estavam consubstanciados em símbolos de coragem, obediência, honra, disciplina, responsabilidade e lealdade e decorriam de longas tradições familiares. Devido a diferente situação social, a classe média burguesa só poderia adotar esse código aristocrático numa certa versão. Nessa adoção perdeu-se o caráter de tradição familiar e passou-se a exprimir uma doutrina explicitamente formulada e fortalecida pela reflexão. O que era para a aristocracia uma tradição mais ou menos incontestada, “uma alta avaliação predominantemente ingênua de valores guerreiros, um entendimento socialmente herdado do significado de potenciais de poder no jogo interestatal de forças”, era cultivado agora como algo recém adquirido e de modo mais consciente pela burguesia e classe média.

Segundo a leitura de França (2018, p. 87), a adoção do *ethos* guerreiro imbuíu um senso militarista de distinção, desenvolvendo personalidades direcionadas para o autocontrole e para ser controlado pelo outro, “o que significa dizer que a consciência individual era dirimida em favor de assumir papéis ou comportamentos sociais que dependiam, desde o início, de comando e obediência”.

Uma vez que os anseios de unificação tinham sido realizados através de guerras vitoriosas sob a liderança militar da aristocracia, foi

aduzida a conclusão de que guerra e violência também eram bons e esplêndidos instrumentos políticos. Não todas, mas certamente seções muito importantes da burguesia alemã converteram essa linha de pensamento no núcleo de sua ideologia. Enquanto que, para muitos nobres, a guerra e as intrigas diplomáticas eram um ofício costumeiro, uma especialidade em que eles eram peritos, entre aqueles setores da pacífica burguesia que haviam assimilado o código guerreiro podia ser observada uma romantização do poder, uma literatura em que o poder ganho pela força apresentava-se sob formas embelezadas, como um valor altamente apreciado (ELIAS, 1997, p. 207).

A interiorização desse código pelos militares havia sido diferente entre os oficiais de classe média e a dos nobres de altas patentes. Se para os últimos a guerra era vista como um fato social, como parte do destino humano (especialmente para os soldados), os primeiros consideravam esse *ethos* como algo imperativo, desejável e como um ideal de comportamento viril, passando a ver a violência e a brutalidade como algo grandioso e significativo (ELIAS, 1997, p. 240).

Na guerra, o indivíduo imbuído nesse *ethos* tinha que mostrar-se duro. Os guerreiros não podiam se identificar com os inimigos pois, caso assim acontecesse, não seriam capazes de atacar ou matar e, portanto, seriam incapazes de os derrotar. Não poderia haver simpatia por outrem. Sentimentos humanos deveriam ser rejeitados como perniciosos e argumentos baseados na moralidade eram indesejados. Era preciso ter uma “vontade de ferro”, encorajava-se o “brio” e o “comportamento decidido” (ELIAS, 1997, p. 235).

O *ethos* guerreiro no qual a burguesia se apropriou, produziu também transformações na relação entre os patrões e os trabalhadores. Em certa medida, o *ethos* militar teria definido o *ethos* do trabalho para os proletários e, em última análise, também o *ethos* do trabalho nacional e a consciência dos indivíduos. De acordo com Elias (1997, p. 234), o vocabulário utilizado na época tinha “uma ressonância militar”. Palavras como “disciplina” e “honra”, importantes nas instituições militares, faziam-se presentes também nas relações entre patrões e empregados. O mesmo teria sido válido para comportamentos de rudeza e severidade, que se tornavam atitudes ideais e apreciadas. Demonstrar fraqueza era visto como algo terrível.

Nas polícias militares brasileiras, o *ethos* guerreiro constituiria uma identidade grupal e de reconhecimento identitário que estariam relacionadas a valores viris

exacerbados, a aptidão para o uso da violência e a coragem para se submeter a situações de risco (KOHARA, 2019, p. 83).

De acordo com Oliveira e Romeu (2017), a formação dos policiais militares traz consigo concepções e práticas pedagógicas em que os métodos e princípios da educação são tipicamente militares. A pedagogia destina-se à formação de combatentes, de forma que a hierarquia, a disciplina, o patriotismo, o espírito de corpo, o sentimento de dever e a honra pessoal são valores que devem ser internalizados pelos indivíduos para a apropriação do *ethos* guerreiro. Essa pedagogia constitui como ideal a figura do policial herói, caracterizado pela força, destreza, destemor e capacidade de sacrifício como valores morais elevados. Essa busca pelo modelo idealizado é fomentada por uma pedagogia na qual o instrutor é tido como modelo ideal de soldado e, por meio do recurso da exemplaridade, torna-se referência aos educandos. Ela visa um tipo de sensibilidade e visão de mundo em que o soldado deve estar preparado para entrar em confronto com o inimigo e manter-se firme diante da ameaça de morte. Para tal, o processo formativo é marcado por provações e privações expressas em sofrimentos que integram os ritos de passagem para alcançar a condição de combatentes. Os sacrifícios e as ultrapassagens dos limites físicos e mentais fariam parte da conquista do *ethos* guerreiro.

De acordo com Souza (2020), os alunos se submetem a uma “pedagogia nefasta” nas academias. Em determinados cenários, realizam exercícios físicos extenuantes, recebem agressões verbais e castigos físicos dos superiores, ficam longos períodos sob o sol quente, praticam atividades perigosas que podem ocasionar lesões graves, ingerem gás lacrimogêneo forçadamente, são privados de água e alimentação, ficam em condições insalubres etc. Essas atividades não são admitidas oficialmente pelas autoridades, pelos comandantes das instituições de ensino e também não são mencionadas nos regulamentos e nas normas que regem a formação dos policiais militares. Todavia, elas são desenvolvidas extraoficialmente, fazendo coexistir um currículo oficial e um oculto. Este último, de acordo com Souza (2020, p. 35), seria mais forte do que o currículo oficial e seria transmitido aos alunos de maneira explícita ou implícita, impactando na subjetividade dos policiais militares em formação.

A título de exemplo, vejamos um caso notório de como a punição é utilizada no processo de disciplinarização dos policiais militares e, mais do que isso, como a punição articula-se com o ideário que a corporação compartilha⁴². Na formação de oficiais da Polícia Militar da Bahia, há a Jornada de Instrução Militar (JIM), “um rito magno de passagem que sintetiza o percurso do sujeito civil para sua nova condição identitária, a de oficial da polícia militar” (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001, p. 215). Para os pesquisadores, a JIM é um rito que tensiona a proposta de uma nova mentalidade e identidade do policial militar, embasada em valores democráticos e regidos sob os Direitos Humanos, com práticas e valores historicamente tradicionais da instituição.

A JIM se constitui em uma vivência de seis dias de imersão de alunos e alunas da Academia num trecho de mata atlântica onde, longe do recinto acadêmico e alojados em barracas, “experimentam situações de frustração extremas”, passando por treinamentos estressantes que estimulam a ansiedade e o medo e deixam os aspirantes em um estado de absoluto alerta emocional.

Sob uma constante “arte da submissão”, os aspirantes são castigados com exercícios físicos intensos, ficam em condições insalubres e sujeitos a interrogatórios com agressões psicológicas, espancamentos e “inícios de tortura”. Conforme os relatos dos alunos, haviam momentos de arbitrariedade em que os oficiais se aproveitavam do contexto para descontar rixas pessoais com os discentes, como “ver oficial empurrando aluno barranco a baixo, em meio aos ferros de sustentação das barracas”, “assistir aos tenentes bater tanto no capacete de um aluno até machucar a cabeça dele e levá-lo ao desmaio”, ou jogar um aluno no rio sem que ele soubesse nadar e ver ele ser ressuscitado vomitando água (ALBUQUERQUE; MACHADO, p. 224-225). Nesse contexto, os oficiais não hesitavam em castigar aqueles que problematizavam a validade e condução das práticas, deixando-os, por exemplo, sem refeição ou fazendo-os praticar mais exercícios.

A JIM, na visão de Albuquerque e Machado (2001, p. 223), entrelaça a cultura policial com a do Exército. Não é mero sadismo dos instrutores os extenuantes

⁴² Pedroso (2005, p. 78) demonstra como as práticas punitivas são tradicionais nas polícias brasileiras, antes mesmo da vinda da missão francesa para o estado paulista no início do século passado. A sua histórica vinculação ao Exército é um dos principais motivos para esse tipo de cultura.

exercícios físicos e a provocação do sofrimento no corpo do outro. Para os autores, a equipe dirigente “ensina como reproduzir o modelo de polícia contra a polis”, contrapondo-se à missão identitária, presente no novo currículo, de “defender-guardar-servir-protoger”. A experiência da JIM traduz aos aspirantes o espírito da corporação na qual desejam permanecer: cultivar a “alma selvática”, a “alma do guerreiro apto a obedecer incondicionalmente” e se ajustarem à hierarquia ritualística que governa a corporação.

O mandamento predominante da JIM, segundo uma das vozes de condenação, é este: quem tem a força pode tudo. Assim, a postura violenta que o novo currículo oficial escamoteia em ementas democráticas, o rito afirma claramente: o homem policial, abrindo-se o livro da Gênese, nasce na base da porrada (ALBUQUERQUE; MACHADO, 2001, p. 233).

De modo mais “sutil”, encontramos também na formação de soldados esse apreço ao militarismo e o uso da dor como meio pedagógico para fazer obedecer. Conforme o relato de Magalhães (2015), no primeiro dia de aula do curso para a formação de soldados da Polícia Militar do Espírito Santo, sob os olhos dos familiares, os alunos precisavam aprender a como formar, marchar, chamar o oficial, sair de forma, manter a postura e aprender a Canção do Soldado Capixaba⁴³. Em mais de quatro horas num pátio sob o sol quente, os alunos iam “caindo”. Uns passavam mal, outros desmaiavam. Isso era o normal, o esperado. “É o corpo se acostumando”, relatava um oficial (MAGALHÃES, 2015, p. 48). Via-se um ritual de passagem que estabelecia repetições cansativas que inseriam os alunos-soldados no mundo militar. Na canção aprendida observa-se que a dor não é somente um instrumento para fazer obedecer, mas é por meio dela, por uma ideia de sacrifício, que um policial militar pode se tornar um policial de “verdade”. Conforme a análise da pesquisadora, a canção indicava os valores esperados aos futuros policiais:

A visão partilhada é a da guerra; a missão, nobre, é a de defender o país e pela Pátria é preciso vencer ou morrer; luta-se armado contra o inimigo ao qual não se teme a metralha; o ideal é o do soldado bravo, forte, herói, destemido, sempre feliz e contente. Àqueles considerados fracos, que “caem” já no primeiro dia, a eles cabe deixar a Polícia. As características trazidas no Hino – bravo, herói, destemido – se apresentam como valores de um certo ideal de

⁴³ Música e letra disponível em: <<https://pm.es.gov.br/cancao-do-soldado-capixaba>>.

policial. É preciso alcançar estas características enquanto se vive como policial. Não há lugar para policiais fracos, inseguros, amedrontados (MAGALHÃES, 2015, p. 54-55).

Essa visão partilhada de que o policial está numa guerra, seja “contra o crime”, seja “contra as drogas” e as características esperadas para esse “guerreiro”, é o que se nomeia como militarismo nas polícias. Para Poncioni (2005, p. 598), a presença dos ideais e valores do militarismo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, está menos atrelada a missão da polícia e as estratégias operacionais adotadas para a realização de seus objetivos, mas sim, e de maneira mais nítida, para a conservação da forma organizativa adotada pela corporação, rigidamente estruturada na hierarquia e na disciplina, tal como no Exército. As disciplinas e os conteúdos programáticos vinculadas ao ensino militar são bastante limitadas nos currículos oficiais dos centros de formação e treinamento. Todavia, as disciplinas ensinadas estão baseadas em uma concepção de segurança pública na qual o policiamento ostensivo está dirigido para o controle do crime por meio do confronto, criando a necessidade de intervenções do “policial combatente” para reprimir os crimes e manter a ordem. Assim, a formação do policial é orientada para que ele forme o *ethos* guerreiro como um importante requisito para que ele possa realizar, “com sucesso”, a idealizada e árdua missão do “combate real” à criminalidade (PONCIONI, 2005, p. 600).

Para Souza (2020, p. 31-32), a formação do policial militar, tal como na formação dos militares do Exército, é

[...] permeada por rituais de passagem desenvolvidos num ambiente de privação de direitos, de submissão extrema à dor e à violência de toda e qualquer natureza, onde impera o culto à virilidade, à agressividade e à brutalidade como características marcantes [...]. O militar não pode sequer manifestar sentimentos de prazer, de medo e de inquietude, pois podem ser considerados fracos e covardes. Seus impulsos espontâneos são reprimidos, tudo deve ser precedido de uma ordem, não havendo a mínima margem de autonomia.

Essa identificação com o militarismo⁴⁴ é encontrada de maneira mais notória no comportamento de policiais militares que fazem parte de unidades operacionais

⁴⁴ Como nos alerta Poncioni (2005, p. 599), o militarismo não se restringe às instituições militares. Na Polícia Civil, a título de exemplo, tem-se o CORE (Coordenadoria de Recursos Especiais) que se assemelha às unidades especiais das polícias militares.

especiais, como, por exemplo, a Rota em São Paulo e o Bope (Batalhão de Operações Especiais) no Rio de Janeiro e, de maneira geral, nos policiais militares que fazem o policiamento ostensivo nas ruas.

Deste modo, a presença de ideais e valores do militarismo na organização policial deve ser buscada, principalmente, na cultura policial como parte expressiva do conjunto de crenças, valores, reflexões e modos pelos quais a polícia acomoda as exigências e demandas da burocracia policial e da sociedade, com vistas a garantir um desempenho “eficiente” da ação policial, em uma perspectiva que dá ênfase ao uso da força e da dominação como meios apropriados para resolver problemas de manutenção da ordem e segurança públicas. Pode-se argumentar que é forjado um padrão de comportamento que legitima simbolicamente o trabalho policial à vista de todos e afirma a identidade do policial como um “soldado guerreiro”, encorajando ações agressivas para fazer face à missão que lhe foi designada (PONCIONI, 2005, 599-600).

Dessa forma, podemos perceber que não é somente nos cursos de formação que os sujeitos se fazem policiais militares. Como dito anteriormente, o processo de socialização secundária estende-se também no decorrer cotidiano dos policiais. Com frequência, pode haver conflitos entre aquilo que os policiais julgam ser necessário para a realização das tarefas de policiamento e as regras disciplinares estabelecidas pela instituição. O jovem policial percebe nos seus primeiros dias de trabalho nas ruas que o que ele aprende na escola e nos manuais muitas vezes não condiz com a realidade policial, ao mesmo tempo que sofre restrições relativas às tomadas de decisões concernentes ao dia-a-dia da organização. Sob esse discurso de que “na prática é outra coisa”, o policial desconsidera parcialmente o que foi ensinado na academia nessa nova fase de socialização. Aos poucos, para poder se adaptar, visualiza que é preciso, em certa medida e paradoxalmente, se distanciar do que é aprendido nas academias (MUNIZ, 1999; PONCIONI, 2005). Esse processo é facilitado pelas relações que o jovem policial estabelece com aqueles mais experientes, podendo ser mais relevante para a formação do policial essa socialização do que o treinamento que teve nas escolas de polícia (BUENO, 2018).

Na administração ordinária da vida policial tem parecido indispensável procurar equilibrar-se na fronteira entre as pesadas demandas institucionais (internas à força) e as pressões derivadas da multiplicidade e da fluidez que conformam o trabalho nas ruas. Assim, é bastante comum observar nas praças uma postura por vezes refratária, marcada pela ironia sutil e por uma certa indiferença em relação às advertências transmitidas nas instruções diárias. De

posse do seu saber prático, que informa que “a bomba explode sempre na ponta”, os soldados, cabos e sargentos sabem que para “tirar polícia” de verdade, de antemão terão não só que produzir alguns arranhões no código disciplinar, como também procurar descaracterizar as possíveis indisciplinas (MUNIZ, 1999, p. 131).

Para Souza (2020), esse processo contínuo de formação que ocorre nas ruas e estabelece um conjunto de valores, atitudes e linguagens próprias não fazem parte necessariamente das normas e regulamentos oficiais. Essa “subcultura policial” norteia a atuação dos policiais militares depois que saem das academias e pode permitir a reprodução de ideais violentos e repressivos contra a população que, no limite, tem a potência de conceber a morte dos ditos criminosos como ideia de solução para a segurança pública⁴⁵. Grotti e Bordin (2020), argumentam que essas dinâmicas auxiliam na construção do *ethos* guerreiro e trazem à tona comportamentos que não se coadunam com os preceitos legais e dos Direitos Humanos.

Alguns policiais, como aponta Bueno (2018), influenciados pelos próprios parceiros e superiores e à margem do discurso oficial, colocam-se numa guerra diária na qual matar é fazer um bem para a sociedade. A descrença na justiça constrói a figura do policial justiceiro, aquele que resolve os problemas da sociedade por meio do extermínio da “bandagem”. “O extermínio, quando se sustenta em eficaz engenharia, produz-se com personalidades do dia a dia, seres não extraordinários, desde que submetidas a condições específicas de atuação” (PESCHANSK; MORAES, 2015, p. 64).

No cotidiano das organizações percebe-se mensagens coletivas e dominantes sobre o comportamento ideal de cada policial durante sua ação, oriundas de um sentimento estabelecido pela maioria do grupo, servindo como bússola a uma parcela considerável dos policiais, que passam a agir na expectativa de corresponder ao modelo de herói proposto. Parece que as estruturas físicas dos

⁴⁵ De acordo com as entrevistas analisadas por Souza (2020, p. 70), os policiais relatam a “existência de instruções sobre como forjar a elaboração de uma versão oficial para as ocorrências em que pessoas foram vítimas de execução sumária, para que haja uma roupagem de legalidade nas ações, cabendo salientar que os atos praticados pelos policiais no exercício da função gozam da presunção de veracidade e de legitimidade. Há a preocupação, e daí a atividade educacional minuciosamente ministrada, sobre local dos disparos no corpo e os ângulos de entrada e de saída do projétil; sobre a realização de disparos próximos ao corpo para não deixar marcas que contrariem a versão oficial, inclusive com o uso de artimanhas para evitar que isso ocorra; sobre alterar a localização dos corpos no local do crime e até mesmo do próprio local; sobre torturar alguém sem deixar marcas aparentes no corpo etc.

estabelecimentos policiais por si só falam, transmitindo e reproduzindo o perfil considerado "ideal". Como se a cada novo dia lembrasse ao policial de como deveria se comportar na atividade e que valores priorizar. Isso acontece por processos informais quase imperceptíveis, realizados através das conversações do cotidiano, comentários durante o atendimento das ocorrências, abordagens nas instruções, elogios, punições e decisões adotadas em relação a fatos ocorridos. Esse conjunto de ações forma a cultura organizacional de uma Polícia Militar, que traz um modelo geral à Instituição, com variações de uma Fração para a outra, dentro do próprio Estado. E, com modelos culturais diferentes de um Estado para o outro (GUIMARÃES, 2000, p. 2-3).

Podemos compreender que essa subcultura policial se articula com o “espírito de corpo” (MUNIZ, 1999, p. 98) presente na relação entre os policiais, da mesma forma como Castro (1990) observa no Exército. Os perigos e riscos vividos pelos policiais favorecem a elaboração de sentimentos de união e cumplicidade, fomentando o espírito de corpo como um mecanismo que protege o psiquismo das incertezas e dos riscos da profissão sob a crença que terá um inquestionável auxílio dos seus pares nas situações de perigo. Cria-se uma atmosfera de lealdade e companheirismo que aplaca as angústias do trabalho policial. Essa camaradagem é ensinada nos quartéis e é reforçada nas ruas e, ao nosso ver, também faria parte da subcultura. Seria esse mesmo espírito de corpo que possibilita a defesa das polícias frente às críticas externas, ao mesmo tempo que, internamente, “... serve, paradoxalmente, de defesa contra os possíveis exageros na aplicação do regulamento disciplinar e de proteção para possíveis desvios policiais” (MUNIZ, 1999, p. 98). Para Souza (2020, p. 63), em razão da subcultura estabelecida, “imperava o código do silêncio”, onde a possibilidade de denúncia por parte de um colega que não compadece com determinadas atitudes pode fazer com que ele seja reconhecido como alguém que não merece a confiança do grupo e sofrer, por efeito, retaliações.

Assim, podemos observar que o processo de socialização jamais se completa, pois, fazer-se policial militar não se restringe somente a formação do sujeito nas academias, mas também na contínua relação que o policial estabelece com seus pares, comandantes e com a população. Tornar-se policial militar, conforme Magalhães (2015, p. 46) “... se faz também na ação de viver enquanto policial, de estabelecer relações com o mundo e de ver o mundo a partir dos pilares que norteiam a atividade de policial militar”. Ainda de acordo com a pesquisadora, “É

preciso fazer-se militar e viver como militar. Se faz militar todos os dias. Neste sentido, a formação nunca é finalizada, é permanentemente praticada”. Ser ou estar policial militar, nesse contexto, se confundem⁴⁶. Para Ferreira (2016, p. 126),

... policiais militares costumam apresentar discursos institucionalizados, mas é praticamente impossível se distinguir o que é a visão da instituição e o que é a do sujeito, pois ocorre um sincretismo que enraíza no seu modo de ser, ver e existir, de tal modo que ele se torna, exatamente, o trabalho que exerce.

Mesmo ausente do trabalho, sem a farda, “à paisana”, a instituição impele o sujeito a se comportar e agir como policial. Como conclui o pesquisador (FERREIRA, 2016, p. 126), “disso, surge o mito do Policial Militar sempre a postos, sempre alerta, autossuficiente, infalível, incansável, destemido, ávido pelo reconhecimento de sua existência heroica e abnegada”, mas que, “por trás do uniforme”, vivenciam limitações, angústias, fragilidades e sofrimentos.

⁴⁶ De acordo com a análise de Fernandes (2016) sobre os policiais mortos no estado de São Paulo, entre 2013 e 2014, “[...] 78,38% dos casos analisados a morte foi em decorrência de a vítima ser policial militar, apesar de somente 20,27% dos mortos estarem de serviço, o que demonstra o quanto a fronteira entre “serviço” e “folga” é fluida. Sendo permeáveis tais limites, pode-se inferir que as políticas de segurança pública, na medida em que se pautam pelo enfrentamento do criminoso, afetam diretamente a forma com que o sujeito se vê ante o problema e como ele se comporta, mesmo na folga. Tal colocação tem em vista a disposição da vítima em reagir ao roubo, o que, como mostrado, informa 33,00% das mortes”.

4. A DINÂMICA DAS IDEIAS CONDUTORAS

O panorama da história das polícias e as significações e transformações atribuídas ao vocábulo nos indica que a relação entre a significação e as instituições estiveram fortemente ligadas com a política, traço ainda marcante na atualidade. Por muito tempo, a instituição e o vocábulo “polícia” estiveram atrelados a uma imposição de hábitos e moralidades sobre a população a fim de que ela cumprisse os interesses do Estado. Com o passar do tempo as polícias foram se especializando e agindo a partir do uso legítimo da força, característica fundamental que a diferenciou de outras instituições. Elas são comandadas e dirigidas pelos governos, estão submetidas aos acontecimentos de sua época e território e estão respaldadas em constituições, diretrizes e regulamentos. Contudo, os policiais produzem uma cultura e uma subcultura organizacional, atuam sobre o poder discricionário e são influenciados pela sociedade em que vivem, o que os possibilita resistir e contrariar, pelo menos parcialmente, às diretrizes e aos poderes políticos vigentes.

Desde sua origem na Europa, o Estado apresenta um discurso sobre os objetivos e deveres das polícias, mas que, na prática, e sobretudo no Brasil, como vimos, se transforma corriqueiramente em outra coisa. Existiria, dessa forma, o caráter legalista e formal que estabeleceriam as ideias condutoras de determinadas polícias e as práticas e atuações dessas mesmas polícias e policiais. Contudo, estas últimas podem ser interpretadas como pertencentes a um ideário diferente do primeiro, tendo em vista que produzem outros efeitos e parecem agir sob outras premissas. Assim, haveriam ideias constituídas pelos discursos oficiais e que conduzem os policiais militares, mas também haveria uma série de outras ideias que não fazem parte do discurso oficial e que também geram consequências na formação e na atuação dos agentes, podendo ambas serem, ainda, incompatíveis e contraditórias entre si. Ora, qual seria então o “verdadeiro” ideário policial-militar? Aquele que podemos deduzir pelas leis e estatutos ou aquele que podemos inferir ao analisarmos as práticas, a cultura e os hábitos dos policiais militares?

Parece que para refletirmos sobre as polícias militares de maneira que possamos conservar a sua complexidade, é necessário pensá-la a partir de uma lógica de sobreposição, de conflito e contradição entre o ideário apresentado

oficialmente e aquele constituído fora desse discurso. Assim, tanto há ideias condutoras que podem ser interpretadas pelas leis, estatutos e discursos oficiais, quanto há aquelas que podem ser apreendidas a partir da formação e atuação dos policiais militares. Ambas devem ser consideradas e analisadas a partir de sua inter-relação. Como disserta Ferreira (2016, p. 125), o sistema de trabalho dos policiais militares brasileiros os obriga a exercerem atividades paradoxais, “sendo forçados a acreditarem no que deveria ser e a praticarem o que, de fato, não é”. A cultura policial trata-se de um mundo antagônico onde “coabitam descrições legais que não se encontram na realidade e realidades que não se encontram descritas em legislações”.

Assim, compreendemos que as polícias militares estão fundamentadas e atuam a partir de uma constante produção de antagonismos e afinidades, entre ações coerentes e contraditórias. A atuação do policial é o condensado das influências e forças internas e externas à organização, somadas aos interesses e valores de cada policial.

Esse constante jogo de aproximações e distanciamentos, entre o coerente e o contraditório, pode ser percebido em diversas ações e políticas: no currículo oficial e no currículo “oculto”; no respeito aos Direitos Humanos e nas suas recorrentes transgressões; na obediência a constituição e nas frequentes práticas ilegais; no seu caráter civil de policiamento, mas atrelado ao militarismo como forma de atuação; no tratamento igualitário para com os cidadãos e na constante perseguição contra o negro e o pobre; no contraste entre ser repudiada e ser requerida pela população; na função histórica de ser uma força policial ou ser parte do Exército; dos policiais serem majoritariamente da mesma classe social a que eles tradicionalmente reprimem; do que se ensina nas academias e o que se aprende nas ruas; entre as ações de vigiar e ser vigiado; entre punir e ser punido; entre obedecer e fazer obedecer; entre o *ethos guerreiro* do policial que a tudo enfrenta, embrutece e que não sofre e os elevados indicadores de sofrimento e suicídio; entre o amor à instituição e os desgastes que ela mesma produz, etc.

Como afirmam Muniz e Proença Júnior (2014, p. 408-409, grifos nossos):

O poder de decidir sobre o tipo solução mais adequada a um certo tipo de evento, ou mesmo de decidir agir ou não agir numa determinada situação, revela que *a tomada de decisão discricionária é a práxis essencial da polícia*. Por sua própria natureza e contexto, a

solução policial só pode ser produzida através de uma *abordagem autônoma*. A produção da solução policial, premida pelas circunstâncias e exposta às contingências da vida social, revela uma temporalidade particular, transversal. A solução policial se dá num tempo presente estendido. Inscreve-se numa sucessão de eventos, conexos ou desconexos, contínuos ou descontínuos, envolvendo dinâmicas multi-interativas, cujas intensidade, densidade e consequência impõem a tempestividade do agir para o agente policial e a provisoriedade de suas soluções. *Isto torna impossível pré-determinar a ação de cada policial em cada situação*, precisamente porque os elementos idiossincráticos presentes em uma situação particular podem constituir o relevo mais importante na solução policial, e é igualmente impossível conhecê-los até que se revelem de maneira concreta, imediata, presente. O conteúdo da ação policial não é redutível a um roteiro pré-determinado, nem passível de ser dirigido por outrem, nem mesmo afeito a um conjunto rígido de princípios normativos. *A decisão sobre a forma de agir pertence inescapavelmente ao policial individual, que depende de seu poder discricionário para poder realizar o seu trabalho.*

Dessa forma, ao definirmos quais seriam as ideias que conduzem os policiais militares corremos o risco de empobrecer esse conflito a algo estanque, simplista, generalizado e que, no limite, não respeitaria a ação e a singularidade de cada policial no exercício de sua função. Não significa dizer que não haveria um ideário policial-militar ou de que as ideias condutoras seriam voláteis o suficiente para que não pudéssemos elencá-las. Estamos sob a difícil tentativa de pensar os polícias militares nem como vilões e nem como heróis, nem como vítimas e nem como algozes, mas de compreendê-los a partir da intersecção conflitante e contraditória entre o ideário que rege as instituições e os interesses subjetivos, sociais e políticos que se presentificam no fazer de cada policial e em cada situação.

Contudo, o que temos de mais consistente, a partir do panorama apresentado, é que as polícias militares, por sua vez, estão regidas sob uma lógica de combate como estratégia de segurança pública, que o trabalho de prevenção é realizado, sobretudo, a partir da presença ostensiva nas ruas, que as polícias militares atuam sobre critérios de cor e classe, que priorizam determinados crimes em detrimento de outros, que produtividade é sinônimo de encarceramento, que operam de maneiras diferentes dependendo do território em que agem e estão estruturadas sob a hierarquia e a disciplina militares. Elas esperam que seus policiais possuam um *ethos* guerreiro, que sejam obedientes e disciplinados, que sejam discretos em suas ações, que não realizem críticas sobre a instituição e o fazer policial, que se apresentem como modelo para a sociedade e que possuam

“espírito de corpo”. Essa oferta de ideias, como demonstramos, ocorre na “produção” dos policiais militares nas academias e se estende ao longo de suas carreiras.

Mas como podemos conservar as contrariedades e complexidades das atuações das polícias militares e preservar a singularidade e poder discricionário do policial militar no exercício de seu trabalho? Para isso precisamos discutir como as ideias condutoras podem ser compreendidas por cada policial, isto é, refletir sobre a intersecção entre o sujeito e a massa. Nesse sentido, voltemos à psicanálise.

4.1 As ideias condutoras como um conjunto de cadeias significantes

Para que possamos debater, a partir da teoria psicanalítica, como as ideias condutoras de uma polícia militar podem ser assimiladas pelos policiais, torna-se necessário aproximar o que Freud chama de “ideia” à sua própria teoria. Todavia, aqui nos deparamos com um caminho pouco produtivo. Como já havíamos pontuado, o termo “ideia” não se constitui como um conceito ou noção na teoria freudiana.

Mais uma vez, a fim de podermos avançarmos em nossas hipóteses (e avisados da fragilidade epistemológica dessa escolha), propomos um duplo deslocamento ao termo original utilizado por Freud (1921/2011) de “ideia condutora” (*Idee könnten*) como esse “algo em comum” que poderia substituir a figura do líder nas massas e exercer a sua função. O mais viável, ao que nos parece, seria o de aproximar o que Freud nomeou por “ideia” com o conceito de *representação* (*Vorstellung*)⁴⁷ e, em seguida, com a teoria do *significante* proposta por Jacques Lacan. Será por meio do *significante*, compreendendo as ideias condutoras no campo da linguagem, que discutiremos a relação do policial militar com a corporação.

De acordo com Hanns (1996, p. 386), *Vorstellung* é um vocábulo de difícil tradução e pode significar “representação”, “ideia”, “apresentação” e ocasionalmente “imagem” e “concepção”. Proveniente da filosofia e da psicologia, Freud atribuiu a

⁴⁷ Nas traduções dos textos freudianos, como em “O Inconsciente” (1915/2010b), *Vorstellung* aparece traduzido muitas vezes como “ideia”. Contudo, as “ideias condutoras” referem-se a “*Idee könnten*” em *Psicologia das massas* (1921/2011) e não a “*Vorstellung*”.

Vorstellung uma significação própria e original e que ganhou complexidade ao longo do desenvolvimento da psicanálise ao estabelecer relações com os elementos que compõe a sua metapsicologia⁴⁸.

Para Hanns (1996, p. 399), de maneira geral, “o texto freudiano indica que a *Vorstellung* é o suporte que representa (*repräsentiert*) a pulsão”. Elas estariam associadas entre si “numa extensa malha de idéias e imagens inter-relacionadas”.

De acordo com Laplanche e Pontalis (2001, p. 448) as representações seriam aquilo que formam o conteúdo concretos dos atos de pensamentos e, em especial, a reprodução de uma percepção anterior. O psiquismo seria, dentre outras coisas, um sistema de representações constituído de processos de traduções de percepções.

Em *Sobre a concepção das afasias*, Freud (1891/2013) constitui a hipótese de que as representações não são cópias dos objetos externos, mas uma tradução dos estímulos exógenos captados pelos sentidos. A percepção da realidade exterior não ocorre de maneira direta; há a tradução das excitações advindas de fora e são essas percepções que constituem o material que possibilita a formação das representações (cujo o psicanalista associa a linguagem).

Mais adiante em sua teoria, a atribuição de sentido a essas representações será, por sua vez, dependente dos princípios de prazer e realidade. Estes guiam o Eu e possibilitam a tradução das excitações, fazendo com que as representações estejam presentes tanto no inconsciente quanto na consciência (FREUD, 1915/2010b). Nessa perspectiva, a realidade psíquica seria formada pelos componentes internos do indivíduo, nos quais as representações, fantasias, lembranças, afetos etc., tornam-se os elementos que adquirem valor de verdade para o sujeito (ESTÊVÃO, 2009).

Tendo em vista esse raciocínio, podemos supor, em uma sequência lógica, que as ideias condutoras de uma polícia militar podem ser apresentadas aos sujeitos como um conjunto de estímulos externos. Quando esses estímulos são percebidos e traduzidos pelo aparelho psíquico, eles compõem um conjunto complexo de representações. Estas, por sua vez, tornam-se parte dos elementos que constituem

⁴⁸ Laplanche e Pontalis (2001) indicam diferentes modos pelos quais a representação se faz presente na teoria freudiana: representante da pulsão (*Triebrepräsenz*); representante-representação (*Vorstellungsrepräsentanz*); representação (*Vorstellung*); representante psíquico (*psychische Repräsentanz*); representação-meta (*Zielvorstellung*); representação de coisa (*Sachvorstellung* ou *Dingvorstellung*); e representação de palavra (*Wortvorstellung*).

a realidade psíquica e podem, na articulação com outros componentes internos, adquirirem valor de verdade. Internalizadas, essas representações seriam expressas no fazer policial e compartilhadas com os pares como estímulos externos, o que repetiria a sequência proposta.

Enquanto representações, as ideias condutoras seriam, nesse sentido, singulares (tendo em vista que cada policial as traduz ao seu modo). Enquanto estímulos externos, seriam o “algo em comum” das massas e, quando repetidas e compartilhadas entre a maioria dos policiais, poderiam ser consideradas hegemônicas.

Contudo, levando em consideração que as representações são o resultado da tradução das percepções (advindas de estímulos externos) e, nas relações humanas e institucionais, esses estímulos são caracterizados como linguagem (ou seja, é por meio da linguagem que se formam as ideias condutoras), para nós é de grande valia compreender as ideias condutoras das polícias militares como um *conjunto de cadeias significantes*.

Estando o ideário no campo da linguagem e operando de acordo com as suas características, limites e possibilidades, podemos compreender de maneira qualitativamente melhor o que ocorre na relação entre o sujeito e a massa. Não se trata de abandonar a ideia de representação e nem de tomar ela como idêntica ao significante, “mas como uma exigência de rigor”, escreve Estêvão (2009, p. 117), melhor compreendermos as determinações que regem as representações.

Tratar as representações como significantes situa de forma precisa o que é pôr em cena um elemento próprio da linguagem. Além disso, vimos o quanto é difícil precisar o que é uma representação: o complexo de representações é uma representação? Cada objeto possui uma representação própria? A representação pode ser acústica, visual, os dois, etc.? Já o significante é bem mais preciso: trata-se do suporte da significação, seja ele qual for (ESTÊVÃO, 2009, p. 117-118).

Essa articulação entre representação e significante também é colocada por Garcia-Roza (2008, p. 268, grifos do autor):

Natureza de *significante* para as *Vorstellungen*, natureza de *signal* para os *Affekte*, esta é uma das maneiras pelas quais podemos pensar essa dupla de representantes pulsionais. O “inconsciente

estruturado como uma linguagem” é a versão lacaniana da trama dos *Vorstellungsrepräsentanzen* freudiana⁴⁹.

O significante da psicanálise lacaniana, por sua vez, é oriundo da apropriação que o psicanalista francês realizou da linguística estruturalista de Ferdinand de Saussure, privilegiando a função do significante (a imagem acústica) em detrimento da ordem do significado (o conceito). A conjunção entre o significante e o significado forma o signo, aquilo que representa algo para alguém. Para o psicanalista francês, o significado não estaria dado *a priori* em um significante e nem estabeleceria uma relação fixa com este, mas seria efeito de uma cadeia significante (S1+S2+S3... Sn). Ela seria formada pela associação e combinação de significantes como “anéis cujo colar se fecha no anel de um outro colar feito de anéis” (Lacan, 1957/1998, p. 505).

De acordo com Ferreira (2002, p. 115), “O significante é puro *non sense* e não tem relação com o significado, o que equivale a dizer que o significante não significa nada ou pode significar qualquer coisa”. Isso significa dizer também que significantes diferentes podem remeter a um mesmo significado (ou seja, seriam equivalentes em determinada situação), assim como um único significante pode remeter a significados diversos. O significante, assim, atua sob a lógica da diferença: é tudo aquilo que os outros não são e, ao mesmo tempo, não é igual a si mesmo porque está sempre articulado a uma polissemia. Tendo isso em vista,

A ordem do significado é efeito da cadeia do significante e, justamente por isto, é na cadeia do significante que o sentido insiste. A significação não está, portanto, em nenhum elemento particular da cadeia. O deslizamento incessante do significado sob o significante, por ação do inconsciente, não quer dizer que não haja a prevalência de um sentido em jogo (FERREIRA, 2002, p. 115).

Quanto mais extensa for a cadeia significante, maior poderá ser a “distorção” produzida no sentido, ou melhor, maior será a potência de significações distintas entre os sujeitos que interpretam essa cadeia. Nessa acepção, “é do jogo significante que surge o significado. Uma frase tem seu significado alterado pela pontuação, pela modificação de uma letra ou então de uma palavra. O significado é

⁴⁹ De acordo com Garcia-Roza (2008), o Representante-representação (*Vorstellungsrepräsentanz*) refere-se a uma representação ou um conjunto de representações investidas pulsionalmente e que se inscrevem no psiquismo. Enquanto *Vorstellung* apresenta-se como o componente *ideativo* no psiquismo, o *Repräsentanz* (Representante) seria o caráter intensivo ou afetivo (*Affekt*) da representação.

efeito do jogo significante e depende daquilo que ordena esse jogo” (ESTÊVÃO, 2009, p. 118).

A articulação significante ou esse jogo produzido não se realiza sem um autor, ou melhor, é necessário que haja um sujeito que opere essa articulação. “O significante só pode passar para o plano da significação porque há um sujeito operando a cadeia do significante. Essa relação do sujeito com o significante é denominada de *relação fundamental*” (FERREIRA, 2002, p. 116, grifos da autora).

Na proposição lacaniana de que “o sujeito se define como sendo aquilo que um significante representa para outro significante” (LACAN, 1968/2008, p. 53), podemos depreender que a existência de um sujeito se torna dependente dos efeitos das relações significantes, ou, dito de outro modo, que é do discurso do Outro que advém o sujeito.

Nossa hipótese é que as ideias condutoras presentes no ideário policial-militar podem ser compreendidas como a produção de sentido advindo da cadeia significante, produto da relação fundamental. Seria essa produção de sentido que possibilitaria o sujeito “fazer-se” policial e proporcionaria o ideário ocupar a função de liderança, orientando as práticas dos agentes nas corporações.

Assim, a relação do policial para com o ideário não seria somente pela função de destinatário, de ser o receptáculo das ideias condutoras. Se assim fosse, estaríamos considerando que as ideias seriam apresentadas como signos, inteligíveis por si mesmas e reproduzidas igualmente entre todos os indivíduos. Mas, seguindo a teoria lacaniana, precisamos reconhecer que o ideário, como cadeia significante, só poderia ganhar significação a partir da relação fundamental, da produção de sentido que cada policial realiza. Conforme Ferreira (2002, p. 123), “[...] é no discurso que os significantes se amarram, produzindo como efeito dessa amarração o significado. O significado atribuído a um significante é literalmente efeito do discurso, isto que faz laço entre os seres falantes”. Enquanto enunciatário, o policial teria a tarefa de interpretar o discurso de seus pares e instituição; enquanto enunciador, produziria e reproduziria determinadas ideias nas corporações.

Nessa construção, seria por meio da linguagem, pelo jogo das cadeias significantes, que as ideias condutoras circulariam, se reproduziriam e produziram sentidos aos policiais. As ideias condutoras só poderiam ocupar a função de liderança para as polícias militares (adquirindo valor de verdade), porque haveriam

sujeitos que se *identificariam* com uma parte delas ou, dito de outro modo, as ideias presentes nas corporações se tornam “condutoras” porque haveriam sujeitos que, no constante processo de ocuparem as posições de emissores e interlocutores, se identificariam com os significantes que circulam na massa. Se identificar, nesse caso, significaria dizer que, de algum modo, haveria consentimento, pelo menos parcial e não necessariamente consciente, com a cadeia significante circulante. Seria por meio de um processo de identificação que as ideias seriam tomadas pelos policiais como “condutoras” e, portanto, “verdadeiras”.

Contudo, havíamos pontuado que a relação com o objeto que ocupa a função do líder nas massas seria de enamoramento, ficando a identificação reservada aos pares. Assim, como o policial se identificaria com as ideias condutoras? Freud, mais ao final de *Psicologia das massas* (1921/2011, p. 77), afirma que no Exército o soldado se torna ridículo quando quer se identificar com o general e recorre ao drama “*Wallensteins Lager*” para exemplificar. Retoma a passagem em que o caçador zomba do sargento por ele se identificar com o general: “O modo como ele pigarreia e escarra/ Isso vocês imitam com perfeição!”. Todavia, para o psicanalista, na Igreja católica seria diferente:

Cada cristão ama a Cristo como seu ideal e sente-se ligado aos outros cristãos pela identificação. A Igreja pede mais dele, porém. *Ele deve identificar-se com Cristo e amar os outros cristãos tal como Cristo os amou.* Logo, nos dois pontos a Igreja requer que a posição libidinal dada pelo grupo seja completada. *A identificação deve ser acrescentada ali onde houve a escolha de objeto; e o amor ao objeto, onde existe identificação.* Esse algo mais ultrapassa claramente a constituição do grupo. É possível ser um bom cristão, estando porém longe da ideia de se pôr no lugar de Cristo, de como ele abraça amorosamente a todos os homens. Sendo um frágil mortal, o indivíduo não tem que se atribuir a largueza de alma e a fortaleza amorosa do Salvador. Mas é provável que esse novo desenvolvimento da distribuição da libido no grupo seja o fator em que o cristianismo baseia sua pretensão de haver atingido uma mais alta moralidade (FREUD, 1921/2011, p. 78, grifos nossos).

De acordo com Starnino (2016, p. 243), o que se apresenta na formação da identificação com Cristo trata-se de um “núcleo sistemático de ideais, representações, significantes (*Vorstellungsrepräsentanz*) que se combinam, se relacionam e se organizam numa cadeia de equivalência”. O autor, na esteira de Laclau (2013), afirma que esses significantes podem variar de acordo com a instituição de fé em questão, mas haveria um “núcleo significante comum”,

equivalente, que faria operar o laço afetivo entre os cristãos ao longo de tanto tempo na história da humanidade. “Os ideais, os significantes que caminham na esteira do Cristo, encontram reforço em prementes desejos humanos articulados em demandas”, e cita, como exemplo, “desejo de *vida eterna, justiça transcendental, desejo de um superpai (S1+S2+S3... Sn): Vida futura, post-mortem: os maus serão condenados e os bons, salvos*” (STARNINO, 2016, p. 243).

Em sua maioria, os indivíduos que fazem parte dessa coletividade – da cristandade de maneira geral – se unem em torno desses ideais (S1+S2+S3) via identificação. Esse laço unificador se sustenta a partir da aptidão que os ideais compartilhados adquirem em acolher e “atender” de alguma forma a *demanda*. Quando *demandas libidinais* – expressão de desejos inconscientes articulados numa cadeia significativa – encontram um “*mínimo de gozo*” ou “*usufruto*” na relação, a “massa”, o “partido”, o “grupo”, a confraria, perduram. Podemos dizer que ocorre um gozo coordenado pela via das identificações significantes (STARNINO, 2016, p. 243, grifos do autor).

Mas qual seria a natureza dessa identificação entre o católico com Cristo, tomando-o como modelo? Freud não responde diretamente a essa pergunta, mas Lacan (1961-62/2003), por sua vez, em seu seminário IX, se debruça sobre as identificações e nos possibilita alguns entendimentos (e ao qual se baseia Starnino para falar em “identificações significantes” na Igreja Católica).

O psicanalista francês evidencia a importância da segunda modalidade de identificação descrita por Freud em *Psicologia das Massas*, destacando a importância do “traço” (*einzigiger Zug*) nas identificações, transformando-o no conceito de *traço unário* em sua própria teoria. Nesse quadro, a identificação não ocorreria em relação a uma pessoa ou a um objeto como um “todo”, mas sempre a um traço particular, um aspecto desse objeto. Nos exemplos freudianos, o traço do objeto de identificação seria a tosse, tanto no caso Dora, reproduzindo a tosse do pai (objeto de investimento libidinal), quanto no exemplo da menina pequena, que desenvolve a mesma tosse da mãe como sintoma por querer tomar seu lugar.

Essa identificação ao traço só é possível a partir da “identificação originária” ocorrida no complexo de Édipo, quando o garoto toma seu pai como ideal e modelo, incorpora suas qualidades em seu Eu tentando *ser como ele* (FREUD, 1921/2011, p. 46). Como aponta Samico (2018, p. 75), há uma dualidade na entrada da função paterna no Édipo. Por um lado, essa figura participa ativamente do processo de

identificação, agindo como aquele que representará a Lei e interditando a relação com o objeto desejado (a mãe). “Por outro, também é investido como objeto, na promessa de se ao integrar suas características, a criança possa herdar suas insígnias fálicas e promover-se a aquele que possui o falo”. Nesse sentido, temos uma relação em que o tomar o outro como modelo ou como ideal é dependente de um investimento libidinal sobre o objeto, mas também, de uma *identificação* com um traço deste.

Para Lacan (1961-62/2010), nos dois primeiros modos de identificação apresentados em *Psicologia das Massas*, a identificação se faz sempre pelo traço unário. Ele se torna o elemento primordial que possibilita a identificação originária com o pai e seus substitutos. De acordo com Mac-Cormick (2014, p. 66), a sequência lógica da identificação decorre originalmente com a identificação a um traço e, posteriormente, com a identificação ao significante paterno (significante mestre da lei do pai). Somente a partir disso que seria possível as identificações com substitutos, como com os líderes e com os pares em uma coletividade.

Mais especificamente, a identificação tem relação ao traço unário no sentido em que ele é o precipitador da diferença. A identificação pressupõe uma diferença, dado que não haveria necessidade de tangenciar igualdades se não fossem primeiramente admitidas como diferentes ($A=A$)⁵⁰. No exemplo do caso Dora, a tosse é do seu pai, mas ela tosse “igual” a ele. Contudo, cada tosse é produzida por um sujeito, o que permite Perez (2016, p. 197) afirmar que “a tosse de Dora é e não é a tosse de Dora e é e não é a tosse do pai de Dora. [...] Dessa forma podemos dizer que S é p ou que A é A , isto é, na medida em que a diferença do traço unário permita a relação.”

Essa característica do traço unário é o suporte que possibilita a diferença entre os significantes e aquilo que o precede, pois, como vimos, “O significante, por essência, é diferente dele mesmo, quer dizer que nada do sujeito poderia aí se identificar, sem se excluir dele” (LACAN, 1961-1962/2003, p. 418). “O traço é esse vazio que acolhe outro vazio – significante -, que produz deslocamentos de sentido.

⁵⁰ Escreve Perez (2016, p. 196) “Para considerar que $A=A$ devemos partir primeiro da diferença. Para que o A do lado esquerdo seja igual ao A do lado direito supomos uma diferença anterior. Essa diferença é um vazio ocupado pelo evento A . Assim, podemos dizer que $A=A$ está sobre a diferença, onde A é e não é A ”.

É o suporte que produz a possibilidade da identificação e, potencialmente, o aparecimento do sujeito como efeito” (MAC-CORMICK, 2014, p. 77).

Para Perez (2016, p. 202), o traço unário é considerado como a diferença originária “que acolhe o significante vazio S1 com o qual o sujeito se identifica e em torno do qual articula outros significantes S2, S3, S4, S5, ... Sn que, segundo a ordem, produzem sentido numa cadeia significante”. Uma carga afetiva acompanha o significante S1, podendo provocar simpatia ou antipatia em relação com o outro sujeito que também se identifica com S1 e articula cadeias significantes equivalentes. Essa carga afetiva funciona como investimento libidinal do sujeito para com esse objeto que porta S1, obtendo um gozo que sustenta o circuito pulsional de um grupo ou massa.

Mas qual seria a relação entre o traço unário e a identificação com as ideias condutoras? Até o momento, nossa hipótese percorre o entendimento de que o policial se identifica com os seus pares e, assim como o cristão para com Cristo, seria possível que também se identifique com seus comandantes ao tomá-los como modelos. Articulamos também que a função de liderança nas polícias militares seria exercida pelas ideias condutoras das corporações, sendo os comandantes figuras complementares, aqueles que são tomados como representantes ou porta-vozes dessas ideias. Em seguida, tentamos aproximar o termo “ideias condutoras” a uma compreensão mais próxima dos conceitos da psicanálise, interpretando-as como cadeias significantes. Com Lacan, enfatizamos que essa identificação se daria em torno de um traço do objeto, um significante, e não sua “totalidade”.

Seguindo esse raciocínio, nossa hipótese perpassa pela compreensão de que os traços pelos quais um sujeito se identifica, em especial aqueles advindos dos comandantes, são, em outros termos, parte dos significantes que compõem as ideias condutoras das corporações e pelos quais o sujeito se apropria para “fazer-se” policial. Nesse entendimento, o comandante seria percebido por uma parcela dos policiais como um policial-modelo que conseguiria reproduzir de maneira relativamente satisfatória as ideias condutoras de sua corporação. O sujeito, ao observar seus comandantes, poderia, por sua vez, “fazer-se” policial a imagem desses outros, tomando-os como ideais a serem seguidos. Dessa maneira, se a identificação ocorreria a partir de um traço do objeto e se, esse traço, seria uma

representação de uma ideia condutora, temos que a identificação ao traço seria uma identificação aos significantes que compõem as ideias condutoras da corporação.

Aqui nos encontramos com a hipótese de uma construção do líder dentro de um discurso na cadeia significativa em relação à identificação com um traço. *Deixamos de falar então de uma identificação com um líder, e passamos a falar de uma identificação com o significante do líder.* Significante no qual todos se identificam (seja por amor ou ódio), pois nele investem componentes libidinais, ou seja, não há possibilidade de ser indiferente a um significante do líder inserido dentro de uma lógica das identificações (MAC-CORMICK, 2014, p. 87, grifos nossos).

Em nosso caso, compreendemos que as instituições oferecem uma série de cadeias significantes aos policiais durante suas formações e no decorrer de suas carreiras. Como tentamos demonstrar, essas cadeias são produzidas e percebidas em várias instâncias: materializadas pelos comandantes, pela cultura organizacional, pelas diretrizes institucionais, pela relação com os pares, pelo trabalho cotidiano etc. Entretanto, por mais que esse oferecimento venha imperativamente, incitando modos de ser e agir, a significação atribuída as ideias condutoras é efeito da identificação para com elas e cujo o processo também diz respeito ao inconsciente.

Como a identificação ocorre não pela totalidade do objeto (o ideário policial-militar), mas a partir de um traço deste (os significantes que compõe as ideias condutoras), podemos inferir que os policiais se identificam a alguns significantes que compõe o ideário, mas não a sua totalidade. Ou seja, no processo de “fazer-se” policial militar, a identificação com o ideário ocorreria em sua parcialidade, onde o sujeito “privilegia” determinados significantes em detrimento de outros.

Seguindo essa interpretação, podemos compreender que as cadeias significantes oferecidas pelas instituições não seriam sem autores, isto é, haveria sempre um “alguém” que produziria e reproduziria uma série de expectativas, enviesadas por ideologias e interesses políticos, que tentaria oferecer signos aos policiais, mas que só poderiam ser recebidos por eles como significantes.

[...] podemos dizer que a diferença entre significante e signo é que, se o segundo se presta a uma significação social, produzindo certas colagens com a significação, o significante é justamente marcado pelo sujeito e suas condições de enunciação, naquilo que ele detém de singular, e, portanto, sempre passível de várias significações (STARNINO, 2016, p. 235).

A formação do policial dependeria, dessa forma, da relação que ele estabelece com as ideias condutoras. Assim, por mais que haja um esforço em homogeneizar a corporação, os limites do poder da linguagem subverteriam parcialmente a massificação, fazendo com que cada sujeito se tornasse policial ao seu modo, ora mais próximo do que lhe é hegemonicamente esperado, ora menos. Haveriam momentos em que a significação produzida se aproximaria das significações de seus pares, inserindo o sujeito na massa, e haveriam momentos em que a significação o distanciaria por produzir sentidos mais díspares do que a dos seus colegas. Em outras palavras, cada policial produziria, dentro de certos limites e a partir dos significantes que lhe seriam oferecidos, a sua própria significação sobre as ideias condutoras de sua corporação.

Checchia (2020, p. 39) afirma que uma das características que indica que a linguagem não possui poderes absolutos é o fato de a língua ser concomitantemente um produto social e individual. “Ela existe de modo ‘completo’ na dimensão social, exterior a cada indivíduo, e existe também de modo incompleto, em cada indivíduo, que precisam aprender os signos e aprender suas possibilidades de encadeamento”. O autor continua:

Essa exterioridade da língua faz com que mesmo os seres falantes, embora tenham a capacidade e algum grau de liberdade de transgredir a arbitrariedade do signo ao encadeá-los, não tenham o poder de transformá-los individualmente. Uma pessoa pode até criar uma nova palavra, mas não tem o poder de fazer com que ela seja incorporada pela coletividade. Por outro lado, um neologismo pode ser integrado se a massa de indivíduos absorvê-lo, o que significa que se a língua não sofre influência direta de um indivíduo, ela sofre influências da massa de indivíduos. Mais do que isso, ela depende de seres falantes para ter vida, não obstante tenha uma vida autônoma de cada um deles (CHECCHIA, 2020, p. 40).

A cadeia significativa “combater o crime”, por exemplo, poderia produzir mais de uma significação e possibilitar ações distintas para diferentes policiais. Nesse caso, haveriam policiais que tomariam iniciativas para promover o policiamento comunitário; outros, poderiam interpretar como o assentimento para ir à caça daqueles que são considerados inimigos da sociedade. Nesse exemplo, o sentido produzido só poderia ser objeto de análise após a significação atribuída a ideia que regeu as ações dos policiais.

Mas como poderia, então, as polícias militares serem massas coesas se as suas próprias ideias condutoras apresentariam, na realidade, uma diversidade de significações e que poderiam ser incongruentes entre si? Essa coesão seria advinda do caráter artificial da massa. O que Freud chamou de “coação externa” pode ser compreendido como o poder do Estado sobre as instituições ou a organização que institui a corporação. Esse poder atuaria sobre os policiais a partir das leis, dos regimentos e das normas que, na ponta da linha, operariam sobre os agentes a partir da obediência à hierarquia e à disciplina. Dessa maneira, a significação atribuída ao ideário pelo policial seria influenciada por esse poder institucional que a organiza. Por mais que houvessem espaços para interpretações e ações individuais, a (não toda) coesividade das polícias militares estaria enlaçada sobre as leis e aos imperativos da cultura e da estrutura organizacional que regem as instituições. Seriam elas as forças que permitiriam a circulação, as aberturas e as restrições sobre as diferentes significações das ideias condutoras. Além do mais, como discutido anteriormente, a constante formação do policial militar ocorreria por métodos que barram a produção de diferenças e que impõe duros limites àqueles que operam por significações díspares de seus pares e superiores.

Assim, por mais que um policial entendesse que “combater o crime” seja a realização de um policiamento comunitário, ostensivo ou a execução dos ditos “inimigos da sociedade”, a realização dessas ações dependeria parcialmente do aval ou das condições criadas pelas instituições. Dizemos que o poder seria parcial porque, de um lado a instituição não teria total controle sobre seus agentes, por outro, o policial só teria a possibilidade de fazer aquilo que os mecanismos da máquina policial permitem, “os quais operam em sintonia com o repertório proporcionado pela tradição corporativa, repassado nas interações cotidianas, nos comandos e no processo de socialização, que incorpora e transcende a formação técnica” (SOARES, 2019, p. 35).

Por mais que o agente pudesse apresentar uma significação sobre uma cadeia significante que não fosse tão harmoniosa com a cultura e prática institucional, isto é, que ele *quisesse* realizar determinadas ações e promover determinadas políticas que fossem contrárias ou, ao menos, “diferentes” da tradição

das corporações⁵¹, isto não significaria, necessariamente, que ele *pudesse* materializá-las. Os interesses individuais ou de pequenas formações dentro da corporação sofreriam restrições das ideias hegemônicas que compõem as instituições. Nesse cenário, haveria uma tendência interna, política, de conservar as cadeias significantes que circulam pelos próprios sujeitos que as constituem.

Do ponto de vista da violência policial, o que a máquina policial permite (por omissão, por estar de acordo com determinada política ou por não conseguir promover outras estratégias de policiamento), repercute nas ações ilegais realizadas por uma parcela de seus agentes. Aqui, retomando a linha de pensamento de Souza (2020, p. 24), as ilegalidades realizadas pelos agentes não devem ser compreendidas somente sob a perspectiva do “bom” e do “mau” policial e nem tão só pela “teoria da maçã podre”, mas sim pelos “incentivos” que as políticas institucionais promovem, como fazer “vista grossa” ou não prosseguir com investigações, por exemplo. Não é sem motivos que as corregedorias parecem estar estruturadas para pouco funcionarem (CANO; DUARTE, 2014) e que cerca de 90% dos casos envolvendo o uso da força letal pelas polícias em São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo, de acordo com Zaccone (2015, *apud* Bueno, 2018, p. 155), são arquivadas pelo Ministério Público.

⁵¹ Vide, por exemplo, as ideias do Movimento Policiais Antifascismo, cujas pautas passam pela desmilitarização da segurança pública, do fim da proibição das drogas, da reestruturação das forças policiais, do reconhecimento do direito à greve, de livre associação e livre filiação partidária, contra as políticas belicistas e os discursos de guerra etc.

5. AS IDEIAS CONDUTORAS E O PSQUISMO

Até o momento, apresentamos algumas das mais proeminentes ideias que constituem o ideário policial-militar e discorreremos a hipótese de que poderíamos compreendê-las como cadeias significantes. Consideramos também que para que elas produzissem efeitos na formação dos policiais, os agentes teriam, em alguma medida, que se identificar com esses significantes.

Como foi exposto, de acordo com Freud (1921/2011), o que estruturaria economicamente uma massa seria a relação de enamoramento do sujeito para com a representação do líder e a decorrente identificação para com os outros sujeitos que também estão sob esta mesma condição. Seguindo a sugestão freudiana de que poderia haver uma “ideia condutora” que substituísse o líder nas massas e, ao observar as especificidades das relações, por vezes, não tão harmoniosas entre os comandantes e os subordinados nas polícias militares e as frequentes mudanças na cadeia de comando ao longo do tempo, fomos levados a considerar que haveria um ideário que assumiria a função de liderança nessas instituições. Assim, ao invés do policial militar investir libidinalmente sobre o líder, sua relação amorosa seria com as ideias condutoras de sua corporação e que isto poderia ser traduzido, de maneira mais visível na realidade, como um amor à instituição, ao trabalho policial-militar, aos seus colegas, ao militarismo, a sociedade e, em boas condições, também aos comandantes.

Em nossa hipótese, apesar dos policiais militares estarem sujeitos ao ideário oferecido, seria necessária uma certa “predisposição” para que eles aceitassem essas ideias como suas ou, dito de outra forma, que haveria um desejo em cena para que um conjunto de cadeias significantes pudessem operar em suas percepções e em suas relações com a realidade. Deste modo, ao mesmo tempo em que os policiais estariam sujeitos ao ideário, consideramos também que eles seriam responsáveis⁵² pela sua introjeção, afinal, “fazer-se” policial militar não seria uma necessidade e nem uma obrigação; tornar-se policial militar seria um processo que operaria pela via do desejo.

⁵² A utilização do termo “responsáveis” não pretende corresponder a um fenômeno da consciência, a considerar o sujeito enquanto indivíduo ou a um julgamento moral, mas destacar a singularidade de cada sujeito na relação com a corporação.

Tendo isso em vista, como ocorreria, “metapsicologicamente”, o “fazer-se” policial militar? Para podermos avançarmos sobre esse campo, retomemos a teoria freudiana a partir da apresentação do conceito de ideal do Eu e a sua articulação com o narcisismo.

5.1 O Ideal do Eu e as massas

O primeiro momento em que Freud faz menção ao conceito de ideal do Eu foi em *Introdução ao Narcisismo* (1914/2011). Nesse texto, o Ideal do Eu aparece como uma instância psíquica a partir da qual o sujeito afasta-se do narcisismo primário, possibilitando a passagem do investimento libidinal narcísico para o investimento em objetos “externos”.

No começo, o Eu se acha investido de libido e, sendo o “reduto original dela”, as pulsões encontram satisfação no próprio Eu (FREUD, 1914/2011). Isso seria possível porque a libido, apoiando-se nas pulsões de autoconservação⁵³, permite a criança investir sexualmente sobre o próprio corpo, o denominado autoerotismo⁵⁴. O Eu seria aquilo que se acrescenta ao autoerotismo para dar forma ao narcisismo. “O narcisismo é condição de formação do eu, chegando mesmo a se confundir com o próprio eu” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 42).

O narcisismo infantil é oriundo do amor dos pais pela criança, mas um amor que é fruto de um investimento narcísico transformado em objeto. Freud (1914/2011, p. 25) reconhece que o amor terno dos pais aos filhos é uma “revivescência e reprodução do seu próprio narcisismo há muito abandonado”. Ocorre nos pais uma superestimação pelo filho, atribuindo à criança todas as perfeições:

As coisas devem ser melhores para a criança do que foram para seus pais, ela não deve estar sujeita às necessidades que

⁵³ Para Freud (1905/2016), a repetição das satisfações das pulsões de autoconservação, como o aleitamento, serve de apoio para a constituição de uma zona erógena (os lábios, no caso), provendo prazer à criança. Dessa maneira, no início, as satisfações das zonas erógenas estavam ligadas a satisfação das necessidades vitais (o mamar). Assim, “A atividade sexual se apoia primeiro numa das funções que servem à conservação da vida, e somente depois se torna independente dela” (FREUD, 1905/2016, p. 85-86).

⁵⁴ Até o Eu se constituir no psiquismo, o autoerotismo caracteriza-se como o estado originário da sexualidade infantil, “para o qual não há um objeto externo determinado, a libido vai aos poucos constituindo seus objetos, numa expansão que é correspondente à elaboração do mundo pelo sujeito, mundo dos objetos de interesse” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 41).

reconhecemos como dominantes na vida. Doença, morte, renúncia à fruição, restrição da própria vontade não devem vigorar para a criança, tanto as leis da natureza como as da sociedade serão revogadas para ela, que novamente será centro e âmago da Criação. *His Majesty the Baby*, como um dia pensamos de nós mesmos. Ela deve concretizar os sonhos não realizados de seus pais, tornar-se um grande homem ou herói no lugar do pai, desposar um príncipe como tardia compensação para a mãe. No ponto mais delicado do sistema narcísico, a imortalidade do Eu, tão duramente acossada pela realidade, a segurança é obtida refugiando-se na criança. O amor dos pais, comovente e no fundo tão infantil, não é outra coisa senão o narcisismo dos pais renascido, que na sua transformação em amor objetal revela inconfundivelmente a sua natureza de outrora (FREUD, 1914/2011, p. 25).

A criança, por sua vez, não quer renunciar a esse estado de perfeição narcísica vivenciada na primeira infância e, como resíduo dessa suposta perfeição, o *eu ideal* surge como uma imagem idealizada de si para fazer frente ao desamparo, exercendo um papel fundamental para a constituição do Eu. Mas, como a criança não pode manter essa imagem idealizada, perturbada por recriminações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, *procura readquirir esse narcisismo na forma do ideal do Eu*. “Enquanto o eu ideal é a expressão da onipotência máxima de um eu idealizado, o ideal do eu apresenta-se como uma instância externa, como algo que se coloca diante do eu como seu ideal” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 71).

Conforme o Eu se desenvolve, se distanciando do narcisismo primário, a libido é deslocada em direção ao ideal do Eu como uma tentativa de recuperar esse estado anterior. Para Freud (1914/2011, p. 33), o desenvolvimento do Eu consistiria no distanciamento do narcisismo primário contraposto a um “intenso esforço para reconquistá-lo”. De acordo com Carvalho (2016, p. 75), a diferença entre o Eu ideal e o ideal do Eu se evidencia que o primeiro tenta preservar o estado anterior idealizado, em contraposição ao ideal do Eu que projeta para si uma imagem idealizada que se almeja alcançar.

Para Freud (1914/2011, p. 29), a incitação a formar o ideal do Eu seria designada à consciência moral. A partir da influência crítica dos pais, que é posteriormente acrescida pelos educadores e todas inumeráveis pessoas do meio no qual a criança estabelece alguma interação, seria formada uma tendência a repressão das satisfações em razão das proibições e obstáculos que o mundo externo lhe impõe. A criança, impossibilitada de usufruir da perfeição narcísica que a

tudo podia, projeta diante de si seu ideal, “substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal” (FREUD, 1914/2011, p. 28). Como uma espécie de “formação substituta”, o ideal do Eu reedita a satisfação narcisista infantil de outrora (NAKASU, 2009, p. 173).

Freud (1921/2011, p. 47) destaca a identificação com a figura paterna para a formação do ideal do Eu. Na dinâmica edipiana, o garoto teria uma relação ambivalente com o pai frente ao desejo de ter a mãe. Por um lado, reconhece o pai como rival e, por outro, o admira por ser uma figura na qual a mãe dirige seu desejo. Nesse cenário, por meio da identificação aos traços do pai, essa figura seria tomada pelo garoto como seu ideal.

Essa relação ambivalente com a figura paterna no complexo de Édipo já estaria disposta em *Totem e Tabu* (FREUD, 1913/2012) sob o mito da horda primeva. Na referida obra, Freud constrói o mito que em tempos primórdios, haveria um pai violento e ciumento que reservaria todas as mulheres para si e expulsaria os filhos homens da horda quando crescessem. Esses irmãos expulsos, certo dia, se juntaram, mataram e devoraram o pai totêmico. “Eles odiavam o pai, que constituía forte obstáculo a sua necessidade de poder e suas reivindicações sexuais, mas também o amavam e o admiravam” (FREUD, 1913/2012, 141). O pai era o modelo temido e invejado por cada um dos irmãos. Ao devorar o pai, os irmãos se identificaram com essa figura e apropriaram-se de parte de sua força. Ao incorporá-lo, introjetaram suas qualidades. Entretanto, depois de matar o pai e satisfazerem seu ódio, os irmãos se arrependeram e desenvolveram uma consciência de culpa. Revogando o ato cometido, declaram ser proibido o assassinato do substituto do pai (o totem) e, ao mesmo tempo, privaram-se das mulheres desejadas. Freud afirma que a partir dessa consciência de culpa, fundamentou-se dois tabus: a proibição do incesto e, posteriormente, do mandamento “Não matarás”. A refeição totêmica teria sido, para o psicanalista, o início das organizações sociais, das restrições morais e da religião (FREUD, 1913/2012).

Sobre as relações entre o complexo de Édipo e o mito da horda primeva, escreve Quintella (2014, p. 287):

A fantasia do neurótico que instaura o símbolo do pai morto é segundo Freud primordial na dinâmica psíquica, à medida que a interdição operou seus efeitos como lei que impede o acesso da criança à mãe e a assunção ao lugar do pai, instaurando-se ali o

sentimento inconsciente de culpa. O parricídio é, portanto, a condição para que a ambivalência dirigida ao pai na trama familiar mobilize a identificação ao ideal do eu. Nesse nível, a identificação ao pai ocorre por introjeção dos traços do pai. Essa identificação por traços sinaliza a própria interdição ao lugar do pai; não podendo tornar-se o pai, a criança internaliza apenas os traços do pai, posto que interdita de assumir seu lugar.

No entendimento lacaniano, “o ideal do eu é efeito de uma introjeção simbólica: o pai, como referência, torna-se um significante de onde o sujeito pode se olhar. Essa introjeção não é de uma imagem maciça, mas de um ponto, um traço, um pequeno signo” (SAMICO, 2018, p. 87). O ideal do Eu é oriundo da identificação com o pai como aquele que tem o falo, e é a partir daí que o Édipo declina. “A formação do ideal do eu é a identificação que se constitui na medida em que o pai decepciona uma exigência do sujeito, fazendo com que a situação edípica seja superada para que se encontre uma identificação satisfatória com seu próprio sexo” (SAMICO, 2018, p. 91).

Do ponto de vista da economia psíquica, grandes quantidades de libido são deslocadas para a formação do ideal narcísico do Eu, e *estas encontrarão vazão e satisfação através de sua conservação e por meio do cumprimento desse ideal*. Essa satisfação seria assegurada pela consciência moral que observaria continuamente o Eu, comparando-o com o seu ideal e exercendo pressão para que ele se assemelhe a seus ideais narcísicos. “Ser novamente o próprio ideal, também no tocante às tendências sexuais, tal como na infância — eis o que as pessoas desejam obter, como sua felicidade” (FREUD, 1914/2011, p. 33).

Em *Psicologia das massas*, Freud (1921/2011, p. 52) retoma a discussão sobre o ideal do Eu conceitualizando-o como uma instância que se diferenciou do Eu e que pode entrar em conflito com este. Suas funções seriam a de auto-observação, de consciência moral (*Gewissen*), censura do sonho, prova de realidade⁵⁵, de ser a principal influência nos processos de repressão e a base para os ideais.

A consciência moral, para Freud (1913/2012, p. 73-76), “é aquilo que sabe com a maior certeza; [...] é a percepção interna da rejeição de determinados desejos existentes em nós; mas a ênfase está em que essa rejeição não precisa apelar para nenhuma outra coisa, que está segura de si mesma”. A consciência moral consiste

⁵⁵ Freud (1921/2011, p. 57) relaciona a prova de realidade ao ideal do Eu por conta da capacidade do hipnotizador de poder sugerir percepções.

na possibilidade do indivíduo de se auto julgar. Ela pode ser melhor compreendida nos casos de consciência de culpa: ocorre uma percepção de condenação interior aos atos nos quais concretizamos e que dizem respeito a determinados desejos. Para Freud, todo aquele com consciência moral sentiria dentro de si a justificativa para a condenação e recriminação de atos realizados. Associada a repressão, a consciência de culpa e a angústia de consciência, a consciência moral atuaria sobre as proibições. Todavia, como enfatiza Freud, não seria necessário proibir o que ninguém deseja fazer; isto é, “o que se proíbe enfaticamente deve ser objeto de um forte desejo” (FREUD, 1913/2012, p. 75). É sobre esse contexto que o psicanalista articula a consciência moral ao parricídio presente no mito de *Totem e Tabu* e as consequentes proibições impostas e internalizadas pelos sujeitos para que possam viver em sociedade.

A função de auto-observação exercida pelo ideal do Eu, por sua vez, diz respeito à observação sobre o Eu atual, que é medido pelo seu ideal, e coincide com a autocrítica da consciência moral. Apesar de existir “em todos nós na vida normal”, ela seria mais notável nos delírios de ser observado nas sintomatologias paranoides: “Os doentes se queixam então de que todos os seus pensamentos são conhecidos, todas as suas ações notadas e vigiadas”. A auto-observação teria tal poder que observaria todos os nossos propósitos, inteirando-se deles e os criticando (FREUD, 1914/2011, p. 30).

Tendo isso em vista, o ideal do Eu sofreria influências do meio e imporia exigências ao Eu que nem sempre seria capaz de cumpri-las e, ao mesmo tempo, resistiria a realização de determinados desejos, mesmo que em fantasia. Por outro lado, quando o sujeito não está satisfeito com o seu próprio Eu, ele poderia encontrar satisfações por meio de seu ideal aproximando seu Eu a essa instância. Como aponta Freud (1921/2011, p. 52), a distância ou a diferenciação entre o Eu e o ideal do Eu varia bastante de um indivíduo para outro.

O ideal do Eu, nesse sentido, é herdeiro da figura paterna do Complexo de Édipo e, através dessa identificação originária, o sujeito pode rumar a identificações secundárias e obter satisfações a partir dos traços dessa figura primeira. Assim, se primeiramente o meio opera barrando as satisfações narcísicas, em um segundo momento, o ideal do Eu carrega consigo as “influências do meio” que se converteram em exigências para o Eu por meio do ideal, mas que também

possibilitam os sujeitos vivenciarem novamente suas satisfações narcísicas infantis (NAKASU, 2009, p. 192).

Uma das maneiras pela qual o ideal do Eu possibilita algum tipo de satisfação é por meio da idealização e do enamoramento. De acordo com Freud (1914/2011, p. 33-34), o enamoramento consiste num transbordar da libido do Eu para o objeto, elevando-o a ideal. A idealização ocorre como se o objeto fosse tratado como o próprio Eu e, nesse sentido, pode estabelecer um vínculo auxiliar ao ideal do Eu: onde a satisfação narcísica se depara com obstáculos reais, o objeto idealizado pode ser utilizado como uma satisfação substitutiva. A relação do sujeito com esse objeto idealizado ocorre em conformidade com o tipo da escolha narcísica de objeto: aquilo que já foi e que perdeu (ser o falo), ou o que possui os méritos que jamais teve (ter o falo). Em outros termos, “*aquilo que possui o mérito que falta ao Eu para torná-lo ideal é amado*” (FREUD, 1914/2011, p. 34, grifos nossos).

É preciso levar-se em conta que, quando falamos em *escolha narcísica de objeto*, o objeto em questão é uma imagem ou um ideal, o que permitiu a Lacan, por exemplo, afirmar a estrita equivalência do objeto e do ideal do eu, isto é, o objeto amado, pela captura que opera do sujeito, é estritamente equivalente ao ideal do eu (GARCIA-ROZA, 2008, p. 74).

Contudo, não é a partir de qualquer “mérito” que o objeto pode ser idealizado. A consciência moral impõe condições para os objetos em que o Eu pode se identificar. Assim, associada a um julgamento crítico, a consciência moral seria o censor que rejeitaria determinados objetos por serem incompatíveis com o ideal que o sujeito busca se tornar. Em outras palavras, a satisfação obtida na relação com os objetos idealizados pelo qual o sujeito se identifica e investe, somente se torna possível se o objeto atender as condições colocadas pelo ideal do Eu (FREUD, 1914/2011; CARVALHO, 2016, p. 76).

Freud, em *Psicologia das massas* (1921/2011, p. 54-55), retoma a discussão presente sobre o enamoramento em *Introdução ao narcisismo* (1914/2011) acrescentando novos elementos para sua conceitualização. Para o psicanalista, no processo de enamoramento, ao colocar a ternura como forma de amor, poderia haver uma “superestimação sexual”, uma supervalorização dos atributos do objeto amado, que o deixaria com uma “certa isenção de críticas”. Todo processo de enamoramento seria caracterizado por “traços de humildade, de restrição do

narcisismo e de *self-injury*". Freud argumenta que este processo ocorre por conta das tendências que impelem à satisfação sexual direta ficarem em segundo plano, havendo um recuo das reivindicações sensuais. Isso torna o Eu menos exigente, mais modesto e o objeto cada vez mais precioso e sublime. Em casos limites, o objeto toma posse do amor-próprio do Eu ou, dito de outra forma, que "O objeto consumiu o Eu" (FREUD, 1921/2011, p. 55). O psicanalista retoma essa ideia anos mais tarde afirmando que para o sujeito, no auge do enamoramento, é como se a fronteira entre o Eu e o objeto ameaçasse a desaparecer, como se o Eu e o objeto formassem uma unidade e o sujeito enamorado estaria preparado para agir como se assim fosse (FREUD, 1930/2010, p. 12).

Freud afirma ainda que na idealização, o objeto "*serve para substituir um ideal não alcançado do próprio Eu*", pois o objeto é amado pelas perfeições que o Eu almeja. Por meio do objeto idealizado, *o sujeito procura obter as satisfações de seu próprio narcisismo* (FREUD, 1921/2011, p. 55, grifos nossos). Frente a essas considerações, Freud tece uma importante hipótese sobre o enamoramento:

Simultaneamente a essa "entrega" do Eu ao objeto, que já não se diferencia da entrega sublimada a uma ideia abstrata⁵⁶, *deixam de operar completamente as funções conferidas ao ideal do Eu*. Cala a crítica exercida por essa instância; tudo o que o objeto faz e pede é justo e irrepreensível. A consciência [moral] não se aplica a nada que acontece a favor do objeto; na cegueira do amor, o indivíduo pode se tornar, sem remorsos, um criminoso. Toda a situação pode ser resumida cabalmente numa fórmula: *O objeto se colocou no lugar do ideal do Eu* (FREUD, 1921/2011, p. 55-56, grifos nossos).

É sob essas prerrogativas que Freud considera que o líder nas massas comuns ocupa o lugar do ideal do Eu. Este mesmo processo aconteceria na hipnose e nela o fenômeno seria até mais claro e intenso do que no enamoramento ao líder da massa. Na hipnose haveria a "mesma humilde sujeição", a "mesma docilidade", a "ausência crítica" e o "solapamento da iniciativa própria" do sujeito diante do hipnotizador, da mesma forma do sujeito para com o objeto enamorado (FREUD, 1921/2011, p. 57).

⁵⁶ Freud propõe uma aproximação sobre os efeitos que o enamoramento e a sublimação podem produzir. Em sua metapsicologia, a sublimação não se confunde com a idealização do objeto. Freud é categórico em afirmar que a sublimação é um processo em que a pulsão não possui meta sexual, enquanto que a idealização é um processo que conserva a natureza sexual do objeto e o superestima, eleva-o psicologicamente e o engrandece. Portanto, a sublimação refere-se a uma modificação na pulsão e a idealização diz respeito ao objeto (FREUD 1914/2011, p. 28).

Em comparação análoga, Freud (1921/2011, p. 66-68) retoma o mito da horda primeva para afirmar as massas comuns como uma revivescência desta. O homem primevo ainda se acharia virtualmente conservado nos indivíduos e bastaria haver “um ajuntamento humano qualquer” para que isso pudesse se manifestar. Nas massas desse tipo, assim como na horda primeva, existiria a figura do indivíduo superforte em meio a um “bando de companheiros iguais” que “carecem da ilusão de serem amados igualmente e justamente pelo líder”. Essa ilusão seria uma “remodelação idealista do estado de coisas da horda primeva”, na qual, originalmente, a igualdade se referia ao temor dos filhos frente ao pai, pois ele os perseguia igualmente.

O líder da massa continua a ser o temido pai primordial, a massa quer ainda ser dominada com força irrestrita, tem ânsia extrema de autoridade, ou, nas palavras de Le Bon, sede de submissão. O pai primevo é o ideal da massa, que domina o Eu no lugar do ideal do Eu (FREUD, 1921/2011, p. 71).

Frente às considerações sobre o ideal do Eu e do enamoramento, temos melhores condições de compreender as formulações freudianas sobre as massas: ocorreria um investimento libidinal para com o líder (um amor terno) que tomaria a forma de uma idealização e, ao mesmo tempo, uma identificação para com um traço desse objeto de enamoramento. Essa modalidade de identificação, relembramos, refere-se à segunda descrita por Freud (1921/2011, p. 48) e que é dependente da identificação originária, onde a criança toma a figura paterna como modelo no Complexo de Édipo. Nessa identificação, o sujeito pode tomar um traço do objeto para si, tal como os cristãos para com Cristo. Somente sob essas condições (de investimento e de identificação) que o líder poderia ocupar o lugar do ideal do Eu nas massas comuns.

A identificação para com os pares, por sua vez, ocorreria por meio da terceira modalidade de identificação (como no exemplo freudiano do pensionato) em torno de um “algo em comum”. Nela as identificações ocorreriam entre os Eu e não seria necessário um investimento libidinal sobre o outro, mas essa identificação poderia facilitar um posterior investimento, tendo em vista as proximidades estabelecidas entre os Eu.

Considerando a amplitude desses dois processos, Freud (1921/2011, p. 56) aponta que a diferença mais fundamental entre a identificação e o enamoramento

estaria em torno do saber se *o objeto foi colocado no lugar do Eu ou no do Ideal do Eu*. Foi a partir dessa hipótese que Freud construiu uma fórmula relativa à constituição libidinal de uma *massa primária* (ou comum). Elas possuiriam um líder e não poderiam adquirir secundariamente, “através de excessiva ‘organização’, as características de um indivíduo”. O psicanalista formula: “*Uma massa primária desse tipo é uma quantidade de indivíduos que puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu e, em consequência, identificaram-se uns com os outros em seu Eu*” (FREUD, 1921/2011, p. 59, grifos do autor).

Mas o que significa a afirmação freudiana que nas massas primárias o objeto ocupa o lugar do ideal do Eu? Mais especificamente, o que Freud quer dizer com “*lugar*”? Em pelo menos três momentos Freud (1921/2011) coloca em outros termos a sua própria formulação. O psicanalista afirma que nos grupos rapidamente formados, transitórios, efêmeros (ou primários, acrescentamos), “[...] o indivíduo renuncia ao seu ideal do Eu e o troca pelo ideal da massa corporificado no líder” (p. 72). Em outro momento, referindo-se ao pai primevo de *Totem e Tabu*, afirma: “O pai primevo é o ideal da massa, que domina o Eu no lugar do ideal do Eu” (p. 71). E, ainda, que o grupo coincide com a hipnose na “substituição do ideal do Eu pelo objeto” (p. 87).

O que podemos compreender a partir dessas afirmações é que existiria um *ideal da massa* (seja ele qual for) e que esse ideal seria corporificado pelo líder. Haveria uma confluência entre o líder e o ideal da massa. Seguindo esse raciocínio, afirmar que os indivíduos puseram um único objeto no lugar de seu ideal do Eu significaria dizer que o ideal da massa ocupa o lugar do ideal do Eu e que esse ideal da massa é corporificado (ou representado) pelo líder. Dito de uma maneira mais direta: nas massas primárias, o ideal do Eu seria *substituído*⁵⁷ ou *trocado* pelo ideal da massa incorporado pelo líder, o que forneceria uma coesão ao grupo.

Para Enriquez (1999, p. 68) trata-se de uma *substituição* quando o objeto é posto no *lugar* do que constitui o ideal do Eu. A substituição é percebida “quando

⁵⁷ Talvez, a melhor palavra seja “justaposto” tendo em vista que o indivíduo, para Freud (1921/2011, p. 72), “participa da alma de muitos grupos”. Assim, o ideal de uma massa seria justaposto pelo ideal de uma outra, ao qual o mesmo indivíduo pertence. Preferimos manter o significante “substituído” e “trocado” para mantermos coerentes com o escrito freudiano.

aquilo que era para nós um ideal se localiza num objeto presente que vem, no interior de nós mesmos, representar completamente e sem crítica esse ideal”.

Quanto ao objeto ocupar o “lugar” do ideal do Eu, interpretamos que o objeto possa interferir sob as *funções* ou os *papéis* do ideal do Eu. Assim, a ideia de localização se referiria às diferenciações entre os agentes psíquicos, isto é, à operação de determinados mecanismos e funções dessa instância. Dessa forma, dizer que o objeto ocupa o lugar do Ideal do Eu, poderia significar, em outros termos, que o objeto pode exercer as mesmas funções ou papéis que essa instância psíquica, produzindo, por efeito, uma *alteração* ou uma *suspensão parcial* nas funções do Ideal do Eu e que, como vimos, dizem respeito a consciência moral, a repressão, a auto-observação, a censura sobre os sonhos e a prova de realidade (FREUD, 1921/2011, p. 52). Além disso, sendo esse processo decorrente do enamoramento, não podemos esquecer que o objeto é tomado como ideal, uma forma de investimento amoroso que em suas formas mais desenvolvidas se aproxima de uma experiência de “fascínio” ou de “servidão enamorada” (FREUD, 1921/2011, p. 56). Dessa maneira, em maior ou menor grau, as alterações ou suspensões parciais modificariam o Eu rumo aos caminhos traçados pelo ideal do Eu. Essa possibilidade interpretativa responderia o porquê se “cala a crítica exercida por essa instância”, porquê “tudo que o objeto faz e pede é justo e irrepreensível” e porquê o sujeito pode se tornar “sem remorsos, um criminoso” (FREUD, 1921/2011, p. 56).

Assim, considerando nossas interpretações, teríamos que nas massas primárias o líder seria a incorporação do ideal da massa que substituiria o ideal do Eu dos sujeitos que as compõem e, a partir disso, a representação do líder no psiquismo poderia alterar ou suspender parcialmente os processos de consciência moral, repressão, censura, auto-observação e prova de realidade.

Mas em massas organizadas e artificiais, como as polícias militares, o objeto poderia ocupar o lugar do ideal do Eu? Que objeto seria esse? Ainda seria o líder? Produziria os mesmos efeitos?

De acordo com a leitura de Laclau (2013, p. 110, grifos do autor), nas massas freudianas, “tudo gira em torno da noção primordial de identificação, e o ponto de partida para explicar uma pluralidade de alternativas sociopolíticas deve ser encontrado no *grau* de diferença entre o Eu e o Ideal do Eu”. Para Laclau, se essa

distância for grande, há a situação descrita por Freud nas massas comuns: identificação entre os pares e a transferência do papel do ideal do Eu para o líder. “Nesse caso, os princípios fundadores da ordem comunitária transcenderão o líder e, de acordo com esse princípio, a identificação de equivalência entre os membros do grupo aumentará”. Se a distância entre o Eu e o ideal do Eu for menor, o líder será objeto escolhido pelos sujeitos da massa, mas também fará parte do grupo, participando do processo geral de mútua identificação. Nesse caso, tal como havíamos mencionado anteriormente, o líder se torna um *primus inter pares*, compartilha algum traço em comum com os liderados, estes podem se identificar com o líder e ele dependeria de um reconhecimento dos liderados para poder exercer a sua função de liderança (LACLAU, 2013, p. 106). Pode-se pensar ainda em uma situação imaginária absurda (*reductio ad absurdum*) em que a brecha entre o Eu e o Ideal do Eu fosse inteiramente transposta. Nesse caso-limite haveria uma total transferência das funções do indivíduo à comunidade por meio da organização e se suporia uma ausência da figura de liderança (LACLAU, 2013, p. 110).

Se a ênfase freudiana recai em saber se o objeto ocupa o Eu ou o ideal do Eu nas massas, Laclau (2013) enfatiza o grau de distância entre as duas instâncias psíquicas. De um lado do *continuum* temos a função de liderança sendo exercida por um líder. Nesse caso ele ocupa um lugar de destaque na massa, é visto como um alguém diferente em relação aos liderados e é dotado de perfeições. Do outro lado, a função de liderança seria desenvolvida pela própria organização dos sujeitos da massa e não seria necessária a presença de uma figura central para exercer tal função.

Compreendemos que o pensamento de Laclau não contradiz o de Freud, mas o complementa. Freud (1921/2011, p. 59) se deteve na constituição de massas “primárias”, na qual o líder ocuparia o lugar do ideal do Eu. Já Laclau, relativiza o “lugar” para pensar em termos de “grau” ou “distância” entre as instâncias, construindo o pensamento de que quanto mais a massa é organizada, menos ela necessita da figura de um líder e mais o poder do líder é restrito pelos liderados.

As polícias militares, ao nosso ver, estariam na situação descrita por Laclau em que a distância entre o Eu e o ideal do Eu seria relativamente pequena. Assim, nessa massa artificial (não primária ou comum, para melhor diferenciarmos), os comandantes seriam *primus inter pares*, afinal, a própria formação, carreira e

hierarquia estabeleceriam um determinado grau de igualdade entre os policiais. Eles são, por exemplo, equivalentes no início de suas carreiras e podem, no decorrer do tempo, se diferenciarem hierarquicamente e em suas funções e postos. Todavia, é válido ressaltar que essa igualdade seria relativa tendo em vista que poderiam haver diferenças de tratamento entre as mesmas hierarquias e funções, mas, sobretudo, por conta de a carreira policial-militar estar dividida, desde o início, em dois segmentos distintos e paralelos: a de praças e a de oficiais. Assim, apesar de todos serem policiais militares, a identificação não seria a mesma devido a essas condições e a função de liderança estaria submetida a essa estrutura institucional. Além disso, sendo as polícias militares massas altamente organizadas, a função de liderança seria dependente do consentimento e reconhecimento dos liderados.

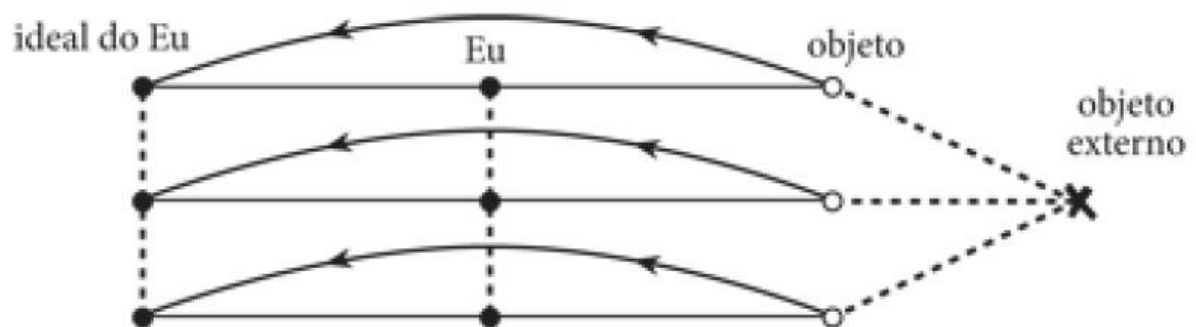
De acordo com este raciocínio e levando em consideração a nossa hipótese de que o objeto de enamoramento nas polícias militares seria um conjunto de ideias condutoras, poderíamos compreender, por efeito, *que algumas cadeias significantes que formariam o ideário policial-militar seriam colocadas, em menor ou maior grau, no lugar do ideal do Eu*. Nessa linha de reflexão, o ideal da massa ao qual os líderes corporificariam seria o ideário policial-militar. Essas ideias condutoras no lugar do ideal do Eu alterariam as funções dessa instância e, por decorrência, produziriam mudanças no Eu. Esse processo permitiria o policial agir de acordo com os sentidos produzidos pelas cadeias significantes oferecidas. Compreendemos que nas polícias militares, o que aproximaria o Eu do ideal do Eu seria a própria formação que os agentes passam em seu contínuo “fazer-se” policial. Seguindo as ideias condutoras hegemônicas das corporações, o policial seria conduzido a tornar-se um policial modelo, aquele que incorpora e representa essas ideias, alterando seu comportamento e prática profissional. Guiado por esse ideal internalizado, as funções de liderança seriam exercidas pelas próprias funções do ideal do Eu, tornando o comandante uma figura complementar para a massa, aquele que ocupa uma posição privilegiada na circulação das cadeias significantes.

5.2 A circulação das cadeias significantes

A teoria dos significantes proposta por Lacan se apresentou fundamental para preservarmos as contradições, complexidades e, sobretudo, a singularidade de cada

sujeito ao “fazer-se” policial militar. Entretanto, o próprio Freud em *Psicologia das Massas* (1921/2011) já havia considerado a diferença sobre aquilo que o objeto de enamoramento “é”, daquilo que ele pode representar para os sujeitos nas massas. O psicanalista elaborou um esquema sobre como se estrutura uma massa primária, mas que também apresenta características que nos permitem analisar fenômenos de massas mais organizadas.

Esquema 1 – Esquema freudiano de uma massa.



Fonte: Freud (1921/2011, p. 59)

De acordo com o esquema freudiano, as massas comuns se formariam a partir de uma quantidade de sujeitos que enamoram um mesmo objeto externo. Por efeito, a partir desse fenômeno, os sujeitos da massa identificam-se entre si por estarem enamorando o mesmo objeto externo. Assim, no esquema, as retas pontilhadas do eixo horizontal são determinantes para a constituição das retas pontilhadas verticais. Os sujeitos, por enamorarem o mesmo objeto externo (eixo horizontal), constituem uma relação recíproca de identificação (eixo vertical), tanto em seus Eu quanto nos seus ideais do Eu, possibilitando a formação de uma massa mais ou menos coesa.

Ao analisarmos o esquema, podemos perceber que o “objeto externo”, único, não representa o “objeto”, isto é, o “objeto” depende da percepção do “objeto externo” por cada um dos sujeitos que compõem a massa. Dessa forma, cada sujeito possui uma representação própria do “objeto externo”, sendo o “objeto” essa representação singular.

Visando a articulação com as nossas hipóteses, poderíamos compreender que o “objeto externo” se apresentaria como as ideias condutoras da massa, isto é,

um conjunto de cadeias significantes, cujo o significado seria atribuído por cada sujeito que a compõe, possibilitando a transformação do “objeto externo” em “objeto”. Assim, cada sujeito, em seu processo de significação, produziria seu “objeto” a partir do “objeto externo”. Mas quais elementos estariam em jogo nesse processo?

A título de desenvolvimento, partamos do fato hipotético (pois ele não ocorre na realidade) de que o “objeto externo” se apresente, enquanto cadeia significante, da mesma forma para todos os sujeitos que compõe a massa. Isso significaria dizer que o ideário policial-militar seria apresentado da mesma forma a todos os policiais militares. Seguindo a lógica do esquema freudiano, mesmo que esse “objeto externo”, único, fosse apresentado da mesma forma, cada sujeito atribuiria uma significação, transformando-o em “objeto”.

Para Freud, isso aconteceria porque os sujeitos de uma massa participam de diferentes grupos, criam múltiplos laços por identificação e constituiriam seus ideais do Eu por meio de diversos modelos. Um sujeito, “participa da alma de muitos grupos, daquela de sua raça, classe, comunidade de fé, nacionalidade etc.”, que se justapõem com “os grupos rapidamente formados, transitórios”. Apesar de pertencer a diversos grupos, o sujeito pode ainda “erguer-se além disso, *atingindo um quê de independência e originalidade*” (FREUD, 1921/2011, p. 71-72)

Sob a perspectiva da teoria do significante, podemos dizer que o sujeito é atravessado por uma série de outros significantes para além dos quais uma massa específica oferece. À vista disso, temos que considerar que os policiais militares participam de uma série de outras relações. Antes de se tornar policial, o sujeito pertence a uma família, se formou em uma escola, se relaciona com colegas e amigos, provavelmente fez ou faz parte de algum grupo religioso, consome determinados objetos culturais, acompanha determinadas mídias, etc. Em outras palavras, cada sujeito teria uma história, um processo de percepção e de representação e esses elementos influenciariam na forma pela qual o policial se relaciona com o ideário e transforma o “objeto externo” em “objeto”.

Dessa maneira, precisamos compreender que a relação com o ideário ocorre para além de seu estado “puro”. O sujeito, ao enamorar as ideias condutoras, as colocaria no lugar de seu ideal do Eu. Introjetadas, os significantes do ideário poderiam se articular com outros significantes que estariam de “fora” daquilo que é

hegemônico nas instituições. Estes poderiam ser congruentes ou antagônicos com os significantes presentes no ideário⁵⁸, podendo influenciar no “fazer-se” policial militar e, porventura, nas modalidades de satisfação e nas formas de conflito psíquico, como discutiremos brevemente adiante.

A diferença entre significado, significante e signo e entre “objeto” e “objeto externo”, nos ajudaria a compreender ainda o porquê de as polícias militares não conseguirem reproduzir completamente um mesmo modo de ação e pensamento em seus agentes apesar dos esforços normativos que tentam produzir uma mesma subjetividade em suas formações. A concepção do “objeto” estaria sempre atrelada a fatores para além do controle das instituições, isto é, dependeria da percepção dos sujeitos e de toda uma série de outras ideias que influenciariam o processo de significação do “fazer-se” policial militar. Isso nos ajudaria a compreender também porque em uma mesma formação, em um mesmo período de tempo e em um mesmo batalhão, podemos encontrar, apesar de pertencerem a mesma massa artificial, policiais tão distintos em suas formas de pensar e agir: aqueles que, por exemplo, são reformados sem terem disparado contra alguém em nenhum momento de sua carreira e aqueles que já normalizaram esse comportamento em seu cotidiano policial.

Assim, o “quê” de independência e originalidade ao qual se referia Freud e os variados “objetos” advindos dos “objetos externos” seriam efeitos das influências que outros significantes produzem nos sujeitos para além daqueles que são oferecidos pelas instituições. Os sujeitos carregariam uma série de representações que se atualizariam na relação com o objeto de enamoramento, presentes antes da entrada na instituição e que permaneceriam durante o seu contínuo “fazer-se” policial militar.

Nessa linha de raciocínio, podemos conjecturar ainda que, em maior ou menor grau, o “objeto externo” seria idealizado a partir de virtudes e perfeições imaginárias que não necessariamente corresponderiam *somente* aquilo que o objeto é, mas, também, por significações que o sujeito atribuiria a esse objeto. Essa concessão de representações, do sujeito para o objeto, pode ser compreendida como uma *projeção*, isto é, uma “operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo

⁵⁸ Seria interessante compreender, por exemplo, como policiais militares cristãos conseguem fazer com que possam coexistir as ideias do uso letal da força e do mandamento “Não matarás”.

‘objetos’ que ele desconhece ou recusa nele” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 374). Para Enriquez (1999, p. 75), os indivíduos projetam seus desejos e os reencontram no mundo exterior em sua “totalidade” com menos dificuldades para aceitá-los, interiorizá-los e se submeterem a eles.

Se Freud não considerou esse mecanismo sob o termo de projeção, é que para ele a projeção designa uma operação de defesa pela qual o sujeito expulsa de si próprio desejos que ele teme, recusa ou tende a desconhecer. Ora, podem ser expulsos não só tais desejos, mas também aqueles que a pessoa gostaria de ver, de forma mais ou menos consciente se realizarem. [...] A projeção se tornaria então um mecanismo que não tem apenas como objetivo se desembaraçar do que, no indivíduo, é “ocasião de desprazer”, mas igualmente do que pode ser ocasião de prazer mas não é perceptível pela pessoa que emite tal desejo (ENRIQUEZ, 1999, p. 75).

Ao nosso ver, a projeção, nesses termos, seria acompanhada pela fantasia que facilitaria a construção da imagem idealizada do “objeto” e auxiliaria na satisfação narcísica que o enamoramento proporciona. Seria como se a fantasia transferisse para o “objeto” os “méritos” que lhe faltariam ao “objeto externo” para que ele pudesse ser idealizado, dizendo mais do ideal do Eu do sujeito enamorado do que propriamente das qualidades do “objeto externo”.

O apaixonado projeta, ou transfere, sobre o objeto de sua paixão as idealizações narcísicas de sua infância e tem a ilusão de que nele está o segredo de tudo o que lhe falta. A ilusão da completude narcísica alimenta a ideia de que o objeto da paixão amorosa [*Verliebtheit*] pode preencher o vazio da falta, que é constituinte de nossa existência (ROCHA, 2008, p. 113).

No seu estudo sobre o populismo, Laclau (2013) refere-se aos *significantes vazios* como aqueles que suprimem demandas particulares em proveito de uma dimensão mais universal dessas demandas. Os significantes vazios denunciam uma ausência ou falha no sistema de significação, mas possibilitam um ancoramento sobre aquilo que é buscado pelo agrupamento a partir de uma nomeação. Como significantes, não portam nenhum conceito específico previamente, mas possibilitam reunir demandas heterogêneas ou particulares que sejam similares com outras na oposição a um sistema ou governo. Traçando uma comparação com o nosso escrito, diríamos que o significante vazio teria a potência de dar nome ao “algo em comum” que é objeto de identificação. A ideia aqui presente seria que “a unidade do objeto é um efeito retroativo do fato de nomeá-lo” (LACLAU, 2013, p. 170).

Laclau traz o termo “justiça” como exemplo. Para ele seria perda de tempo tentar oferecer uma definição positiva a esse termo numa demanda popular qualquer. Entretanto o significante “justiça” produziria uma função de equivalência entre as experiências vivenciadas como injustas.

A discussão sobre se uma sociedade justa será instaurada por uma ordem fascista ou socialista não procede como uma dedução lógica, que parte de um conceito de “justiça” aceito pelos dois lados, mas ela se dá através de um investimento radical, cujos passos discursivos não constituem conexões lógico-conceituais, mas conexões atributivo-performativas (LACLAU, 2013, p. 155).

O termo “justiça”, assim, não possuiria um conteúdo conceitual preexistente e definido, mas em sentido estrito, ele se apresentaria como um significante vazio. O significante “justiça” seria o mesmo para diversos grupos, mas o que se entenderia sobre isso ou como se materializaria a justiça em suas demandas poderia ser radicalmente distinto. Dessa maneira, a “vagueza” e “imprecisão” que os significantes vazios podem possuir não diriam respeito a um subdesenvolvimento ideológico ou político e nem resultariam de uma situação marginal ou primitiva das massas, mas fariam parte da própria natureza do político (LACLAU, 2013, p. 156).

Como em outras massas, os significantes que circulam no ideário policial-militar possuiriam sua parcela de vagueza e imprecisão e, devido a esse vazio, auxiliariam na possibilidade de coexistência de diferentes identidades e nas formas diversas de atuação entre os policiais. Apesar dos regulamentos, leis e ordens estabelecerem uma parcial coerência entre o trabalho dos agentes (o que faz das polícias militares massas altamente organizadas e possibilitam a reprodução do trabalho no cotidiano), ainda assim haveria um hiato entre as ideias condutoras e a materialidade do trabalho, o que denunciaria o caráter vazio dos significantes nessas massas. Mesmo que os sentidos produzidos sejam mais limitados na comparação com as massas comuns, o significante “justiça”, para ficarmos no exemplo de Laclau, diria respeito a demandas e práticas distintas em uma mesma corporação, mesmo sendo um significante relevante para essas instituições.

Na esteira do pensamento de Laclau (2013), Mac-Cormick (2014, p. 91) enfatiza que os significantes vazios não seriam parte somente de um discurso populista, mas compreenderia também a figura do líder nas diferentes modalidades de agrupamento. Para o autor, o líder seria um *efeito* de um grupo, massa, clã ou

horda. Não seria o líder quem faria o grupo, mas sim o grupo que abriria o espaço para a constituição do líder. Este espaço seria criado pelas demandas, anseios, paixões e objetivos individuais que uniriam o grupo ou massa por meio de uma relação de identificação recíproca e uma relação decorrente de identificação para com o líder, “projetando nele um ideal do eu”⁵⁹. Nesse processo o líder seria considerado alguém que estaria em melhores condições de levar adiante uma missão ou projeto que permitiria a felicidade ou satisfação ainda não encontradas pelos sujeitos que compõem o agrupamento. O líder, assim, seria um “norteador das demandas e anseios do grupo” e aquele que suportaria traços e significantes diversos aos quais o grupo incorporaria como produto de uma relação de identificação. “O líder aqui é um representante das demandas não satisfeitas e que as traduzem ao social e ao sistema vigente, ele torna-se o nome, o símbolo e intervém sobre o representado em seu interesse e decisões” (MAC-CORMICK, 2014, p. 92).

Para Laclau (2013, p. 232), a função de representante não consistiria em transmitir simplesmente a vontade daqueles que ele representa como se fosse mero agente passivo. Essa função de representante acrescentaria algo para além dos interesses que o líder representa. Essa adição refletiria na identidade dos representados, resultado do próprio processo de representação.

Mas para que o líder possa oferecer esse projeto de satisfação às demandas e anseios do grupo, o líder, enquanto significante, precisaria ser *vazio* o suficiente para ser preenchido com as significações que o grupo necessita para se identificar. Quão mais *vazio* pudesse ser esse significante, maior seria a potencialidade de identificação a ser positivada. O líder, nesse sentido, “É aquele que suporta ou porta a possibilidade da identificação a vários traços dentro de uma lógica significante” (MAC-CORMICK, 2014, p. 95).

Um outro aspecto que gostaríamos de destacar sobre a dinâmica do significante diz respeito ao que Freud (1921/2011, p. 60) chamou de *sugestão mútua*. Freud, compreende a sugestão mútua como um fenômeno decorrente do processo de identificação com os pares. A sugestão nas massas não ocorreria

⁵⁹ O autor parte de uma outra seqüência lógica para a formação de uma massa. Se para Freud (1921/2011) a identificação para com os pares seria decorrente do enamoramento com o líder, para Mac-Cormick (2014) seria a identificação com os pares que possibilitaria o aparecimento de um líder.

somente do líder para com seus membros, tal como ocorre na relação entre o hipnotizador e o hipnotizado, mas seria exercida também por cada um dos indivíduos contidos nas massas, uns sobre os outros e mutuamente. Para o psicanalista, o “ato intelectual” e o “impulso afetivo” do sujeito na massa comum seriam muito fracos para impor-se por si mesmos, tendo que esperar o fortalecimento do comportamento de outros sujeitos para que pudessem ocorrer. Esse laço de interdependência com o outro seria uma das forças constituintes de uma sociedade, na qual os sujeitos seriam governados “pelas atitudes de uma alma da massa”. A sugestão mútua poderia ser observada, por exemplo, nos desenvolvimentos da opinião pública, dos preconceitos de classe e nas “particularidades raciais” (FREUD, 1921/2011, p. 60). Os indivíduos que não tivessem colocado o objeto de enamoramento da massa no lugar do ideal do Eu seriam “arrebatados ‘sugestivamente’, isto é, por identificação” (FREUD, 1921/2011, p. 72).

Nas polícias militares a sugestão mútua pode ser compreendida como o efeito da circulação das ideias condutoras nas corporações. Como numa rede, a constante identificação dos policiais entre si reforçaria as ideias hegemônicas ao longo do “fazer-se” policial. A hierarquia e a disciplina seriam os principais vetores que direcionariam a circulação dos significantes nessa rede, facilitando determinados significantes (aqueles mais valorizados e tradicionalmente estabelecidos nas instituições) e dificultando a passagem de outros (isto é, aqueles que não fizessem parte no universo policial-militar ou que pudessem realizar algum tipo de crítica ao trabalho ou a instituição). Com as ideias condutoras ocupando o lugar do ideal do Eu, o policial ordenaria ao outro a norma, direta ou indiretamente, determinando aos outros policiais como deveriam agir, pensar, falar etc.

Ao nosso ver, a hierarquia e a disciplina ajudariam a sustentar a autoridade (ou o autoritarismo) do comandante para o comandado, materializando a circulação do ideário por meio de um discurso normativo. Apesar disso, tendo em vista a sugestão mútua, a circulação significativa não seria somente unidirecional. Guimarães (2000, p. 3) relata que a reprodução da cultura organizacional consiste em um canal bilateral. Os praças, com frequência, conseguiriam influenciar seus superiores hierárquicos, sobretudo jovens oficiais, por meio de comentários em ocorrências, elogios a outros oficiais, exaltando supostos ídolos e manifestando

inconformidades com determinadas atitudes que consideram desconexas ao modelo desejado. Para o pesquisador, muitos graduados ou oficiais, desejosos por reconhecimento ou tendo a expectativa de serem considerados policiais modelos, “passam a reagir na perspectiva do grupo de subordinados, na falsa ilusão de se constituir um verdadeiro líder. Reproduzindo e fortalecendo assim os valores dominantes” (GUIMARÃES, 2000, p. 3).

Mesmo que houvessem poucas identificações com os significantes que compõem as ideias condutoras ou que não houvessem fortes vinculações entre as ideias do ideário com o ideal do Eu, a sugestão mútua e a estrutura organizacional complementarizariam aquilo que poderiam faltar para o sujeito “fazer-se” policial militar. Em outras palavras, se o sujeito não se faz policial pelo enamoramento, a instituição o compele pela sugestão e pela doutrina. Nesse caso, nos deparamos com policiais militares que não entraram necessariamente nas corporações por uma “vocação” ou um “apreço” ao trabalho e a instituição policial-militar, mas, por exemplo, por questões financeiras ou por estabilidade profissional e, de maneira mais ou menos intensa, se “adequam” as ideias condutoras da massa.

Assim, sem significados pré-existentes e totais, os significantes que compõem o ideário policial-militar apresentam-se em cadeia e formam um sistema que constituem uma variedade de sentidos possíveis e se reproduzem diferentemente nas performances profissionais. Quando essas significações são compartilhadas entre os policiais, repetidas, circunscritas e passadas aos agentes mais jovens, refletindo como sugestão mútua, podemos dizer que elas têm maior potencialidade de serem hegemônicas, o que reforçaria o laço de identificação entre eles.

Contudo, considerando as hipóteses apresentadas, a organização das polícias militares parece criar uma tendência para que os policiais repitam as mesmas cadeias significantes, ajudando a conservar o laço já estabelecido e a prática policial. Assim, salvo dos dispositivos políticos e jurídicos “externos” que podem alterar ou suprimir a reprodução de determinadas ideias, como os policiais modificariam ou poderiam modificar suas relações com o ideário? Presumimos que seja pela oferta de novos significantes e pela produção de novos sentidos que a relação do policial com as ideias condutoras pode se transformar. Quando compartilhados, poderiam fomentar a criação de novas demandas e alterariam a reprodução de determinadas ideias em favorecimento de outras.

Esse movimento pode ser apreendido, dentre outras possibilidades⁶⁰, como efeito de uma *atitude crítica*. Para Foucault (2000, p. 171), a atitude crítica seria a arte de não ser governado de determinada maneira, em nome de estipulados princípios, em vista de deliberados objetivos, por meio de certos procedimentos, a serviço de determinadas pessoas, etc. Este “não querer ser governado” seria o de não aceitar como verdade o que uma autoridade diz ser verdadeiro ou, pelo menos, considerar, por si mesmo, com boas razões para aceitar, aquilo que é colocado como verdade (FOUCAULT, 2000, p. 173). A governamentalização seria o movimento de uma “prática social de sujeitar os indivíduos por mecanismos de poder que reclamam de uma verdade”. A crítica, por sua vez,

[...] é o movimento pelo qual o sujeito se dá o direito de interrogar a verdade sobre seus efeitos de poder e o poder sobre seus discursos de verdade; pois bem, a crítica será a arte da inservidão voluntária, aquela da indocilidade refletida. A crítica teria essencialmente por função o desassujeitamento no jogo do que se poderia chamar, em uma palavra, a política da verdade (FOUCAULT, 2000, p. 173).

Propondo uma aproximação com o pensamento foucaultiano, a atitude crítica seria o mecanismo que possibilita a abertura para a produção de novos saberes e que possibilita a confrontação das ideias que conduzem os sujeitos nas massas, alterando a relação dos sujeitos para com elas. Levando em consideração que no processo de enamoramento, em maior ou menor grau, a idealização suprime parcialmente a consciência moral do sujeito, cujo os efeitos são semelhantes aos da hipnose, a atitude crítica agiria como uma das forças antagônicas ao enamoramento.

Entretanto, se a atitude crítica é um discurso que pode se opor ao enamoramento, operando como resistência ou como uma outra alternativa a esse modo de assujeitamento, espera-se que haja uma oposição a ela, tanto pelos próprios sujeitos que compõe as instituições (tendo em vista o gozo que essa modalidade de laço propicia e que tende a se repetir), quanto por aqueles que, de alguma maneira, se interessam pela conservação de como as polícias se apresentam.

⁶⁰ A própria clínica psicanalítica é um campo profícuo para a produção de novos sentidos e possibilitam novas relações dos sujeitos com o trabalho policial-militar. Pesquisas que discutem a clínica com os policiais militares são referências importantes para esse tipo de análise, como Favato (2002), Campos (2006), Samico (2016), Samico e Jorge (2018) e Lima e Darriba (2019).

Nesse sentido, temos, por exemplo, Darlan Menezes Abrantes, ex-policial militar que foi expulso da corporação após publicar a segunda edição de seu livro “Militarismo: um sistema arcaico de segurança pública”, assim como Rodrigo Nogueira, ex-policial militar preso por crimes enquanto ainda era policial e que foi torturado dentro do presídio para que sua esposa retirasse a denúncia feita ao Ministério Público sobre o impedimento que teve sobre a distribuição de seu livro “Como nascem os monstros” no Batalhão Especial Prisional (SILVA, 2016). Ou ainda, mais recentemente, como Martel Alexandre del Colle, jovem policial militar expulso da corporação por publicar textos criticando determinadas ações policiais e por se posicionar politicamente (MENDONÇA, 2021).

Contudo, em um sentido mais amplo, a crítica pode advir “de fora”, isto é, por não policiais e, quando bem recebidas, podem modificar a relação dos policiais com o ideário. Entretanto, seguindo a tese freudiana que no enamoramento o objeto é tratado como o próprio Eu, as críticas sobre as ideias que conduzem as polícias podem se apresentar ao interlocutor de maneira pessoalizada, isto é, como se fosse o seu próprio Eu o objeto da crítica, o que o incitaria a mobilizar mecanismos de defesa para se proteger narcisicamente. O “espírito de corpo” e as regras contidas nos regimentos (como ser fiel a polícia militar, cultivar as tradições históricas das corporações militares, respeitar a hierarquia e a disciplina militar, etc.), fomentam essa idealização e tornam as instituições sensíveis a qualquer tipo de oposição as ideias hegemônicas presentes nas corporações.

Por muito tempo considerou-se que as questões da segurança pública eram assuntos para serem resolvidos dentro das repartições, somente por policiais, que de forma autossuficiente e prepotente pensavam saber o que era certo ou errado para o coletivo. Em torno do organismo policial-militar construiu-se um isolamento significativo, fazendo com relativa frequência que os profissionais perdessem o sentido da realidade social, enfraquecesse sua auto avaliação, resultando policiais encerrados em si mesmos, pensando e tentando fazer justiça construída internamente. Isso limitou a interação sociedade - polícia, proporcionou que o organismo se passasse por ilustre desconhecido da sua própria comunidade, bem como facilitou o fortalecimento de crenças preconceituosas decorrentes de determinados grupos ou setores. E ainda, possibilitou o enfraquecimento do conhecimento da diversidade da sociedade, para quem, igualmente, a polícia estava constituída para servir. Já na década de noventa, quando este quadro começa a ser refletido com mais intensidade, alguns PM jocosamente concluíam que a Polícia

só poderia dar certo, pois ela mesmo planejava, executava, produzia o relatório, avaliava e batia palmas (GUIMARÃES, 2000, p. 5).

Para Souza (2020, p. 62), na Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP), instituição em que trabalhou em toda sua carreira,

[...] as decisões de comando são tomadas sem qualquer estudo científico, não há discussão em grupo, principalmente com o que será afetado, e basta uma só pessoa com poder de decisão querer que a medida será implantada, não havendo tampouco estudo no que refere ao impacto que a medida poderá causar.

A PMESP não admite críticas e falhas, ou as admite como sendo algo individual, as propaladas falhas individuais. Também não permite a participação da sociedade na revisão e correção de procedimentos e não realiza estudos de casos no âmbito da pesquisa científica. Perdura a posição de que ela sabe o que está fazendo, não precisa de ajuda e quando admite algum erro é para afirmar que alguém falhou e será punido. Aqui a polícia se constitui num órgão isolado e distante da sociedade.

Apesar de uma série de impedimentos e dificuldades, a relação entre o ideário e os policiais não ocorre somente por uma única via, do comandante ao comandado e internamente, mas também inversamente e de fora para dentro. Além do ideário ser ofertado aos policiais como um discurso de verdade e imperativamente, os sujeitos nas massas e aqueles “de fora” delas, malgrado as resistências, compartilham significantes que podem alterar as relações com o ideário, as significações atribuídas e, conseqüentemente, a prática policial. O “objeto externo” está sempre por se representar em “objeto”, isto é, o significado atribuído não é permanente ou imutável. A relação do sujeito para com o “objeto externo” é dinâmica e pode produzir novos “objetos” a todo o momento. Apesar das forças que tendem a conservar sob os mesmos efeitos de verdade as ideias do ideário policial-militar, o “fazer-se” policial está sempre sob a potência de se transformar.

5.3 Possibilidades de satisfações narcísicas ao “fazer-se” policial militar

Vimos que em decorrência da formação do ideal do Eu, o psiquismo pode encontrar satisfação por meio da conservação e do cumprimento de seu ideal narcísico, aproximando o Eu do ideal do Eu. Mediada pela consciência moral, a satisfação pode ocorrer também por intermédio dos processos de idealização e enamoramento. Quando a satisfação narcísica se depara com obstáculos reais,

pode haver investimentos sobre objetos que possuam os méritos que faltam ao Eu e, elevando-os à posição de ideal, o sujeito pode obter satisfações substitutivas.

Nesses casos, conforme Freud (1914/2011, p. 34), a pessoa amaria em conformidade com o tipo da escolha narcísica de objeto: “aquilo que já foi e que perdeu, ou o que possui os méritos que jamais teve”. Essa possibilidade de satisfação teria especial importância para os neuróticos, pois, devido aos investimentos excessivos aos objetos, o Eu estaria empobrecido e incapaz de cumprir com seu ideal⁶¹. Por conta disso, buscaria o caminho de volta ao narcisismo, escolhendo um ideal sexual que possuísse os méritos que se encontrariam inatingíveis para ele.

Com o objeto idealizado ocupando o lugar do ideal do Eu, amado pelas perfeições que o próprio Eu almeja, o sujeito procura obter satisfações derivadas de seu próprio narcisismo. Como afirmou Freud (1921/2011, p. 74), “Há sempre uma sensação de triunfo quando algo no Eu coincide com o ideal do Eu”. Assim, a idealização e o enamoramento possibilitam a tentativa de repetição da satisfação narcísica vivenciada na primeira infância, referente àquele deleite de ser objeto de amor idealizado pelos pais.

Nesse sentido, se há pelo sujeito uma projeção dos próprios ideais narcísicos sobre o objeto enamorado, podemos dizer, do ponto de vista econômico, que o investimento libidinal ocorre sobre o objeto, mas que a satisfação retorna como narcísica, pois o objeto ocupa o lugar do ideal do Eu. Sob essa perspectiva, seria como se amando o objeto, a pessoa estivesse amando: “a) o que ela mesma é (a si mesma), b) o que ela mesma foi, c) o que ela mesma gostaria de ser, d) a pessoa que foi parte dela mesma” (FREUD, 1914/2011, p. 24). Essa projeção dos representantes narcísicos que o Eu carrega sobre o objeto, facilitaria o processo do objeto idealizado “consumir” o Eu (FREUD, 1921/2011, p. 55), ou melhor dizendo, que o objeto enamorado tomasse posse do amor-próprio, contribuindo com a alienação do sujeito para com o objeto.

Vimos com Freud (1921/2011) que nas massas comuns o objeto de enamoramento seria o líder idealizado e que, em massas mais organizadas, ele

⁶¹ Para Freud (1914/2011), o Eu se empobrece ao fazer investimentos libidinais nos objetos, da mesma forma quando investe no ideal do Eu. Entretanto, o Eu se enriquece novamente mediante as satisfações ligadas aos objetos, assim como pelo cumprimento do ideal.

poderia ser substituído por ideias condutoras. Contudo, nessa construção teórica, temos que presumir que sem um mínimo de satisfação pulsional não há possibilidade de qualquer agrupamento estável se manter ao longo do tempo. Seriam as satisfações parciais e a fantasia de se alcançar uma satisfação completa que poderiam sustentar essas modalidades de laço. Assim, como os policiais militares poderiam obter alguma satisfação ao enamorarem as ideias condutoras de suas corporações?

Spode e Merlo (2006) apontam que a satisfação dos policiais militares estaria atrelada a percepção que eles têm sobre a importância social de seus trabalhos, sobretudo quando conseguem solucionar conflitos, recuperar bens ou salvar vidas. Esse reconhecimento não estaria fundamentado simplesmente em algo em torno do sujeito para consigo mesmo, mas seria dependente da influência do olhar do outro, seja de seus amigos, comandantes, subordinados, da família ou da população atendida.

Análise semelhante também se encontra em Ferreira (2016, p. 108-109), onde o prazer dos policiais militares e a sensação do dever cumprido estariam associados a aprovação das pessoas nas quais eles servem. O pesquisador indica ainda que a aprovação, o reconhecimento e a percepção de ter agradado terceiros seriam os fatores que integrariam a sensação de prazer no trabalho dos policiais, conferindo uma conotação de importância, valorização e orgulho frente à opinião pública.

Ainda de acordo com o autor (FERREIRA, 2016, p. 110-111), a adoção da defesa de terceiros como propósito pessoal não pareceria decorrer de uma mera submissão cega às normas da corporação ou patologia social, mas seria decorrente de uma idealização. Os discursos dos policiais entrevistados demonstram que haveria uma ideia de serem heróis que salvam, aqueles que oferecem segurança e alento para aqueles que necessitam. Esta “mobilização subjetiva” atribuiria importância e sentido ao trabalho dos agentes⁶². Isso ficaria mais evidenciado na

⁶² Nas palavras de Ferreira (2016, p. 128): “Os policiais militares parecem colocar em primeiro lugar o comprometimento com o ideal de bem cumprir seu trabalho em prol das pessoas às quais servem em detrimento de um comprometimento puramente organizacional. Ainda, parece que esses têm uma noção clara da importância social da função que desempenham, o que concebe sentido nas tarefas individuais e coletivas que exercem”.

relação que os policiais estabelecem com a farda⁶³. Nos relatos coletados pelo pesquisador, apareceram falas como: “o uniforme pra mim sempre foi a segunda pele”; “Quando eu vestia a farda eu era um super-herói mesmo”; “Quando eu colocava o uniforme, eu me sentia a ‘autoridade’”; “com aquela farda ali, você está sendo visto pela população de uma maneira diferente. [...] Você está sendo um protetor da sociedade”; dentre outras. Ao fim, conclui: “Os policiais militares são, em geral, estereótipos de confiança e fortaleza, pilares centrais de suas famílias e, como tal, costumam exigir de si próprios uma aparente e inquebrantável resistência às frustrações e fraquezas”.

Não é difícil imaginarmos as diversas ocasiões em que o policial possa se sentir empoderado: possuir uma arma de fogo e ter treinamento para usa-la, poder abordar “qualquer” cidadão, ser considerado uma autoridade pública, ter a permissão do Estado para poder fazer o uso da força, fazer obedecer, ser visto por parte da população como protetor, possuir determinado grau hierárquico e ser reconhecido por isso, ser temido pela “bandagem”, poder fazer ou não o uso da lei em determinada situação etc. Somados a isso, os policiais militares podem obter satisfações a partir das interpretações que eles têm sobre seus próprios trabalhos: “proteger a população”, “combater o crime”, “defender os fracos”, “lutar contra o mal”, “consertar o mundo”, “trabalhar em favor da sociedade”, “fazer a diferença” etc. (SILVEIRA; MEDEIROS, 2016).

Guimarães (2000, p. 13-16) reconhece a existência de um modelo “policial super-herói” que dominaria o imaginário da maioria dos policiais, em contraste com o modelo do “policial profissional”. Essa concepção dominante tem como características ações que partem de emoções, “onde os preconceitos e os estigmas possuem campo fértil, conduzindo à violência, à prática amadora e a atos descontrolados”. Diz respeito a uma forma de comportamento que gera frequentes

⁶³ Para Samico e Jorge (2018, p. 573), “A farda é um elemento de destaque e um significante recorrente tanto nos discursos dos policiais com quem mantivemos um laço clínico, quanto com os que estabelecemos diálogos informais. Interpretada como uma capa de herói ou como mortalha, nenhum policial tem uma opinião neutra acerca de sua farda. [...] O capricho com a farda não apenas atende as exigências formais do regulamento disciplinar, mas também responde à preocupação de se apresentar ao mundo de uma forma garbosa e atraente. A subjetivação de cada policial dessa uniformização que a farda produz varia enormemente e se dirige aos mais diversos aspectos de sua vida. Muitos policiais erotizam seu uso e acreditam que a farda os faz mais atraentes aos olhos das mulheres. Já outros asseveram com ênfase que a farda é um estorvo, um lembrete de que são alvos ambulantes da ‘bandagem’”.

consequências desnecessárias aos policiais e as demais pessoas envolvidas, como atirar a esmo, investir sem proteção e sem controle de situação, expor-se a perigos (descuidando-se das regras de segurança), privilegiar a prisão do criminoso com grande risco para os demais participantes, etc. Na análise do pesquisador, esse modelo de ação estaria sustentado “no desejo de ser herói”, em nome de uma valentia e na busca de reconhecimento e notoriedade.

Frente a essas considerações, podemos associar que a satisfação de exercer o trabalho policial militar tem, por vezes, íntima relação com o *ethos* guerreiro desenvolvido nas corporações. Apresentado imperativamente e introjetado como algo desejável, o ideal de comportamento viril, o apreço ao uso da força e da violência, a coragem para se submeter em situações de risco, o sentimento de dever e honra no exercício da profissão, de tornar-se aquele a que tudo aguenta e de ser reconhecido como aquele que realiza feitos que outros não seriam capazes, fazem parte de uma gama de características que poderiam proporcionar algum tipo de satisfação ao aproximar o Eu do ideal do Eu.

Nossa hipótese seria de que os sujeitos teriam a oportunidade de reviver um ideal narcísico ao se fazerem policiais militares. Aquilo que o sujeito foi ou gostaria de ser, conforme a modalidade de investimento narcísico, seria instituída, pelo menos em fantasia, nas relações que os sujeitos estabeleceriam com os significantes que compõem as ideias condutoras das corporações, sobretudo aqueles relacionados ao *ethos* guerreiro, a imagem de herói e ao ideal de trabalho policial. Com as ideias condutoras ocupando o lugar do líder nessas massas, um conjunto de significantes auxiliariam na formação de um modelo de como o policial deveria ser e agir, influenciando, assim, diretamente o ideal do Eu e possíveis satisfações decorrentes.

Nesse sentido, a satisfação do policial militar não estaria necessariamente atrelada a idealização a uma pessoa, mas sim em ideias condutoras que podem aproximar o seu Eu de seu ideal do Eu. A satisfação não adviria obrigatoriamente do amor aos comandantes, mas do investimento narcísico que os sujeitos realizam sobre o ideário presente na massa.

Os policiais podem tomar outros policiais como modelos por apresentarem traços que são interpretados como ideais. Os policiais que portam esses traços não precisariam estar necessariamente em posições de comando. Pode-se idealizar, por

exemplo, traços que dizem respeito a um perfil de policial combatente, normalmente encontrados em policiais considerados de “elite”, isto é, aqueles que fazem parte de alguma divisão especial nas polícias militares (e que são os ordenamentos que mais se destacam em termos de letalidade⁶⁴), e que não correspondem impreterivelmente a policiais de altas patentes.

A condição para tomar o outro como ideal reside na capacidade de se identificar com os traços que o outro apresenta e que se valoriza, especialmente aqueles ligados às ideias hegemônicas das corporações. Assim, por conta de as ideias condutoras serem também o material que possibilita o “fazer-se” policial, o Eu teria melhores condições de se aproximar de seu ideal e oferecer, por efeito, uma satisfação narcísica.

Com isso, não estamos não considerando as satisfações “empáticas”, sociais, advindas da relação com a população que a profissão pode proporcionar, mas estamos enfatizando que, sob a estrutura de massa e pelos processos de enamoramento e idealização, fazer-se policial militar possibilitaria uma satisfação narcísica a partir de significantes em torno do *ethos* guerreiro, da imagem do herói e do ideal de trabalho policial. Parafraseando Freud (1914/2011, p. 34), tornar-se policial militar ofertaria “o mérito que falta ao Eu para torná-lo ideal”.

Nessa linha de raciocínio, podemos dizer que o ideal do Eu quer se aproximar da imagem de um herói épico, aquele que tudo pode, perfeito. Entretanto, o que o policial encontra, em sua relação com a realidade e com a experiência cotidiana, por vezes, é a identificação com a figura do herói trágico (pois se depara com a castração) ou, no pior dos casos, com a do anti-herói (quando reconhece-se como um alguém que comete crimes).

Essa imagem do herói, muito utilizada pelos jornais e reforçada em obras fictícias, faz parte da percepção de uma parcela da população (MATHEUS; SILVA, 2014) e colabora com as satisfações narcísicas que o ideário poderia oferecer. Ela também é fomentada por parte das próprias corporações ao homenagearem por

⁶⁴ Bueno (2018, p. 141) apresenta pesquisas que demonstram que cerca de 30% da letalidade da Polícia Militar do Estado de São Paulo provém da ação de grupamentos especiais como a Rota e a Força Tática. A Rota, mais especificamente, foi responsável por 8,7% das mortes ocorridas entre 2014 e 2016, embora seu efetivo represente somente 0,8% de toda a corporação.

meio de medalhas e títulos seus agentes por alguma ação realizada e quando cultivam figuras históricas como modelos (CASTRO, 1990).

Supomos que seria por meio da conjunção entre o reconhecimento próprio e do outro, seja ele da corporação, da família, amigos ou sociedade, que a satisfação narcísica pode advir do trabalho policial. Nesse cenário, nos deparamos com a relação entre as satisfações narcísicas, o *ethos* guerreiro, a imagem do herói e o modelo idealizado do bom policial:

Analisando a trajetória da polícia brasileira dos últimos quarenta anos percebe-se que houve, predominantemente, um modelo de bom policial, a partir da valentia e da coragem inconstante, estimulando a violência contra os maus da sociedade. O herói policial tem sido materializado por homens corajosos, capazes de ações agressivas e violentas contra os delinquentes. Na realidade, é a apologia da violência contra a violência e a transformação do policial em justiceiro social. [...] Esse modelo de herói policial habita também o imaginário da maioria da sociedade, pelo menos é possível observar na convivência com os diversos segmentos sociais, quando nas conversações informais, exaltam policiais valentes e justiceiros, que vingam os bons, aplicando corretivos físicos nos maus - verdadeiros super-heróis, dimensionando o problema somente para a definição em que pessoa é aceita ou não a violência policial (GUIMARÃES, 2000, p. 14).

Até a década de 1990, disserta Bueno (2018), as ocorrências de resistência policial e que culminavam na morte dos suspeitos eram vistas como atos de bravura e, por vezes, seus autores recebiam medalhas pelos feitos. No Rio de Janeiro, por exemplo, o governador Marcelo Alencar implementou a “remuneração faroeste”, “política que premiava os policiais envolvidos em prisões ou morte de traficantes com bônus salariais e promoções na carreira, institucionalizando o homicídio como um resultado a ser perseguido pela PMERJ” (BUENO, 2018, p. 133).

Ainda de acordo com a pesquisadora, a internet e as redes sociais têm consolidado a identidade dos policiais militares como a de “guerreiros do bem”. Essa identidade conjugaria o senso de missão e a ideia de autoridade sob a crença de que eles seriam a representação do bem e do certo. Ante a essa visão maniqueísta de mundo, os policiais regulariam as condutas morais nos ambientes em que atuavam. Por meio das redes sociais eles reafirmariam o poder e a autoridade que acreditam ter, “o que permite inclusive que transformem atividades tidas como “trabalho sujo” em ocupações nobres, passíveis de serem realizadas apenas por

sujeitos cuja moralidade está acima do bem e do mal, o que os diferencia dos cidadãos comuns” (BUENO, 2018, p. 192).

Quando essas narrativas são levadas a cabo, podemos supor que pode haver uma confluência entre as satisfações narcísicas e a violência policial. Souza (2020) realizou entrevistas com policiais militares condenados por homicídios e, de acordo com o pesquisador,

[...] os policiais que matam se sentem membros de uma elite, de uma casta superior, únicos capazes de fazer coisas que outras pessoas, simples mortais, inclusive outros policiais, não conseguem fazer. Para os policiais imbuídos desses valores, as condutas agressivas como tratar mal as pessoas, com violência física ou mental; conduzir as viaturas sem os cuidados com a segurança no trânsito e até eliminar pessoas significa para eles atributos inerentes aos poderes que possuem (SOUZA, 2020, p. 72).

Para um dos policiais, “o policial super-homem é aquele que tudo pode, é aquele que faz coisas que os simples mortais, ou seja, os que não são policiais não podem fazer. Ele é livre para agir sem limites” (SOUZA, 2020, p. 84). Um outro relata: “As facilidades que vida militar proporcionava junto ao público não policial (andar armado, matar, regalias em muitos estabelecimentos comerciais e de lazer) auxiliou que me sentisse superior aos demais” (SOUZA, 2020, p. 72). Diante de demais relatos, para Souza (2020, p. 84), “a percepção destes policiais como super-heróis e detentores de superpoderes são sinais que podem evidenciar a existência de um narcisismo patológico”. O próprio autor, policial militar reformado, escreve:

Expressões do tipo ‘o militar não chora’, ‘o militar é superior ao tempo’, ‘o militar não sente dor e nem fome’, entre outras, eram frequentemente empregadas. Havia, nitidamente, um ambiente estruturado para que nós nos percebêssemos como pessoas acima do normal, diferentes de outras pessoas que não usavam uniformes. Havia sim um sentimento de onipotência estabelecido (SOUZA, 2020, p. 85).

Nessa perspectiva, “fazer-se” policial militar possibilitaria ao sujeito aproximar-se imaginariamente das qualidades desejadas por seu ideal. Sob a farda, o sujeito teria a potencialidade de fazer o uso da força e disporia de uma percepção de poder frente ao mundo, como aquele que a quase-tudo pode, desde que não seja

filmado⁶⁵. Inseridos e sendo parte de uma sociedade violenta, corroborado por um sistema de justiça que quase não pune (KOHARA, 2019), quase não investiga (CANO; DUARTE, 2014) e incentivados ainda por discursos políticos que tomam como “solução” de segurança pública a letalidade policial (BUENO, 2014), os policiais militares podem obter algum tipo de satisfação ao fazerem do uso da força e da autoridade como um exercício de poder e dominação. Nas palavras de Marçal et al. (2020. p. 211):

O prazer de ter cumprido seu trabalho e a cena do “ladrão se dando mal” ressoa na subjetividade e na identidade do trabalhador pautada nas relações punitivas. Numa lógica de estruturação violenta das instituições policiais brasileiras, o prazer é obtido na possibilidade de cumprir a missão punitiva do Estado usando a força e arbitrariedade.

Frente a esse cenário, vejamos no próximo capítulo algumas considerações sobre como a pulsão de morte pode ganhar representação nas massas e quais seriam as possíveis relações com a violência e o sofrimento policial militar.

⁶⁵ Refiro-me ao episódio em que um major da Polícia Militar de São Paulo discursou em uma palestra para 70 mil policiais retreinados. Ele afirma que os abusos cometidos pela corporação existem há 188 anos e sempre irão ocorrer. A partir dessa fala, orientou os policiais para que não fossem flagrados por filmagens (ADORNO, 2020).

6. PULSÃO DE MORTE, MASSAS E POLÍCIAS MILITARES: QUESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Até o momento, procuramos apresentar e discutir conceitos que nos possibilitassem construir hipóteses acerca das polícias militares como massas artificiais. Com base na metapsicologia freudiana, elaboramos algumas suposições sobre as possíveis relações libidinais presentes nas polícias militares, quais poderiam ser os objetos de investimento pulsional nessas massas e refletimos sobre alguns dos efeitos que esse modo de laço pode produzir nas corporações e para os policiais.

Contudo, precisamos reconhecer que a libido não é a única força operante nas massas, como em outras formas de laço, a *pulsão de morte* também é constituinte e atuante. Concebida em *Além do princípio de prazer* (FREUD, 1920/2010), obra publicada um ano antes de *Psicologia das massas* (1921/2011), a pulsão de morte não deixou de estar presente nos textos freudianos após a sua formulação.

Até a sua conceitualização, a psicanálise estava circunscrita nas tensões entre as pulsões sexuais e as de autoconservação (ou pulsões do Eu). Com a publicação de *Além do princípio de prazer* (1920/2010), Freud consolidou um novo dualismo pulsional em sua teoria, o que proporcionou uma série de desdobramentos e novas reflexões. Apesar de considerar nesse texto a gênese da pulsão de morte apenas uma “especulação” e, mais ao final, ainda, afirmar não estar convencido de suas próprias reflexões⁶⁶, Freud (1920/2010, p. 167) apoiou-se sobre a ideia do “retorno ao estado inorgânico”⁶⁷ como uma tentativa de formalização teórica que

⁶⁶ Anos mais tarde, Freud (1933/2010, p. 173) afirmou: “A teoria dos instintos é, por assim dizer, nossa mitologia. Os instintos são seres míticos, formidáveis em sua indeterminação”. Ao nosso ver, tais comentários ratificam as dificuldades ou os limites que o próprio Freud reconheceu na elaboração de sua teoria pulsional. A utilização de argumentações filogenéticas e biológicas para explicar ou justificar a gênese das pulsões trouxeram obstáculos e contradições à sua teoria, mas que não a invalidaram, tendo em vista sua pertinência para a compreensão de fenômenos observáveis e as discussões e avanços que outros autores desenvolveram em torno da pulsão de morte.

⁶⁷ Para Freud: “Se é verdadeiro que — em tempos imemorais e de modo inconcebível — a vida se originou de matéria inanimada, então, segundo nossa premissa, deve ter surgido naquele momento um instinto que procura abolir a vida, restaurar o estado inorgânico. Se reconhecemos nesse instinto a autodestruição da nossa hipótese, podemos vê-la como expressão de um *instinto de morte* que não pode estar ausente em nenhum processo vital” (FREUD, 1933/2010, p. 184, grifos do autor).

puдesse proporcionar explicações aos fenômenos⁶⁸ que sua teoria pulsional, até então estabelecida, mostrava-se carente.

Amparado pelo que Gutiérrez-Terrazas (2002, p. 94) chamou de “metáfora biológica”, Freud (1920/2010) considerou que haveria uma força que se empenharia em restaurar um estado anterior a vida, uma compulsão a repetir a volta ao estado inorgânico e que teria como tendência à eliminação das estimulações do organismo, características essas que exprimiriam a natureza geral e conservadora da pulsão de morte.

Sob esta concepção, Freud (1920/2010, p. 156) distinguiu as pulsões em duas espécies: aquelas “que pretendem conduzir a vida à morte” e aquelas “que sempre buscam e efetuam a renovação da vida”. O psicanalista, dessa maneira, conservava o dualismo característico de seu pensamento, presente anteriormente na dinâmica estabelecida entre as pulsões sexuais e as de autoconservação (GARCIA-ROZA, 2015, p. 132), e concebia as pulsões de vida (que incluiria as pulsões anteriores) e as de morte. Estas últimas estariam relacionadas ao ódio, à agressividade, à hostilidade e à destrutividade.

Apesar de Freud pouco dissertar sobre as representações da pulsão de morte em *Psicologia das massas* (1921/2011), o psicanalista expandiu suas reflexões sobre o conceito ao longo da produção de outras obras, o que nos permite olhar retroativamente para esse tema. Tendo em vista a complexidade desse campo e as possibilidades que essa dissertação comporta, temos a pretensão de elencar somente alguns pontos que consideramos importantes de serem melhor investigados em pesquisas futuras. Assim, ao longo deste capítulo, construiremos algumas perguntas que achamos significativas, mas que não serão respondidas neste trabalho. Além disso, acreditamos que elas possam auxiliar ou instigar outros pesquisadores que articulam a psicanálise freudiana, a polícia militar e os policiais militares. No nosso ponto de vista, analisar as polícias militares como massas organizadas em conjunto com o conceito de pulsão de morte contribui para a investigação de dois dos pontos mais notórios e problemáticos dessas instituições: os altos índices de violência e de sofrimento policial (FBSP, 2019).

⁶⁸ No texto, Freud (1920/2010) se refere aos comportamentos sádicos e masoquistas, as neuroses traumáticas, as resistências ao processo analítico e as brincadeiras infantis (*fort-da*).

Com essa intenção, traçaremos três breves linhas de análise sobre a pulsão de morte e suas representações nas massas para que, a partir delas, possamos construir algumas perguntas-chave para a investigação da pulsão de morte nas polícias militares. A primeira diz respeito às expressões da pulsão de morte na relação com o semelhante, isto é, o circuito pulsional dentro das polícias, onde exploraremos as relações entre a libido e a agressividade. A segunda trata-se da pulsão de morte na relação com o outro, aquele que não pertence à massa, o que nos possibilita debater a violência policial-militar na pólis. E a terceira, por fim, refere-se à possibilidade da pulsão de morte tomar o Eu como objeto, o que procuraremos associar ao sentimento de culpa e inferioridade que os policiais podem ou não sofrer. Como tentaremos apontar, essas problemáticas estariam relacionadas com aquilo que consideramos ser o objeto de enamoramento nas corporações: o ideário policial-militar.

6.1 A pulsão de morte no laço com o semelhante

Em *Psicologia das massas*, Freud (1921/2011) discorre que toda relação sentimental íntima e prolongada entre pessoas contém afetos de aversão e hostilidade, o que o psicanalista nomeia de “ambivalência afetiva”. Freud argumenta que a ambivalência afetiva parte do fato de que há muitas ocasiões para que existam conflitos de interesses entre os sujeitos por, precisamente, serem relações íntimas. Todavia, devido aos mecanismos de recalque, esses afetos podem não ser percebidos ou não se expressarem no laço social. De acordo com os exemplos freudianos, expressões desse gênero aconteceriam em relações matrimoniais, nos vínculos de amizade, nas cumplicidades entre sócios de uma firma ou nas queixas de um subordinado a seu superior. Este fenômeno ocorreria também em relações que envolvessem maior número de pessoas: famílias que se unem para um casamento e que cada uma se acha melhor ou mais nobre do que a outra, na rivalidade entre cidades vizinhas e também em aversões mais difíceis de superar, como “a do gaulês pelo germano, do ariano pelo semita, do branco pelo homem de cor” (FREUD, 1921/2011, p. 43-44).

Nas antipatias e aversões não disfarçadas para com estranhos que se acham próximos, Freud (1921/2011, p. 44-45) reconhece a expressão de um narcisismo

que se empenha na afirmação de si, tomando o outro como aquele que poderia interferir nos seus “desenvolvimentos individuais”. Freud considera que este comportamento narcísico se apoia numa prontidão para o ódio, numa agressividade cuja procedência encontra-se na pulsão de morte.

Contudo, essa intolerância ao diferente desapareceria temporariamente ou de maneira duradoura nas massas. O psicanalista argumenta que enquanto as massas subsistem, os sujeitos “se conduzem como se fossem homogêneos”, suportam suas diferenças, igualam-se e não sentem repulsa um pelo outro. Esse fenômeno decorreria das ligações libidinais que a massa proporciona. Freud considera que essa tolerância é resultado da limitação do próprio narcisismo, no qual o amor a si mesmo encontraria limites no amor ao outro. Esse amor, num primeiro momento, é consequência daquilo que a comunidade pode oferecer ao sujeito e este, por interesse, tolera e considera aqueles pertencentes a ela. Como decorrência dessa primeira aproximação, o vínculo pode se transformar. A partir da colaboração mútua, os sujeitos têm a possibilidade de estabelecerem ligações libidinais afetivas entre si, indo para além do vantajoso. Como vimos, essas ligações teriam como operador a identificação em torno de um “algo em comum”. Para exemplificar essa evitação dos sentimentos hostis e agressivos e discorrer sobre a possibilidade da criação de vínculos afetivos nas massas, Freud descreve dois cenários.

O primeiro trata-se de uma criança que com o nascimento do irmão mais novo, apresenta ciúme da atenção que os pais dão a ele. A criança gostaria de oprimir o irmão mais novo, deixá-lo distante dos pais e privá-lo de direitos, mas, nas palavras de Freud, por conta dessa criança também ser amada pelos pais da mesma maneira e sob a impossibilidade de agir agressivamente contra o irmão sem se prejudicar, a mais velha é obrigada a identificar-se com a mais nova (e os restantes dos irmãos), formando nas crianças “um sentimento de massa ou de comunidade”, que se desenvolveria futuramente na escola e na relação com os educadores. Freud afirma que essa formação reativa (a transformação do ciúme em um “sentimento de massa”), é resultado de uma exigência por justiça, de um tratamento igual para todos, pois, “quando não se pode ser o favorito, então nenhum dos outros deve ser favorecido” (FREUD, 1921/2011, p. 63).

O segundo exemplo de Freud (1921/2011, p. 64) trata-se de mulheres e garotas que em um “entusiasmo amoroso-sentimental”, cercam um cantor ou

pianista após uma apresentação musical. Se esperaria que elas tivessem ciúmes umas das outras, mas, por conta do seu grande número e a impossibilidade de alcançar o objeto amado, elas renunciam a essa agressividade mútua e agem como uma massa unida, homenageando em ação conjunta o artista. “Originalmente rivais, puderam identificar-se uma com a outra mediante o amor igual pelo mesmo objeto” (FREUD, 1921/2011, p. 64).

Em ambos os casos, o sentimento que opera primeiramente é o ciúme: no primeiro, a criança reivindica o amor dos pais e, no segundo, trata-se das mulheres poderem demonstrar seu amor ao artista. Por meio desses exemplos, Freud argumenta que a justiça social seria dependente da negação que o sujeito faz sobre seus objetos de desejo para que, assim como ele, os outros também tenham que renunciar ou não poder pretenderem os mesmos objetos. “Tal exigência de igualdade é a raiz da consciência social e do sentimento do dever” (FREUD, 1921/2011, p. 64).

Seria a partir da relação do “você ou eu” que aponta Guillot (2014, p. 7) que a concorrência agressiva pelo objeto poderia se transformar em justiça social. Percebe-se que a tendência, enquanto resposta a essa agressividade, seria a do “nem você e nem eu”, uma imposição de limite ao outro e a si próprio que circunscreveria a possibilidade de uma satisfação outra.

Freud (1921/2011, p. 64) compreende que uma pulsão pode ter diversas formas de representação e que, àquela resultante, implica normalmente numa possibilidade de satisfação (mesmo que reduzida), enquanto as outras, mais diretas ou mais óbvias, não se realizam por razão das circunstâncias reais que impedem a pulsão de atingir sua meta.

Essas propriedades sobre os circuitos pulsionais seriam melhor examinadas somente em textos posteriores. Em *O Eu e o Id*, Freud (1923/2011) confere à pulsão de vida a função de manter a vida diante das tendências destruidoras da pulsão de morte. Com a pulsão de morte ganhando representação no aparelho psíquico, o Eu torna-se responsável por desviá-la para fora do organismo para não causar seu próprio fim. Voltada para o exterior ela se apresenta como uma pulsão potencialmente destruidora, encontrando nos objetos uma possibilidade de satisfação.

No ano seguinte, em *O problema econômico do masoquismo* (1924/2011), Freud melhor desenvolveu a dinâmica das modalidades pulsionais a partir da “agregação” e “desagregação” das pulsões de vida e de morte. Para o psicanalista, a “extensa mescla e amálgama” das pulsões correspondem aos fenômenos em que as pulsões de vida e morte estão agindo em conjunto sobre o mesmo objeto e nas mais diversas proporções, como nas expressões sexuais sádicas e masoquistas. Assim, quando a hostilidade é dirigida para pessoas que são normalmente amadas, o que Freud nomeou de “ambivalência afetiva” em *Psicologia das massas* (1921/2011, p. 44), indicando que o amor e o ódio estão sendo manifestados sobre o mesmo objeto, trata-se, em outros termos, da agregação pulsional.

Conforme Laplanche e Pontalis (2001, p. 205-208) a agregação e a desagregação das pulsões apresentam-se na teoria freudiana como o fato de a pulsão de morte tentar desfazer os laços com a libido, buscando atingir sua meta de maneira independente, enquanto as pulsões de vida se dedicariam a estabelecer ligações com as pulsões de morte por meio de objetos⁶⁹. Assim, a libido tem a tarefa de tornar “inócua” a pulsão de morte ao desviá-la para os objetos do mundo exterior (FREUD, 1924/2011, p. 171-172). Domada e moderada, como que inibida em sua meta, a pulsão de morte, dirigida para objetos externos, proporciona ao Eu a satisfação das necessidades vitais e o domínio sobre a natureza (FREUD, 1930/2010, p. 57).

O desdobramento dessas propriedades pulsionais caracteriza o trabalho delas de dois modos: o conjuntivo e o disjuntivo. “Se a pulsão se faz presente no aparato anímico promovendo e mantendo as uniões, conjunções, ela é dita ‘de vida’; se ela se presentifica no aparato anímico disjuntivamente, ‘fazendo furo’, então ela é dita ‘de morte’” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 160). Dessa maneira, a libido estaria a serviço da cultura, da promoção de ligações com os objetos e da preservação do Eu. Por sua vez, os representantes das pulsões de morte tenderiam ao desinvestimento objetal, ao desenlace das relações e estariam presentes nas autopunições (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p. 207).

⁶⁹ Nas palavras de Freud: “Os instintos eróticos introduziriam a variedade de suas metas sexuais na mistura, enquanto os outros admitiriam apenas atenuações e gradações de sua monocórdica tendência” (FREUD, 1933/2010, p. 182).

Somente anos mais tarde, em *O futuro de uma ilusão* (1927/2014) e em *O Mal-estar na Civilização* (1930/2010), que Freud argumentou mais explicitamente sobre o ser humano não ser uma criatura branda. Para o psicanalista, o outro não é somente um colaborador e objeto sexual; ele é também objeto de satisfação de sua tendência à agressão e isso pode se realizar de diferentes formas: explorando o trabalho do outro sem recompensá-lo, utilizando-se dele sexualmente contra sua vontade, roubando-o, humilhando-o, causando-lhe dor, torturando-o, matando-o, etc. Para Garcia-Roza (2015, p. 134):

Essa onipresença da destrutividade, custava Freud a reconhecê-la. Ou melhor, não era tanto a sua onipresença que provocava a resistência de Freud, mas, acima de tudo, sua autonomia. Reconhecer uma pulsão destrutiva como algo totalmente independente da sexualidade, era conhecer a maldade fundamental e irreduzível do ser humano. Não se trata mais de uma sexualidade que, regida pelo princípio de prazer, lança mão da agressividade para atingir seu objetivo, mas sim de uma disposição pulsional autônoma, originária, do ser humano.

Para Freud, não é fácil para os humanos renunciarem à gratificação que a expressão da pulsão de morte proporciona. Não nos sentiríamos bem em abdicá-la. Para que possamos manter as relações com os outros, a civilização se esforçaria em impor limites à agressividade por meio de “formações psíquicas reativas”, instigando, por exemplo, os sujeitos a estabelecerem identificações e relações amorosas de meta inibida, impondo restrições à vida sexual, criando “exigências ideais” (como o “ama teu próximo como a ti mesmo”), criando leis e sistemas de justiça, restringindo liberdades, etc. (FREUD, 1930/2010).

Essas diferentes “coações externas” civilizatórias são gradualmente internalizadas por meio do Super-eu, sobretudo na infância, tornando os humanos seres sociais, morais e “portadores da cultura”. Para o psicanalista, a maioria dos indivíduos obedeceriam às proibições culturais por temor enquanto as coações externas se fizerem valer (FREUD, 1927/2014, p. 194-195). Essas proibições e ideais culturais frustram as pulsões de serem satisfeitas, privando os sujeitos de determinadas realizações. Este seria o preço a se pagar para viver em sociedade e “a causa da hostilidade que todas as culturas têm de combater” (FREUD, 1930/2010, p. 40). Contudo, esses dispêndios civilizatórios não teriam obtido muito êxito. A civilização tenta prevenir os “excessos mais grosseiros de violência”,

atribuindo para si mesma o poder de praticar violências contra infratores (FREUD, 1930/2010, p. 50), no qual, acrescentamos, as polícias parecem ser uma das mais notáveis representantes.

Deste modo, quando a relação com o objeto não é permeada pelas pulsões de vida ou não é restringida por coações civilizatórias, a pulsão de morte pode encontrar menos resistências para poder se expressar. Nesse momento, pulsão de morte e narcisismo podem trabalhar lado a lado para que o Eu não seja objeto da pulsão. Quando a pulsão de morte se expressa sem propósito sexual, “na mais cega fúria destruidora”, o Eu realiza seus “antigos desejos de onipotência” que são vivenciados por um prazer narcísico “extraordinariamente elevado” (FREUD, 1930/2010, p. 57).

Agora temos melhores condições para apontarmos algumas características da economia da pulsão de morte nas polícias militares enquanto massas artificiais. De maneira geral, podemos compreender que o ódio seria normalmente suprimido no inconsciente por ação do amor e por ideais civilizatórios que inibiriam sua expressão. Entretanto, mesmo assim, a agressividade, por vezes, e principalmente nas relações íntimas, pode vencer a repressão e se representar no laço. Tendo em vista a relação amorosa já estabelecida entre os sujeitos de uma massa organizada e a agregação pulsional, a agressividade pode ser expressa e suportada sem que ocorra, obrigatoriamente, uma ruptura entre os envolvidos.

Assim, podemos deduzir que não impreterivelmente os representantes da pulsão de morte precisariam ser impedidos nas massas para que elas continuassem a subsistir, sobretudo nas massas organizadas como as polícias militares. Supomos que nessas massas, por conta da sua organização ou artificialidade, torna-se possível a criação de laços libidinais entre seus membros, o que possibilita a expressão dos representantes da pulsão de morte sem que necessariamente haja um rompimento ou disjunções na relação com o outro. Devido a possibilidade de estarem amalgamadas sob o mesmo objeto, a libido possuiria a potência de tornar a pulsão de morte “inócua” e a sua representação não seria necessariamente percebida pelo outro como violência (apesar de ainda estar presente uma parcela de agressividade, hostilidade ou rivalidade).

Em segundo lugar, mesmo que ela se expressasse de forma violenta e destruidora (e dependendo da intensidade ou consequência da sua expressão), as

ligações amorosas já estabelecidas entre os sujeitos nas instituições, as normas e as ideias condutoras que as regem poderiam suportar tal manifestação sem maiores desgastes à massa. No limite, a própria massa puniria os sujeitos considerados responsáveis para preservar as relações entre os demais⁷⁰.

Dessa maneira, mesmo que exista uma tendência em renunciar a hostilidade entre os pares para que seja possível a formação e a manutenção das massas, nas massas organizadas, artificiais e duradouras, ela ainda poderia ser expressa sem maiores males e, em certo sentido, seria até mesmo esperada, vide que nas polícias existe toda uma série de normas que regem as relações e estipulam previamente as diversas possibilidades de punição aos “desviantes”.

Todavia, isso não significa dizer que conflitos entre policiais não possam ocorrer e que isso não possa vir a ser objeto de sofrimento. Campos et al (2006), relatam o caso de um policial, extremamente angustiado e que apresenta repetidos sonhos em que intenta violentar um oficial. A interpretação perpassa pela ideia de que esse ódio seria decorrente da “incredulidade que esse oficial manifestou em relação a ele, ao obrigá-lo a retornar ao local onde houve uma ocorrência, para realizar uma reconstituição dos fatos e de sua atuação como policial” (CAMPOS et al, 2006, p. 6). O policial teria dito que nunca havia passado por tamanha humilhação e que se sentia tratado como um bandido. Sentia vontade de matar esse oficial e tinha receio de acabar se precipitando ao cruzar com este.

Dentre outros exemplos, podemos citar um acontecimento recente que ganhou repercussão midiática (TAVARES; STOCHERO, 2021). Foi o caso de um soldado policial militar que foi filmado apontando sua arma para o seu superior, cabo, no Centro de São Paulo. O que foi configurado criminalmente como tentativa de homicídio teria partido do aviso do cabo de que ele notificaria ao comando superior o atraso de cinco minutos do soldado na troca de turno do almoço.

Campos et al (2006) dissertam que contrariamente ao que se imagina, de modo geral, os policiais não expressam tanto medo em relação ao risco que a profissão acarreta, mas, sobretudo, em relação às injustiças que acreditam sofrer dentro das corporações. De acordo com as autoras, o problema muitas vezes,

⁷⁰ Destacamos a anedota contada por Freud em que um dos três alfaiates de uma aldeia precisa ser enforcado, porque o único ferreiro da aldeia havia cometido um crime capital. “É necessário haver castigo, ainda que não recaia sobre o culpado” (FREUD, 1923/2011, p. 42).

segundo os policiais, não se refere à submissão ao militarismo e as regras que o compõe, mas sim à arbitrariedade na aplicação do regulamento que orienta a disciplina e as consequentes punições. Mas não seria, justamente, o regulamento uma consequência da estrutura militarizada e das ideias que orientam as polícias? Se as corporações tivessem outro modo de organização e se baseassem em outras ideias, será que as arbitrariedades e injustiças em relação a aplicação dos regulamentos se sustentariam? Será que em um outro modo de laço os conflitos entre policiais se dariam e se “resolveriam” de outra maneira?

Suspeitamos que a aplicação de punições individualizadas aos desviantes é uma das formas na qual se possibilita a manutenção da própria massa. Responsabilizados individualmente, as corporações pautariam a discussão sobre os indivíduos e se salvaguardariam das críticas em relação ao *modus operandi* institucional. Ao nosso ver, isso promoveria a perpetuação do conjunto de elementos que incitam as causas que tornam esses sujeitos puníveis. Com as causas denegadas, se preservaria a relação estabelecida entre os policiais a partir das “exigências ideais” e do sistema de justiça ao qual se referiu Freud (1930/2010).

Todavia, ratificamos, esses questionamentos em torno dos circuitos que a pulsão de morte pode tomar na relação entre os policiais e suas possíveis consequências, devem ser investigadas em pesquisas à parte para que se possa preservar toda a complexidade desse campo. As possibilidades de representação da pulsão de morte ganham outros questionamentos quando o outro não é tomado como semelhante. “O limite do ‘ame ao próximo como a si mesmo’ está no fato de que a identificação ao semelhante só é possível pela exclusão do não semelhante. Não há amor entre irmãos sem rejeição dos estrangeiros” (PEREIRA; FERRARI, 2016, p. 207).

6.2 O outro como diferença

Laclau (2013), na esteira de Saussure, concebe que não existem termos positivos na linguagem, mas unicamente diferenças, como já havíamos pontuado. Essa característica também estaria presente em qualquer elemento objetivo: “uma ação é aquilo que é somente através de suas diferenças relativas a outras ações possíveis e a outros elementos”. Não haveria nada que existiria para além do jogo

das diferenças: “Qualquer que seja a centralidade que um elemento adquira, ela tem de ser explicada pelo jogo das diferenças enquanto tais” (LACLAU, 2013, p. 116-117).

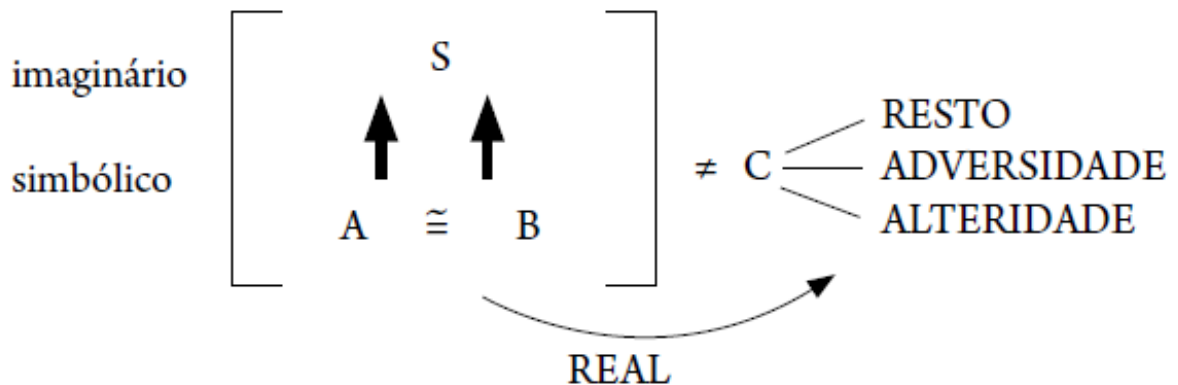
Tendo isso em vista, o pensador argumenta que para analisarmos um conjunto complexo em sua totalidade, temos que delimitar os seus limites, isto é, temos que diferenciá-lo de outra coisa que não o seja. Laclau propõe que a única possibilidade de se ter um verdadeiro exterior a uma totalidade, decorre de que haja um elemento excluído desse conjunto, pois, somente a partir desse jogo de diferenças em torno desse excluído é que algo dessa totalidade poderia se constituir. O autor exemplifica: “é por meio da demonização de um setor da população que a sociedade se apodera da noção de sua própria coesão” (LACLAU, 2013, p. 119). Nesse caso, todas as outras diferenças tornam-se equivalentes frente à rejeição a essa identidade excluída.

Assim, para que os sujeitos de uma massa possam se afirmar como aquilo que são, por consequência lógica, eles teriam que afirmar também aquilo que eles não são. Seria a partir desse jogo de diferenças que se estabeleceriam as duas condições para a formação de uma massa: 1) somente com os sujeitos se equivalendo, a partir da identificação em torno de um “algo em comum”, que eles poderiam subverter suas diferenças; 2) as diferenças ficariam referenciadas em um terceiro excluído, isto é, somente em decorrência desse segregado que ela poderia se afirmar enquanto unidade. Em outras palavras, somente com os sujeitos estabelecendo uma relação de equivalência entre si e se considerando diferentes de um terceiro excluído, é que as massas, enquanto totalidades delimitadas, podem subsistir. Seria pela alteridade, pelo jogo das diferenças e pela exclusão de um elemento que as massas podem se representar como um complexo coerente. A segregação já está presente desde o momento da identificação e seria o fator constituinte e fundador dos diferentes modos de coletividade. Como escreve Perez (2016, p. 191, grifos do autor), “[...] não há *eu* sem *tu* e sem *ele*, não há *nós* sem *vocês* e sem *eles*”.

Nesse sentido, vejamos a formalização proposta pelo autor⁷¹ (PEREZ, 2016, p. 203) que conjuga as relações de equivalência e exclusão em grupos e massas:

⁷¹ Melhor representada graficamente no trabalho de Starnino (2016, p. 241).

Figura 2 – Esquema da identificação de Perez.



Fonte: Starnino (2016, p. 241)

Para Perez (2016, p. 203), o “S” representa o significante vazio ao qual se identifica (ou, acrescentamos, o “algo em comum” freudiano). “A” e “B” são aqueles que se identificam com o significante “S” e estabelecem uma relação de equivalência (\cong). “C” é o elemento excluído, cuja relação é de disjunção (\neq). “C” representa aquilo que “não somos nós” e que pode ser tratado como resto, adversidade ou alteridade. O que está entre colchetes ([]) refere-se à identificação imaginizada e simbolizada que se configura a massa, o grupo ou, dito de maneira genérica, o “nós”. E o “real” é aquilo que é expulso da relação de equivalência.

De acordo com o autor, o esquema tenta representar o modo como “A” pode se reconhecer com “B” somente sob a condição de que ambos se identifiquem em torno de “S”. Como “S” é um significante vazio, tanto “A” quanto “B” somente produzem sentido a “S” ao estabelecerem “S” numa cadeia significante. Para que “A” e “B” se identifiquem a partir do significante “S” e produzam um “nós”, devem excluir “C” para que possam subsistir enquanto diferentes, isto é, para que possam nomear o elemento “C” como “eles” ou “os outros”. Assim, a relação de identificação e de equivalência entre “A” e “B” não estaria pautada somente no modo como produzem sentido em relação a “S”, mas também como lidam com o excluído “C”, aquele que “carrega aquilo que de Real também é excluído na relação identitária” (PEREZ, 2016, p. 203).

De acordo com Mac-Cormick (2014, p. 64), a questão gira em torno de como se processa a saída pulsional de uma coletividade em relação ao segregado “C”,

sejam elas repressivas ou sublimatórias, a depender propriamente da circulação pulsional dentro do coletivo, da relação que estabelecem com “S” e, acrescentamos, do sentido que atribuem a ele. Pode-se buscar sobre este outro “C”: uma relação hegemônica (onde “C” se manteria como excluído); aceitando “C” enquanto sujeito de desejo, sem negá-lo; ou, no pior dos casos, sob a tentativa de estabelecer uma homogeneidade, a partir da aniquilação ou extermínio de “C”.

Mas por qual razão, como efeito do jogo de diferenças, o outro teria toda essa potencialidade de ser visto como uma ameaça? Esta potencial hostilidade que a formação de uma massa pode oferecer ao sempre produzir um outro “C” está presente em *Psicologia das massas* como uma das passagens freudianas sobre o “narcisismo das pequenas diferenças”⁷² (REINO; ENDO, 2011; BLOK, 2016). Nesse contexto, as “pequenas diferenças” entre os sujeitos ou massas, podem ser potentes o suficiente para tomar a forma de uma concreta rivalidade com os outros aos quais não há identificação. Segundo Pereira e Ferrari (2016, p. 206), o conceito de identificação em Freud é marcado pelo narcisismo como polo de oposição ao reconhecimento da diferença e está na base da constituição do “eu”, do “nós” e do outro, cuja fronteira tem como função resguardar o narcisismo da unidade. Esse outro, tipificado em sua alteridade, pode, sem muitas dificuldades, tornar-se o inimigo, o adversário, o rival etc. Nas palavras de Freud:

Não é de menosprezar a vantagem que tem um grupamento cultural menor, de permitir ao instinto um escape, através da hostilização dos que não pertencem a ele. *Sempre é possível ligar um grande número de pessoas pelo amor, desde que restem outras para que se exteriorize a agressividade.* Certa vez discuti o fenômeno de justamente comunidades vizinhas, e também próximas em outros aspectos, andarem às turras e zombarem uma da outra, como os espanhóis e os portugueses, os alemães do norte e os do sul, os ingleses e os escoceses etc. Dei a isso o nome de “narcisismo das pequenas diferenças”, que não chega a contribuir muito para seu esclarecimento⁷³. *Percebe-se nele uma cômoda e relativamente inócua satisfação da agressividade, através da qual é facilitada a*

⁷² De acordo com Blok (2016), Freud utilizou a expressão em quatro momentos: primeiramente em *O Tabu da Virgindade* de 1918, depois em *Psicologia das Massas* (1921), *O Mal-estar na Civilização* (1930) e em *Moisés e o Monoteísmo* de 1939. A autora defende a ideia de que seriam as distinções sutis, e não as grandes diferenças entre indivíduos e grupos, a causa dos conflitos e lutas mais cruéis.

⁷³ Se as diferenças entre sujeitos de uma massa para com aqueles que estão fora dela são “pequenas”, como chamaríamos as diferenças entre os sujeitos de uma mesma massa?

coesão entre os membros da comunidade (FREUD, 1930/2010, p. 51-52, grifos nossos).

Parece que se a pulsão de morte encontra algumas barreiras ou limites para se expressar nas relações entre os sujeitos que compõem uma massa (mas não impeditivos), ela aparentemente encontra mais facilidades em poder ganhar representação ao tomar o outro “C” como objeto. De acordo com Reino e Endo (2011, p. 18), o narcisismo seria tão rígido e conservador que qualquer desvio trazido pelo outro poderia ser visto como uma afronta e faria o sujeito entrar em conflito com este a partir de qualquer sinal de divergência. Para que ocorressem maiores garantias para a preservação do Eu, o narcisismo agiria como se tudo que a ele se diferenciava o ameaçasse. O narcisismo e a pulsão de morte andariam lado a lado na formação e na manutenção das unidades, seja a do Eu⁷⁴ ou da massa.

No caso dessas unidades, o narcisismo das pequenas diferenças não ameaçaria necessariamente a conservação das diferenças entre os sujeitos de uma mesma massa, mas tenderia a homogeneizar as diferenças daqueles pertencentes a uma outra. Poderia haver a negação das diferenças no interior do outro agrupamento ao mesmo tempo que se destacariam alguns traços daqueles que pertencessem a este. Com esses traços sendo generalizados, não haveria nada para além deles, se sofreria de uma “cegueira perceptiva” e a sensibilidade para com esse outro se tornaria estereotipada⁷⁵ (REINO; ENDO, 2011, p. 25). Nesse cenário, nos parece que a alteridade operaria como preconceito.

Assim, podemos considerar que haveria, pelo menos, duas problemáticas que facilitariam a expressão da agressividade nas massas: 1) os efeitos causados pelo enamoramento, seja em relação ao líder ou as ideias condutoras da massa, isto é, dependentes, da significação estabelecida com “S”; e 2) por sempre produzir um outro “C”.

⁷⁴ Vale destacar os avanços que Lacan desenvolveu ao articular a formação do eu com a agressividade. Esta ideia estaria presente, dentre outros textos, em *A agressividade em psicanálise*, de 1948 e *O estádio do espelho como formador da função do eu*, de 1949.

⁷⁵ Os autores, com o objetivo de exemplificar, relembram um trecho do romance policial de C. Calligaris, *A mulher de vermelho e branco*: “Cada etnia costuma ser pouco sensível às diferenças de fisionomia das outras – tanto individuais quanto coletivas. Em São Paulo, onde vive uma grande comunidade de imigrantes japoneses, qualquer oriental, chinês ou coreano, é um “japa”. Em Nova York, quando um branco tenta descrever um rosto de um negro, em geral não consegue dizer nada além dos traços que valem para a imensa maioria dos negros (pele escura, nariz largo, lábios espessos). É como se, na outra etnia, não houvesse diferenças.” (REINO; ENDO, 2011, p. 25).

Mas, afinal, quem seria esse outro “C” para as polícias militares? À primeira vista, poderíamos dizer, seguindo a lógica proposta, de que “C” é todo aquele que não é policial militar. Nesse raciocínio, tudo aquilo que não fosse identificado como policial militar seria configurado como “diferente”. Contudo, este pensamento pouco nos ajudaria a compreender as representações da pulsão de morte, tendo em vista o amplo universo que configura esse outro.

De fato, esse outro da diferença não se torna necessariamente o objeto da pulsão de morte, pois nem todo “C” se configura como uma ameaça à massa. Isso evidencia-se nos laços amorosos estabelecidos entre sujeitos de uma massa com aqueles de uma outra, quando uma massa (em seu conjunto político, por interesse ou por amor) toma um outro agrupamento como auxiliar ou aliado (como ocorre nas polícias militares com outras instituições que compõem o campo da justiça e da segurança pública, por exemplo) e, até mesmo, quando não se toma o outro como objeto de qualquer pulsão, não estabelecendo nenhum tipo de relação, apesar de sua potência para tal.

Para Freud (1921/2011, p. 64-65), o sentimento social repousa na inversão dos sentimentos hostis em um laço de tom positivo⁷⁶, e esse processo só seria possível por meio da identificação. O psicanalista, nesse momento de sua teoria, aposta que a identificação entre um sujeito de uma massa com aquele que está de fora dela torna-se a condição necessária para o estabelecimento de algum tipo de igualdade. Não havendo identificação, portanto, os sentimentos hostis encontrariam maiores facilidades para se expressarem.

Nessa linha de pensamento, nos parece que o nosso ponto de partida para debater quem é o outro “C” que está sob a potencialidade de ser objeto da violência dos policiais militares, para além do que a lei permite⁷⁷, seria aquele no qual os policiais, de maneira geral, não se identificam. Assim, reformulamos nossa pergunta: quem seria esse outro “C” que teria maior potencialidade de se tornar objeto da pulsão de morte para as polícias militares? Esse outro seria também resultado das

⁷⁶ Disserta Freud (1921/2011, p. 45): “Tal como no indivíduo, também no desenvolvimento da humanidade inteira é o amor que atua como fator cultural, no sentido de uma mudança do egoísmo em altruísmo”.

⁷⁷ E que é, por si mesma, uma discussão importantíssima. Pedroso (2005), por exemplo, discorre como o Estado foi criando uma série de leis que ajudaram a estabelecer uma noção de “inimigo interno”, ideia ainda presente nas polícias.

ideias condutoras das corporações? Qual ou quais seriam os traços significativos que facilitariam este outro ser tomado como objeto de violência⁷⁸? Eles teriam algo haver com a sua raça, classe, gênero, identidade sexual, nacionalidade ou religião? Ele seria hostilizado porque ameaçaria a unidade da massa? Esse outro seria aquele que está submetido a sujeição criminal, como Misse (2014) teorizou? Quando um policial comete um crime, ele torna-se esse outro “C” ou isso seria relativo⁷⁹?

Uma outra questão que não se pode perder de vista, é que essa configuração constituída entre o “nós” e o “eles” poderia ser observada também na relação que a própria população estabelece com os policiais militares. Guimarães (2000, p. 4) argumenta que grande parte da população considera os policiais como agentes externos da sociedade e que são tratados, dentro de um consenso coletivo, de “eles”, “em um significado de adversários e inimigos, como seres alienígenas, não integrantes dessa sociedade”.

Contudo, se existe todo um fomento para que os sujeitos, ao longo de todo o processo de se tornarem policiais militares, se afastem do mundo civil e constituam uma identidade que se materializa sob o uso da farda, diferenciando-se do restante da população, não seria um contrassenso esperar que eles se identificassem com esse “outro” ao qual pretendem servir? Como poderiam servir aqueles ao qual, por vezes, nem ao menos se identificam? Como poderíamos esperar que essa parcela da população a qual se refere Guimarães (2000) também possa se identificar com os policiais?

6.3 O Eu como objeto da pulsão de morte

⁷⁸ Escreve Guimarães (2000, p. 6): “Por exemplo, em muitas ocasiões, no acompanhamento de operações policiais militares de identificação e desarmamento de pessoas, pode-se observar que os PM, ao abordarem pessoas que possuem um padrão de vida idêntica à sua, convivem nos mesmos bairros, comportam-se e vestem-se da mesma maneira, e usam os mesmos tipos e linhas de transporte, as classificam de plano, por essas características, de vagabundas e marginais e as tratam de forma rude, agressiva e prepotente”.

⁷⁹ Souza (2020, p. 84, grifos nossos) apresenta um relato emblemático de um ex-policial preso: “Fui exonerado numa armação ridícula, dizem por aí que fiz um acerto de trinta reais. Vê se tem cabimento. Justo eu que nunca fiz acerto, que nunca negocieei com meliante [...] Justo eu tenho ser exonerado por isso. Fizeram questão de me humilhar. *Por sorte sou respeitado e conhecido*. Mesmo no Romão Gomes – o presídio militar para o qual fui transferido – *ninguém acreditou que eu era corrupto. Matar eu até mato. Mas corrupção eu não admito.*” (apud CANITTO, 2009, p. 59-60).

Vimos com Freud (1921/2011) que o objeto amado seria capaz de ocupar o lugar do ideal do Eu nos processos de enamoramento e que nas massas comuns esse objeto seria a representação do líder no psiquismo. Interpretamos a afirmação do objeto a ser colocado no lugar do ideal do Eu como a possibilidade de o objeto enamorado alterar ou suspender parcialmente as funções ou papéis do ideal do Eu, a saber: a consciência moral, a repressão, a auto-observação, a censura sobre os sonhos e a prova de realidade. Supomos ainda que nas polícias militares a representação do líder poderia ser substituída por ideias condutoras e que estas poderiam ser compreendidas como um conjunto de cadeias significantes. Assim, elas alterariam ou suspenderiam parcialmente as funções ou papéis do ideal do Eu, incitando o policial a agir de acordo com os sentidos produzidos pelas cadeias significantes oferecidas.

De maneira complementar, com Laclau (2013), inferimos que nas massas organizadas a ênfase recairia na compreensão da distância ou grau de diferença entre o Eu e o Ideal do Eu e que, no caso das polícias, essa distância seria relativamente pequena. Nessas massas, depreendemos que o que aproximaria o Eu do ideal do Eu seria o contínuo processo de “fazer-se” policial e que haveria uma representação de modelo policial a ser seguido, resultado das ideias condutoras hegemônicas que circulam nas corporações.

Nesse momento, gostaríamos de continuar a investigação das relações entre o ideal do Eu e as polícias militares, mas levando em consideração alguns dos desenvolvimentos que a teoria freudiana proporcionou após a publicação de *Psicologia das massas* (FREUD, 1921/2011). Em o *Eu e o Id*, Freud (1923/2011, p. 24) compreende que a autocrítica e a consciência moral podem ser também inconscientes e que ambas são parte da razão para explicar os *sentimentos de culpa*⁸⁰. Estes estariam presentes em um grande número de neuroses e seriam

⁸⁰ Ainda em *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2011, p. 27) compreende que a libido poderia sofrer uma “repressão patogênica” quando entrasse em conflito com as ideias morais e culturais do indivíduo e que do ideal do Eu sairia um importante caminho para o entendimento da psicologia das massas. Além do seu lado individual, o ideal do Eu também seria o ideal comum de uma família, de uma classe ou de uma nação. Ligaria não somente a libido narcísica, mas também um montante considerável da “libido homossexual de uma pessoa” e que por essa via retornaria ao Eu. A insatisfação dada pelo não cumprimento desse ideal liberaria a libido homossexual que se transformaria em consciência de culpa ou angústia social.

determinantes para a compreensão dos obstáculos que se manifestam durante o tratamento psicanalítico.

Mais especificamente, os sentimentos de culpa seriam resultado da expressão das tensões entre o Eu e o Super-eu⁸¹. O Eu reagiria com sentimento de angústia frente à percepção de não estar à altura das exigências colocadas por seu ideal, o Super-eu, modelo que procura seguir.

Herdeiro do complexo de Édipo, o Super-eu é fruto da introjeção dos traços dos primeiros objetos libidinais. Dentre os traços introjetados, haveriam as severidades e inclinações em vigiar e punir dos objetos (FREUD, 1924/2011, p. 175). O Super-eu determinaria ao Eu como ele deve ser, mas, também, o restringiria, impondo-lhe, do mesmo modo, aquilo que ele não pode ser ou fazer. Assim, se em um primeiro momento a autoridade se coloca como algo externo ao sujeito, com a emergência do Super-eu, as instâncias opressoras se tornam, também, internas. Posteriormente, professores, autoridades, heróis socialmente reconhecidos e outros modelos “escolhidos” pelo sujeito também são introjetados e levam adiante as funções desses primeiros objetos de investimento no psiquismo. Suas “injunções e proibições” continuariam poderosas no ideal do Eu e pressionariam o Eu por meio da consciência moral. O sentimento de culpa, nesse sentido, seria resultado da tensão entre as expectativas da consciência moral e as realizações do Eu (FREUD, 1923/2011, 1924/2011). “É, pois, um sentimento de indignidade. Há um ideal do eu que ‘critica’ o eu e este se sente indigno do ideal” (GELLIS; HAMUD, 2011, p. 642).

Do ponto de vista econômico, a moralidade é resultante das primeiras renúncias pulsionais advindas do mundo exterior e, quando internalizada, continua a exigir novas renúncias (FREUD, 1924/2011 p. 179). Todavia, como as pulsões não deixam de exercer pressão, os representantes da pulsão de morte retornariam do mundo exterior, seriam acolhidos pelo Super-eu e o Eu se tornaria o objeto da

⁸¹ Freud utilizou muitas vezes os termos Super-eu e ideal do Eu de maneira dúbia, por vezes como sinônimos, apesar de autores proporem diferenciações em torno do uso e suas significações ao longo das obras freudianas (NAKASU, 2009; CARVALHO, 2016). Somente em 1933 (FREUD, 1933/2010, p. 146) que o psicanalista explicitou a diferenciação dos conceitos ao considerar o Super-eu como portador do ideal do Eu.

pulsão⁸². Freud argumenta que o sadismo contra o próprio Eu seria resultante da repressão cultural das pulsões. Essa repressão impediria que boa parte dos representantes da pulsão de morte ganhassem representação na vida em sociedade, tese que melhor desenvolveria em *O mal-estar na civilização* (FREUD, 1930/2010). Para o psicanalista, o sadismo do Super-eu e o masoquismo do Eu se complementariam para produzir o sentimento de culpa, processo semelhante aos sentimentos de inferioridade que os neuróticos sofrem (FREUD, 1923/2011, 1924/2011).

Para Rodrigues, Morganti e Silva (2020), a introjeção da agressividade pode se transformar em sentimento de culpa na medida em que uma ação ou intenção classificadas como más são dirigidas a um outro. Isso aconteceria também por conta do medo do desamparo, “pois a ação má é aquela que coloca em jogo o amor que recebo do outro, o que me leva a agir de maneira ‘correta’ por medo de perder esse amor”. As autoras concluem que a agressividade punitiva do Super-eu pode ser considerada a “guardiã dos conteúdos do Id que não primam pela qualidade civilizatória”, na qual a culpa seria essencial para manter esse mecanismo ativo, resguardando a moral (RODRIGUES; MORGANTI; SILVA, 2020, p. 600-601). Na concepção de Carvalho (2016, p. 134),

[...] considerar a relação da vida pulsional com a organização social e com a construção das instituições e preceitos morais que regulam esta última – consequentemente, a problematização da moralidade e o reconhecimento dos limites da lei – é indispensável à reflexão sobre a vida na cultura e as dificuldades nela encontradas, tanto no que se refere ao inevitável mal-estar do sujeito, quanto aos fenômenos que a ameaçam de dissolução. Ao afirmar a existência de elementos que, sendo inassimiláveis e não regulados pela lei, se impõem como estranho e configuram uma economia psíquica paradoxal, o super-eu se apresenta como conceito chave na teorização sobre a ação da pulsão de morte e na crítica ao modo pelo qual a cultura busca tornar inócuos os seus efeitos.

⁸² Quando o mundo exterior não permite a expressão da agressividade, a pulsão de morte tende a retroceder, voltando-se contra o sujeito como autodestruição, fazendo do próprio Eu seu objeto. A exterioridade da expressão da pulsão de morte estaria a “serviço de Eros”, na medida que haveria um empenho por parte deste para que a agressão e a destruição sejam investidas em objetos ao invés do próprio Eu (FREUD, 1930/2010, p. 55). “A agressividade impedida parece envolver graves danos; realmente é como se tivéssemos que destruir outras coisas, outras pessoas, para não destruímos a nós mesmos, para nos guardar da tendência à autodestruição” (FREUD, 1933/2010, p. 183).

Mas como o sentimento de culpa e de inferioridade se articulariam com as polícias militares? A organização das polícias favoreceria a formação desses sentimentos? Favato (2003) discorre que os atos de violência realizados por policiais militares podem representar uma forma de satisfação pulsional de via coletiva e, inclusive, com o respaldo da lei. Afirma que nos processos de seleção de ingresso nas polícias, não raramente, encontram-se sujeitos que buscam as instituições como forma de sanção para a expressão de sua violência ou agressividade, como resposta ao desejo de subjugar o outro em nome da lei e da ordem social. Relata que na clínica com policiais militares se escuta sobre atos de violência velada ou de atos de perversidade dissimulada, e que refletiria o movimento de cumplicidade entre os membros da corporação.

Em sentido semelhante, Guimarães (2000, p. 3) argumenta que a maioria dos policiais que cometem atos ilegais agiriam acreditando ou tentando acreditar estarem à serviço da sociedade. Inúmeras vezes observou policiais serem violentos com uma pessoa que já se encontrava presa. Os agentes agiriam assim por estarem convictos de estarem realizando uma ação necessária e boa. Para o autor, o juízo de valor sobre o certo e o errado, num sistema de preconceitos e estigmas, levariam a desconsideração das garantias legais e dos aspectos morais na relação dos policiais com os envolvidos nas ocorrências.

No extremo dessa concepção, segundo Souza (2020), os policiais que matam são elogiados e considerados exemplos de conduta, pessoas admiradas e consideradas modelos para seus pares. O autor apresenta um conjunto de relatos⁸³ obtidos em momentos, ocasiões e fontes distintas que configurariam, em suas palavras, “a existência do discurso de guerra e da eliminação do inimigo como algo que, ao ser recorrente e abranger várias gerações de policiais, está sedimentado na estrutura organizacional” (SOUZA, 2020, p. 80).

Se há no ideário policial-militar discursos que tomam como uma boa ação os atos de violência contra aqueles considerados passíveis de serem mortos, haveria, nestes casos, a manifestação de um sentimento de culpa? Isto é, a ideia de estarem

⁸³ A título de exemplo, destacamos o relato do Policial X: “Todos que matei foi no cumprimento do dever. Ou em legítima defesa. Nunca precisei esconder os homens que eu matei. Não fico contando os números, pois não vivo disto. Mas já devo estar em uns cem. Todos culpados. E todos dentro da lei. Graças a Deus não preciso esconder minhas mortes de ninguém. Posso dizer que tenho orgulho de cada meliante que passei dessa para pior” (CANNITO, 2009, p. 55 apud SOUZA, 2000, p. 77).

com respaldo da lei ou, mesmo estando à margem dela, de estarem acreditando que estão fazendo algo que seja bom para a sociedade, faria com que os policiais não sentissem culpa por realizarem atos de violência? Ou as representações de culpa permaneceriam inconscientes e se expressariam sob outras formas sintomáticas? Se essas manifestações de violência são interpretadas como algo bom pelos sujeitos, elas seriam causa para uma satisfação narcísica, aproximando o Eu do ideal do Eu? Haveria, assim, uma racionalidade que autorizaria determinadas violências com certas pessoas sem que isso fosse motivo para uma tensão entre o Eu e o Super-eu? Em outras palavras, poderíamos dizer que haveriam aqueles que sentiriam culpa por terem feito algo que não deveriam e aqueles que só se sentiriam culpados por terem “falhado” e sido pegos e punidos⁸⁴ pela própria corporação ou pela justiça?

Esse campo de investigação abre-se ainda a outras problemáticas e que, assim como outras perguntas ao longo deste capítulo, não temos condições para nos aprofundarmos nesse momento. Todavia, haveria algum conflito moral caso um policial não concordasse com as ideias condutoras hegemônicas de sua corporação? Como seria a sua permanência na massa? Como os semelhantes reagiriam a isso? Isso teria alguma relação com o sofrimento psíquico? Se as ideias condutoras fomentam a construção de um modelo policial que é tomado enquanto ideal, o Eu poderia sofrer do sadismo do Super-eu enquanto o sujeito não se “igualasse” (se é que isso seja possível) a essa representação idealizada? Essa idealização dificultaria o acesso de policiais militares nos dispositivos de saúde mental?

⁸⁴ Nesse último caso, destacamos o apontamento de Campos et al (2006, p. 7), no qual a ideia de “Fiz tudo pela polícia e hoje não sou nada” seria frequentemente enunciada por policiais detidos por terem cometido atividades ilegais ou alguma transgressão disciplinar grave.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa visou investigar a natureza dos laços estabelecidos entre os policiais militares a partir da suposição inicial de que seria possível analisá-las enquanto massas artificiais. Contudo, essa suposição demonstrou-se pertinente somente sob a condição de podermos expandir e relativizar a teoria freudiana sobre as massas, considerando, sobretudo, que o líder poderia ser substituído por ideias condutoras.

O nosso segundo desafio, portanto, foi indagar quais seriam as ideias condutoras das polícias militares, tarefa que nos possibilitou construir apenas um breve panorama. Entretanto, apesar de não ser o objetivo principal desta pesquisa, começou-se a compreender algumas das razões que contribuem para justificar os altos índices de violência e sofrimento policial-militar.

Como esperamos ter conseguido apresentar, uma quantidade considerável das ideias hegemônicas que conduzem as corporações induz ao desenvolvimento dessas problemáticas, tendo em vista que uma parcela significativa dos policiais parece se identificar com elas. Essas ideias se traduzem nos modos como as atividades policiais são realizadas, do que se espera das polícias, na cultura das organizações, na contínua formação dos policiais, nas relações de poder que estruturam as instituições, assim como nas próprias características que as constituem enquanto massas e as organizam. Sob esse entendimento, torna-se difícil desassociar a violência e o sofrimento policial da forma pela qual o laço entre os policiais se institui.

Ao aproximarmos as ideias condutoras com a teoria psicanalítica, elaboramos suposições de como elas ganhariam significação de maneira ímpar por cada sujeito, o que permitiria com que cada indivíduo se faça policial ao seu modo (dentre as possibilidades que se apresentam) e usufrísse de alguma satisfação ao longo desse processo.

Ao fim, reafirmamos o caráter especulativo que transcorreu essa dissertação e destacamos que há pontos que precisam ser melhores trabalhados e discutidos teoricamente, como compreender as ideias condutoras como um conjunto de cadeias significantes e de interpretar que o objeto ocupa o lugar do ideal do Eu

como se ele pudesse alterar ou suspender parcialmente as funções dessa instância, além das questões levantadas em torno da pulsão de morte nas polícias.

Salientamos a relevância que pesquisas que tenham contato direto com as corporações e os policiais militares possuem para esse campo de estudo e o quão importantes elas se tornam ao poderem contestar nossas suposições. Contudo, a metodologia que possibilita essa experiência parece-nos desafiadora, tendo em vista a natureza refratária que as polícias militares possuem frente às pesquisas acadêmicas e a maneira como pode-se escutar os policiais e tornar válidas as interpretações realizadas ao tomar a psicanálise como sistema teórico norteador.

Também é importante reconhecer que os estudos psicanalíticos sobre os laços entre policiais militares não se limitam à análise das polícias enquanto massas e nem necessitam estar centrados em obras freudianas. A utilização de outros autores e teorias podem levar a análises e questionamentos distintos sobre grupos, massas e instituições e possuir potencial de serem prósperas para o estudo das polícias e dos policiais. Citamos, a título de exemplo e dentre outros, o ensino de Wilfred Bion, a teoria dos discursos proposta por Jacques Lacan e, mais próximo ao campo da sociologia, os estudos de analistas institucionais como René Lourau e Georges Lapassade.

Ressaltamos que para além do debate científico em torno das polícias e policiais, não se pode perder de vista o caráter político e ideológico que fundamentam essas discussões. Para que possamos ter outros resultados nas políticas de segurança pública e no sofrimento de policiais militares (mudanças essas que são dependentes de interesses sociais para se concretizarem), devemos ansiar por outras ideias hegemônicas que conduzam as corporações e por uma outra modalidade de laço que não favoreça o enamoramento em sua forma de fascínio e que não dificulte relações de identificação entre os policiais e a população.

REFERÊNCIAS⁸⁵

ADORNO, Luís. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota. **UOL**, [s.l.], 24 ago. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ADORNO, Luís. Major diz que PM comete abusos há 188 anos e orienta escapar de filmagens. **UOL**, [s.l.], 30 jul. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/07/30/como-e-o-retreinamento-da-pm-proposto-por-joao-doria.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

AFONSO, João José Rodrigues. Polícia: etimologia e evolução do conceito. **Revista Brasileira de Ciências Policiais**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 213-260, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.pf.gov.br/index.php/RBCP/article/view/539>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ALBUQUERQUE, Carlos de Linhares de; MACHADO, Eduardo Paes. Sob o signo de Marte: modernização, ensino e ritos da instituição policial militar. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 5, p. 216-239, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222001000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO (ALESP). Decreto N° 62.103, de 13 de julho de 2016: Dispõe sobre a estruturação da Polícia Militar do Estado de S. Paulo e das providências correlatas. **Assembleia Legislativa**. São Paulo, SP. 13 jul. 2016. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2016/decreto-62103-13.07.2016.html>>. Acesso em: 18 mar. 2022.

BARBOSA, Bernardo et al. Após ação da PM para dispersar baile, 9 morrem pisoteados em Paraisópolis. **UOL**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/12/01/oito-pessoas-morrem-pisoteadas-em-baile-funk-de-paraisopolis-diz-policia.htm>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

BAYLEY, David. **Padrões de Policiamento**. São Paulo: Edusp, 2001.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

BORGES FILHO, Nilson. **Estado e militarização**: as polícias militares como aparelhos repressivos de estado. 1989. 269 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito,

⁸⁵ De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR 6023).

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/106300>>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRETAS, Marcos Luiz; ROSEMBERG, André. A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas. **Topoi (Rio de Janeiro)**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/topoi/a/DHMRHs7m6cVjgrpqYzN8NYh/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

BLOK, Anton. O narcisismo das pequenas diferenças. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 273-306, 2016. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/26570>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

BUENO, Samira. **Bandido bom é bandido morto**: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10438/11546>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BUENO, Samira et al. **Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15165>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BUENO, Samira. **Trabalho Sujo ou Missão de Vida?** Persistência, reprodução e legitimidade da letalidade na ação da PMESP. 2018. 225 p. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/22070/TESE_SamiraBueno.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CAMPOS, Fernanda Dias et al. Notícias de uma clínica particular: onde está o (P)ai (M)ilitar? **Latusa Digital**, [s.l.], ano 3, n. 25, p. 1-9, nov. 2006.

CARVALHO, Clara Ataíde Fonseca. **O supereu na teoria psicanalítica**: gênese, lugar e função segundo Freud. 2016. 146 p. Dissertação (Mestrado) – Programa em Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/175922>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CASTRO, Celso. **O espírito militar**: um antropólogo na caserna. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.

CHECCHIA, Marcelo A. **Origens psíquicas da autoridade e do autoritarismo**. Belo Horizonte: Dialética, 2020.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

ENDO, Paulo Cesar. **A violência no coração da cidade**: um estudo psicanalítico. São Paulo: Escuta, 2005.

ENRIQUEZ, Eugène. **Da Horda ao Estado**: Psicanálise do vínculo social. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

ESTÊVÃO, Ivan Ramos. **A realidade, entre Freud e Lacan**. 2009. 182 p. Tese (Doutorado) Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47133/tde-09122009-085019/pt-br.php>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FAVATO, Ana Maria Fabrino. A clínica na instituição PM. **Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 42-47, 2002. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/78>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FAVATO, Ana Maria Fabrino. Violência policial. **Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 33-36, 2003. Disponível em: <<https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/140>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

FERNANDES, Alan. Vitimização policial: análise das mortes violentas sofridas por integrantes da Polícia Militar do Estado de São Paulo (2013-2014). **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 192-219, 2016. Disponível em: <<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/702/245>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

FERNANDES, Heloisa Rodrigues. **Política e segurança**: a força pública de São Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

FERREIRA, Leonardo Borges. **Mesmo com o sacrifício da própria vida**: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre policiais militares do DF. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/20833>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FERREIRA, Nadiá Paulo. Jacques Lacan: apropriação e subversão da lingüística. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 113-131, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2021.

FREITAS FILHO, Ismar Donizete de; CORREIA JUNIOR, Rubens. A Criminalização da Pobreza nas Ações da Polícia Militar Brasileira. **Brazilian Journal Of Forensic Sciences, Medical Law And Bioethics**, Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 1-21, out. 2015.

Disponível em: <<https://www.ipebj.com.br/bjfs/index.php/bjfs/article/view/548>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016**. São Paulo: FBSP, 2016.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Ed.). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019**. São Paulo: FBSP, 2019.

FOUCAULT, Michel. **O que é a crítica?** Cadernos da F.F.C., Marília, v. 9, n. 1, p. 149-168, jan. 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

FRANÇA, Fabio Gomes de. Entre o disciplinamento e a humanização policial militar: conflitos, “avanços” e desafios. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v. 6, n. 1, p. 83-102, 2018. Disponível em: <<https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/571>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

FREUD, Sigmund. **Sobre a concepção das afasias**: Um estudo crítico. Tradução de Emiliano de Brito Rossi. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. (Trabalho original publicado em 1891).

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. **Obras Completas Volume 12**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 09-37. (Trabalho original publicado em 1914).

FREUD, Sigmund. Os instintos e seus destinos. **Obras Completas Volume 12**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010a. p. 38-60. (Trabalho original publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. O Inconsciente. **Obras Completas Volume 12**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010b. p. 74-112. (Trabalho original publicado em 1915).

FREUD, Sigmund. Além do princípio do prazer. **Obras Completas Volume 14**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 120-178. (Trabalho original publicado em 1920).

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. **Obras Completas Volume 18**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 09-89. (Trabalho original publicado em 1930).

FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias à psicanálise. **Obras Completas Volume 18**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 90-188. (Trabalho original publicado em 1933).

FREUD, Sigmund. Psicologia das massas e análise do eu. **Obras completas Volume 15**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 09-100. (Trabalho original publicado em 1921).

FREUD, Sigmund. O eu e o id. **Obras completas Volume 16**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 09-64. (Trabalho original publicado em 1923).

FREUD, Sigmund. O problema econômico do masoquismo. **Obras completas Volume 16**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p. 165-181. (Trabalho original publicado em 1924).

FREUD, Sigmund. Totem e tabu. **Obras Completas Volume 11**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 07-176. (Trabalho original publicado em 1913).

FREUD, Sigmund. O futuro de uma ilusão. **Obras completas Volume 17**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 187-243. (Trabalho original publicado em 1927).

FREUD, Sigmund. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. **Obras Completas Volume 6**. Tradução de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016. p. 13-172. (Trabalho original publicado em 1905).

FULGÊNCIO, Leopoldo. As especulações metapsicológicas de Freud. **Nat. hum.**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 129-173, 2003. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-24302003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 04 jan. 2022.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **Introdução à Metapsicologia Freudiana**: volume 3: artigos de metapsicologia. 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2008.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. **O mal radical em Freud**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

GELLIS, André; HAMUD, Maria I. Lima. Sentimento de culpa na obra freudiana: universal e inconsciente. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 635-653, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/ZWDxQkLTpwyfVBdGQcQgH3q/?lang=pt>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

GONÇALVES, Gonçalo Rocha. Modernização policial: as múltiplas dimensões de um objecto historiográfico. **Cies-Iul**, Lisboa, v. 116, n. 1, p. 1-27, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/3236>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

GROTTI, Vyctor Hugo Guaita; BORDIN, Marcelo. Hipermilitarização e letalidade policial: uma abordagem relacional. **Direito e Democracia**, Paranaguá, v. 7, n. 7, p. 1-13, 2020. Disponível em: <<https://www.isulpar.edu.br/revista/file/437->

hipermilitarizacao-e-letalidade-policia-uma-abordagem-relacional>. Acesso em: 05 dez. 2021.

GUIMARÃES, Luiz Antônio Brenner. Valores institucionais, a prática policial militar e a cidadania. **Revista Unidade**, [s.l.], v. 41, n. 1, p. 45-85, 2000.

GUILLOT, Éric. Da agressividade à pulsão de morte. **Almanaque on-line**, Belo Horizonte, ano 8, n. 14, p. 1-20, 2014. Disponível em: <<http://almanaquepsicanalise.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Almanaque14EricGuillot.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, José. O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 91-100, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100007>>. Acesso em: 04 nov. 2021.

HANNS, Luiz Alberto. **Dicionário comentado do alemão de Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

IRIBARRY, Isac Nikos. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-14982003000100007>>. Acesso em: 26 fev. 2022.

KOHARA, Paulo Keishi Ichimura. **Determinantes inconscientes da letalidade policial**. 2019. 120 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.47.2019.tde-21112019-184038>>. Acesso em 10 jan. 2022.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 9: a identificação**. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003. (Trabalho original realizado em 1961-62).

LACAN, Jacques. **O seminário - Livro 16: de um Outro ao outro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. (Trabalho original realizado em 1968-69).

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean-bertrand. **Vocabulário de psicanálise**. Tradução de Pedro Tamen. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LE BON, Gustave. **Psicologia das multidões**. Tradução de Ivone Moura Delraux. Lisboa: Edições Roger Delraux, 1980. (Trabalho original publicado em 1895).

LIMA, Flávia Brasil. Entre a lei e o ato: considerações acerca da violência policial. **Latusa Digital**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 7, p.1-7, 2010.

LIMA, Flávia Brasil; DARRIBA, Vinicius Anciães. Impasses da psicanálise em uma instituição militar. **Psicol. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 345-364, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652019000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 fev. 2021.

LIMA, Isabella. PM é flagrado dizendo que jovem tem 'cara de ladrão' durante abordagem. **G1**. Santos, 14 jan. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/noticia/2021/01/14/pm-e-flagrado-dizendo-que-jovem-tem-cara-de-ladrao-durante-abordagem-video.ghtml>>. Acesso em: 15 fev. 2021.

LIMA, Renato Sérgio de; CANO, Ignácio; DUARTE, Thais. As corregedorias dos órgãos de segurança pública no Brasil. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 84-108, 2014. Disponível em: <http://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/as-corregedorias-dos-orgaos-de-seguranca-publica-no-brasil/>. Acesso em: 23 jan. 2021.

LOUREIRO, Ythalo Frota. As origens da polícia de matriz luso-brasileira: a manutenção da ordem pública como controle social. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, Franca, v. 15, n. 2, p. 341-362, 2020. Disponível em: <<https://www.revista.direitofranca.br/index.php/refdf/article/view/1049/pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2021.

MAC-CORMICK, Willian. **O líder, as coletividades e suas identificações**. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia da Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2014.

MAGALHÃES, Janice do Carmo Demuner. **Entre amarras e possíveis**: atividade de trabalho e modos de viver dos policiais militares capixabas em análise. 2015. 112 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/2965>>. Acesso em 20 out. 2021.

MARÇAL, H. I. F.; SCHLINDWEIN, V. de L. D. C.; BARBOSA, E. A. G.; SILVA, M. O. da. Vivências de prazer-sofrimento na organização do trabalho dos policiais militares da Região Norte. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 203-217, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/168793>>. Acesso em: 5 dez. 2021.

MATHEUS, Leticia Cantarela; SILVA, Pedro Henrique. O herói e o desviante: medo e euforia no noticiário policial. **Intexto**, Porto Alegre, n. 31, p. 142-161, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/49127>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

MENA, Fernanda. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida**: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 19-26.

MEANDRO, Paulo Rogério Meira; SOUZA, Lídio de. O cidadão policial militar e sua visão da relação polícia-sociedade. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 133-141, 1996. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-51771996000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 23 jan. 2021.

MENDONÇA, Jeniffer. PM expulsa policial que fez textos contra Bolsonaro e com críticas à corporação. **Ponte**. [s.l.]. 19 out. 2021. Disponível em: <<https://ponte.org/pm-expulsa-policial-que-fez-textos-contra-bolsonaro-e-com-criticas-a-corporacao/>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de; CONSTANTINO, Patrícia., **Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro**. [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 16, n. 4, p. 2199-2209, 2011.

MISSE, Michel. Sujeição criminal. In: LIMA, R. S. de, RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 204-12.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **"Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser": cultura e cotidiano da polícia militar do estado do Rio de Janeiro**. 1999. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2011/05/Ser_policial_sobretudo_razao_ser.pdf>. Acesso em 04 abr. 2021.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. A crise de identidade das polícias militares: dilemas e paradoxos da formação. **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 187-198, 2001. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/handle/1/11985>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira; PROENÇA JÚNIOR, Domício. Mandato Policial. In: LIMA, R. S. de, RATTON, J. L., AZEVEDO, R. G. (orgs.) **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014. p. 405-414.

NAKASU, Maria Vilela Pinto. **Sublimação, pulsão de morte, superego: o papel das teses freudianas sobre a cultura na elaboração das concepções metapsicológicas**. 2009. 162 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/4764?show=full>>. Acesso em: 15 ago. 2020.

NOGUEIRA, Geralda Eloisa Gonçalves; MOREIRA, Andréa de Las Casas. As formações grupais e seus efeitos nas instituições policiais-militares. **Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 35-39, dez. 1999. Disponível em: <https://revista.policiamilitar.mg.gov.br/index.php/psicologia/article/view/79/189>. Acesso em: 21 jan. 2021.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir de; LIMA, Verônica Couto de Araújo. Segurança pública e racismo institucional. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 21-26, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5931>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 224-250, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 7 ago. 2017.

OLIVEIRA, Luciana Rodrigues de; ROMEU, Simone Duque. Quem descobriu o currículo oculto? Uma reflexão sobre formação na PMERJ. **Giro do Horizonte**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 84-98, 2017. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/GH/article/view/2237>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

OLIVEIRA, Paloma Lago Marques de; BARDAGI, Marúcia Patta. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Bol. psicol**, São Paulo, v. 59, n. 131, p. 153-166, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0006-59432009000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 mar. 2020.

OUVIDORIA DA POLÍCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Uma análise crítica sobre o suicídio policial. **Conselho Regional de Psicologia**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/09/suicidio-policial_aprovacao_mariano.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PASSARELLI, Vanessa Lopes dos Santos. **Em torno da psicanálise aplicada**. 2012. 100 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-08022013-101012/pt-br.php>>. Acesso em: 05 dez. 2021.

PEDROSO, Regina Célia. **Estado autoritário e ideologia policial**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2005.

PEREIRA, Carlos Eduardo; FERRARI, Ilka Franco. A identificação e os processos de segregação na contemporaneidade. **Cadernos CESPUC**, Belo Horizonte, v. 1, n. 28, p. 205-210, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.5752/P2358-3231.2016n28p205>>. Acesso em 05 nov. 2021.

PEREZ, Daniel Omar. A identificação, o sujeito e a realidade. Uma abordagem entre a filosofia kantiana e a psicanálise freudiano-lacaniana. **Sofia**, Vitória, v. 6, n. 1, p. 162-210, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/13965>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

PESCHANSKI, João Alexandre; MORAES, Renato. Um modelo violento e ineficaz de polícia. In: KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala Perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 61-66.

PONCIONI, Paula. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 585-610, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922005000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2021.

QUINTELLA, Rogerio. As funções do pai: pensando a questão da autoridade na constituição do sujeito contemporâneo a partir de um estudo psicanalítico do ideal do eu. **Rev. Subj.**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 284-296, 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2021

RAVANELLO, Tiago; MARTINEZ, Marisa de Costa. Sobre o campo amoroso: um estudo do amor na teoria freudiana. **Cadernos de psicanalise**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 29, p. 159-183, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952013000200010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 jul. 2020.

REINO, Luiz Moreno Guimarães; ENDO, Paulo César. Três versões do narcisismo das pequenas diferenças em Freud. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 16-27, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2021.

RIBEIRO, Lucas Cabral. História das polícias militares no Brasil e da brigada militar no Rio Grande do Sul. **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**, São Paulo. 2011. p. 1-21. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313022007_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ROCHA, Gabriela. No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos. **G1**. [s.l.] 15 set. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/15/no-brasil-pelo-menos-43-pms-sao-afastados-por-dia-por-transtornos-psiquiatricos.ghtml>>. Acesso em: 04 jan. 2022.

ROCHA, Zeferino. **Freud: novas aproximações**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2008.

RODRIGUES, Bianca Ferreira; MORGANTI, Juliana; SILVA, Ana Carolina Dias. A culpa na política brasileira atual: o que nos ensinam Freud e Hannah Arendt? **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 594-612, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451866262012>>. Acesso em: 05 nov. 2021.

RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, p. 9-41, 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292012000100001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jan. 2021.

ROSA, Alexandre Reis; BRITO, Mozar José de. “Corpo e alma” nas organizações: um estudo sobre dominação e construção social dos corpos na organização militar. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 194-211, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rac/v14n2/v14n2a02.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ROSA, Miriam Debieux. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 329-348, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 jan. 2021.

ROSEMBERG, André; LIMA, João Marcelo Maciel de. De Foucault a Bittner: uma teoria policial é possível? In: SOUZA, L. A. F.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (org.). **Michel Foucault sexualidade, corpo e direito**. Marília: Cultura Acadêmica, 2011. p. 177-192.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Tradução de Vera Ribeiro e Lucy Magalhães, Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

SAMICO, Fernanda Cabral. A escuta clínica de policiais militares: violência, trauma e sintoma. **Revista Mosaico**, Vassouras, v.7, n. 2, p. 10-14. dez. 2016. Disponível em: <<http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/465>>. Acesso em: 14 fev. 2021.

SAMICO, Fernanda Cabral. **A supervisão psicanalítica na universidade e a instituição polícia militar**: relato de uma experiência. 2018. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SAMICO, Fernanda Cabral; JORGE, Marco Antônio Coutinho. Do trauma à possibilidade de uma narrativa: notas sobre a psicanálise em um batalhão de polícia militar. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 568-588, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1415-4714.2017v21n3p568.9>>. Acesso em 10 nov. 2020.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso e violência. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 155-167, 1997. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ts/a/ZnfkGYzXVB9Q9JcK9GDMZCp/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

SILVA, Géssica Barreto da. **Diários de ex-policiais**: uma análise da formação da pm. 2016. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9243>>. Acesso em 07 fev. 2022.

SILVA, Jorge da. "Militarismo". In: SANSONE, Lívio; FURTADO, Cláudio (Org.). **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia - EDUFBA, 2014, p. 349-362.

SILVEIRA, Rafael Alcadipani da; MEDEIROS, Cintia Rodrigues de Oliveira. O herói-envergonhado: tensões e contradições no cotidiano do trabalho policial. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 134-153, 2016. Disponível em: <<http://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/699/243>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SOARES, Luiz Eduardo. **Desmilitarizar**: segurança pública e direitos humanos. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOARES, Rafael. PM aumenta gastos com medicamentos de tarja preta. **O Globo**. Rio de Janeiro, 09 jul. 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/pm-aumenta-gastos-com-medicamentos-de-tarja-preta-22866393?ixzz5MvwCmCU4>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SOBRINHO, Wanderley Preite. Policiais e militares eleitos prefeitos crescem 39% no Brasil. **UOL**. São Paulo. 18 nov. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/18/eleicoes-2020-candidatos-policais-prefeito-vereador.htm>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SOUZA, Adilson Paes de. **O policial que mata**: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares do Estado de São Paulo. 2020. Tese (Doutorado) Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.47.2020.tde-21082020-144036>>. Acesso em: 25 fev. 2022.

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-79722006000300004>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

STABILE, Arthur; CRUZ, Maria Teresa. PMs combatem inimigo com inscrição 'favela' durante treino em SP. **Ponte**, [s. l.], 16 out. 2019. Disponível em: <<https://ponte.org/pms-combatem-inimigo-com-inscricao-favela-durante-treino-em-sp/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

STARNINO, Alexandre. Sobre identidade e identificação em psicanálise: um estudo a partir do seminário IX de Jacques Lacan. **Dois Pontos**, São Carlos, v. 13, n. 3, p. 231-249, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/doisPontos/article/view/46901>>. Acesso em: 23 jan. 2021.

TAVARES, Bruno; STOCHERO, Tahiane. Justiça Militar condena por tentativa de homicídio PM que apontou arma para colega policial após discussão no Centro de SP. **G1**, São Paulo, 30 mar. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/03/30/justica-militar-condena-por-tentativa-de-homicidio-pm-que->

apontou-arma-para-colega-policial-apos-discussao-no-centro-de-sp.ghml>. Acesso em: 4 nov. 2021.

TENDLARZ, Silvia Elena; GARCÍA, Carlos. Dante **¿A quién mata el asesino?** Buenos Aires: Grama Ediciones, 2008.

WORLD HEALTH STATISTICS. **Monitoring health for the SDGs, sustainable development goals**. Geneva: World Health Organization, 2018.